

**Relatórios de execução anuais e finais do objetivo de Investimento no
Crescimento e no Emprego
PARTE A**

IDENTIFICAÇÃO DO RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ANUAL/FINAL

CCI	CCI
Título	Programa Operacional da Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos
Versão	2017.1
Data de aprovação do relatório pelo comité de acompanhamento	22/Mai/2018

IDENTIFICAÇÃO DO RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ANUAL/FINAL	1
2. PANORÂMICA DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA OPERACIONAL (artigos 50.º, n.º 2, e 111.º, n.º 3, alínea a), do Regulamento (UE) n.º 1303/2013)	4
2.1. Informações principais sobre a execução do programa operacional no ano em causa, incluindo sobre os instrumentos financeiros, com base nos dados financeiros e indicadores.....	4
3. EXECUÇÃO DO EIXO PRIORITÁRIO (artigo 50.º, n.º 2, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013).....	6
3.1. Apresentação geral da execução	6
3.2. Indicadores comuns e indicadores específicos dos programas (artigo 50.º, n.º 2, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013)	9
Quadro 3A: Indicadores de realizações comuns e específicos dos programas para o FEDER e o Fundo de Coesão (por eixo prioritário e prioridade de investimento, repartidos por categoria de região para o FEDER) - 1 / 4i.....	9
Quadro 3A: Indicadores de realizações comuns e específicos dos programas para o FEDER e o Fundo de Coesão (por eixo prioritário e prioridade de investimento, repartidos por categoria de região para o FEDER) - 1 / 4iii.....	12
Quadro 3A: Indicadores de realizações comuns e específicos dos programas para o FEDER e o Fundo de Coesão (por eixo prioritário e prioridade de investimento, repartidos por categoria de região para o FEDER) - 1 / 4iv.....	16
Quadro 3A: Indicadores de realizações comuns e específicos dos programas para o FEDER e o Fundo de Coesão (por eixo prioritário e prioridade de investimento, repartidos por categoria de região para o FEDER) - 1 / 4v.....	18
Quadro 3A: Indicadores de realizações comuns e específicos dos programas para o FEDER e o Fundo de Coesão (por eixo prioritário e prioridade de investimento, repartidos por categoria de região para o FEDER) - 2 / 5i.....	21
Quadro 3A: Indicadores de realizações comuns e específicos dos programas para o FEDER e o Fundo de Coesão (por eixo prioritário e prioridade de investimento, repartidos por categoria de região para o FEDER) - 2 / 5ii.....	23
Quadro 3A: Indicadores de realizações comuns e específicos dos programas para o FEDER e o Fundo de Coesão (por eixo prioritário e prioridade de investimento, repartidos por categoria de região para o FEDER) - 3 / 6i.....	27
Quadro 3A: Indicadores de realizações comuns e específicos dos programas para o FEDER e o Fundo de Coesão (por eixo prioritário e prioridade de investimento, repartidos por categoria de região para o FEDER) - 3 / 6ii.....	29
Quadro 3A: Indicadores de realizações comuns e específicos dos programas para o FEDER e o Fundo de Coesão (por eixo prioritário e prioridade de investimento, repartidos por categoria de região para o FEDER) - 3 / 6iii.....	34
Quadro 3A: Indicadores de realizações comuns e específicos dos programas para o FEDER e o Fundo de Coesão (por eixo prioritário e prioridade de investimento, repartidos por categoria de região para o FEDER) - 3 / 6iv.....	37
Quadro 3A: Indicadores de realizações comuns e específicos dos programas para o FEDER e o Fundo de Coesão (por eixo prioritário e prioridade de investimento, repartidos por categoria de região para o FEDER) - 4.....	39
Quadro 1: Indicadores de resultados para o FEDER e o Fundo de Coesão (por eixo prioritário e objetivo específico); aplica-se igualmente ao eixo prioritário Assistência Técnica - 4 / 1.....	41
Quadro 5: Informações sobre os objetivos intermédios e metas fixados no quadro de desempenho	42
3.4 Dados financeiros (artigo 50.º, n.º 2, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013).....	44
Quadro 6: Informações financeiras a nível do eixo prioritário e do programa	44
Quadro 7: Repartição dos dados financeiros cumulativos, por combinação da categoria de intervenção, para o FEDER, o FSE e o Fundo de Coesão (artigo 112.º, n.os 1 e 2, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013, e artigo 5.º do Regulamento (UE) n.º 1304/2013),	45
Quadro 8: Utilização de financiamento cruzado	56
Quadro 9: Custo das operações executadas fora da zona do programa (FEDER e Fundo de Coesão no âmbito do objetivo de Investimento no Crescimento e no Emprego)	57
Quadro 10: Despesa incorrida fora da União (FSE).....	58
4. SÍNTESE DAS AVALIAÇÕES.....	59
6. QUESTÕES QUE AFETAM O DESEMPENHO DO PROGRAMA E MEDIDAS ADOTADAS (artigo 50.º, n.º 2, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013)	62
7. RESUMO PARA O CIDADÃO	66
8. RELATÓRIO SOBRE A APLICAÇÃO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS	67
Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbanas (IFRRU 2020).....	67
IFRRU 2020 IF Dívida.....	70
9. Facultativo para o relatório a apresentar em 2016, não aplicável aos restantes relatórios simplificados: AÇÕES REALIZADAS PARA CUMPRIR AS CONDICIONALIDADES ex ante.....	74
10. PROGRESSOS NA PREPARAÇÃO E EXECUÇÃO DOS GRANDES PROJETOS E PLANOS DE AÇÃO CONJUNTOS (artigo 101.º, alínea h), e 111.º, n.º 3, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013).....	76

10.1.	Grandes projetos	76
10.2.	Planos de ação conjuntos	80
11.	AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA OPERACIONAL (artigos 50.º, n.º 4, e 111.º, n.º 4, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013).....	83
11.1.	Informações da parte A e realização dos objetivos do programa (artigo 50.º, n.º 4, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013)	83
11.2.	Ações específicas realizadas para promover a igualdade entre homens e mulheres e para prevenir a discriminação, em particular a acessibilidade das pessoas com deficiência, e medidas implementadas para assegurar a integração da perspectiva do género nos programas operacionais e nas operações (artigos 50.º, n.º 4, e 111.º, n.º 4, alínea e), segundo parágrafo, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013)	83
11.3.	Desenvolvimento sustentável (artigos 50.º, n.º 4, e 111.º, n.º 4, alínea f), segundo parágrafo, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013)	83
11.4.	Informações sobre o apoio utilizado para os objetivos relativos às alterações climáticas (artigo 50.º, n.º 4, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013)	83
11.5.	Contributo dos parceiros para a execução do programa	84
12.	INFORMAÇÕES OBRIGATÓRIAS E AVALIAÇÃO EM CONFORMIDADE COM O ARTIGO 111.º, N.º 4, ALÍNEAS A) E B), PRIMEIRO PARÁGRAFO, DO REGULAMENTO (UE) N.º 1303/2013).....	85
12.1.	Progressos realizados na execução do plano de avaliação e seguimento dado aos resultados das avaliações	85
12.2.	Resultados das medidas de divulgação e publicidade dos fundos, adotadas no âmbito da estratégia de comunicação	85
13.	AÇÕES REALIZADAS PARA CUMPRIR AS CONDICIONALIDADES ex ante (artigo 50.º, n.º 4, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013) (podem ser incluídas no relatório a apresentar em 2016 - ver ponto 9 supra - Obrigatórias no relatório a apresentar em 2017) Opção: relatório intercalar.....	86
14.	INFORMAÇÕES QUE PODEM SER ADICIONADAS, EM FUNÇÃO DO CONTEÚDO E DOS OBJETIVOS DOS PROGRAMAS OPERACIONAIS (artigo 111.º, n.º 4, alíneas a), b), c), d), g) e h), segundo parágrafo, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013).....	87
14.1.	Progressos realizados na execução da abordagem integrada ao desenvolvimento territorial, incluindo o desenvolvimento das regiões afetadas por desafios demográficos e limitações naturais ou permanentes, investimentos territoriais integrados, o desenvolvimento urbano sustentável e o desenvolvimento local de base comunitária, ao abrigo do programa operacional.....	87
14.2.	Progressos realizados na execução das ações destinadas a reforçar a capacidade das autoridades do Estado-Membro e dos beneficiários para gerir e utilizar os fundos.	87
14.3.	Progressos realizados na execução de eventuais ações inter-regionais e transnacionais.....	87
14.4.	Se apropriado, a contribuição para as estratégias macrorregionais e para as estratégias relativas às bacias marítimas;.....	87
	<i>ATLSBS</i>	89
14.5.	Progressos realizados na execução de ações no domínio da inovação social, se for caso disso	91
14.6.	Progressos realizados na implementação de medidas para fazer face às necessidades específicas das zonas geográficas mais afetadas pela pobreza ou grupos-alvo em risco mais elevado de pobreza, de discriminação ou de exclusão social, em especial as comunidades marginalizadas e as pessoas com deficiência, os desempregados de longa duração e os jovens desempregados, e, se for caso disso, os recursos financeiros utilizados.....	91
15.	INFORMAÇÃO FINANCEIRA A NÍVEL DO EIXO PRIORITÁRIO E DO PROGRAMA (artigos 21.º, n.º 2, e 22.º, n.º 7, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013)	92
16.	CRESCIMENTO INTELIGENTE, SUSTENTÁVEL E INCLUSIVO (opção: relatório intercalar)	93
17.	QUESTÕES QUE AFETAM O DESEMPENHO DO PROGRAMA E MEDIDAS ADOTADAS — QUADRO DE DESEMPENHO (artigo 50.º, n.º 2, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013)	94
	Documentos.....	95
	Resultados da validação mais recente	96

2. PANORÂMICA DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA OPERACIONAL (ARTIGOS 50.º, N.º 2, E 111.º, N.º 3, ALÍNEA A), DO REGULAMENTO (UE) N.º 1303/2013)

2.1. Informações principais sobre a execução do programa operacional no ano em causa, incluindo sobre os instrumentos financeiros, com base nos dados financeiros e indicadores.

O ano de 2017 terminou com praticamente todas as áreas de intervenção do POSEUR cobertas por Avisos abertos, os quais disponibilizaram cerca de 62% da dotação de Fundo de Coesão programada, o que, aliado à elevada procura, permitiu passar de uma taxa de compromisso de 32% em 2016 para 58% em 2017 (+26 p.p.). Por seu turno, a taxa de execução do PO passou de 2% em 2016 para 9% em 2017 (+7p.p.), o que constituiu um avanço significativo. No entanto, continuaram a verificar-se algumas dificuldades na realização dos projetos no terreno. A natureza proeminentemente pública das entidades beneficiárias do POSEUR, exigindo um conjunto de autorizações orçamentais prévias e procedimentos de contratação pública complexos e morosos, condicionaram o arranque dos projetos, o que, associado a um elevado número de operações aprovadas em 2017, justificam o gap entre o nível de compromisso e de execução financeira.

No que respeita à taxa de aprovação do POSEUR (relação entre as candidaturas aprovadas e as candidaturas submetidas) a mesma é de 68% no que respeita ao número de candidaturas e de 80% em termos de Fundo de Coesão.

O total das 1.192 candidaturas aprovadas até 31-12-2017 apresenta um custo total elegível de 1.587 M€ e absorve 1.304 M€ de FC, cuja execução financeira no final de 2017 ascendia a 232 M€ de despesa elegível e 201 M€ de Fundo.

Todas as operações aprovadas respeitam a apoios não reembolsáveis, à exceção da PI 4.3, que inclui apoios no âmbito da Eficiência Energética na habitação através do Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbana (IFRRU2020), bem como apoios através de subvenção reembolsável à Eficiência Energética na Administração Central.

No que respeita ao contributo das operações aprovadas para os indicadores de realização comuns e específicos do Programa, verificou-se um progresso em 2017. Verifica-se também já um contributo para a concretização das metas contratadas de alguns indicadores, decorrente da implementação no terreno das operações aprovadas, não sendo, todavia, ainda muito significativo devido às baixas taxas de execução, o que é bastante visível no Eixo 1. Prevê-se a aceleração dos níveis de execução de todos os Eixos em 2018, tendo por base os cronogramas de realização das operações. Relativamente aos indicadores de resultado, verifica-se, genericamente, uma evolução positiva.

Na dimensão económica das operações aprovadas, verifica-se que a dominante é a Administração Pública (37%), seguida da Captação, tratamento e distribuição de água, saneamento, gestão de resíduos e despoluição (23%), da Construção (21%) e das Atividades associadas ao ambiente e alterações climáticas (17%). Quando considerada a execução das operações aprovadas, destaca-se também a dimensão Administração Pública (34%) e a Captação, tratamento e distribuição de água, saneamento, gestão de resíduos e despoluição (33%).

Considerando a distribuição das operações aprovadas por tipo de território, verifica-se que 39% do

investimento tem incidência em Grandes zonas urbanas (densamente povoadas > 50000 hab), 28% em Pequenas zonas urbanas (densidade intermédia > 5 000 hab e 26% em Zonas rurais (escassa densidade populacional). A maioria do investimento (54%) tem assim incidência em Pequenas zonas urbanas e Zonas rurais. Em termos de realização financeira, os dois primeiros tipos de território andam a par (34%), seguido das zonas rurais (27%).

Quanto à localização por Regiões NUTS II, verifica-se a seguinte distribuição do custo total elegível dos projetos aprovados: 25% no Centro, 23% no Norte, 15% na Área Metropolitana de Lisboa, 14% na Região Autónoma da Madeira (RAM), 11% no Alentejo e 6% na Região Autónoma dos Açores e no Algarve. Destacam-se, pelo avanço no nível de realização financeira, as operações localizadas na RAM, que representavam no final de 2017, 28% do custo total elegível executado do POSEUR, seguida das operações na Região Norte (20%).

O Eixo 1 do POSEUR e a dinâmica da sua implementação ficaram marcados pela abertura tardia dos Avisos no âmbito da PI 4.3, que foi condicionada pelo longo período de aprovação da CEA 4.1., bem como pela implementação do apoio através de subvenções reembolsáveis, no âmbito da Eficiência Energética na Administração Central, o que levou a que a aprovação dos primeiros projetos só tenha sido possível em maio de 2017. Estes aspetos, aliados ao exigente quadro legal em matéria de contratação pública e de autorizações orçamentais prévias, atrasaram o início da execução dos projetos, constrangimento este que é transversal aos restantes Eixos. Também no Eixo 1, o processo de notificação à Comissão Europeia do Grande Projeto “Ampliação do Aproveitamento Hidroelétrico da Calheta”, sofreu uma interrupção no último trimestre do ano transato, o que condicionou a normal implementação do projeto. As questões relativas aos Auxílios de Estado também condicionaram a dinâmica de implementação do PO, nomeadamente pelos aspetos relacionados com a preparação das notificações à Comissão Europeia – DG COMP e obtenção das decisões prévias à abertura de Avisos e à aprovação de operações, nos seguintes domínios: Eficiência Energética nos Transportes Públicos, Mobilidade Elétrica, Produção de Energia por Fontes Renováveis e Valorização de Resíduos Urbanos, pelo que, apesar de já terem sido aprovadas operações nestes domínios, têm, ainda, com um nível de realização muito baixo.

No que respeita aos princípios horizontais da União, o POSEUR iniciou em 2017 a preparação do lançamento da Rede Ambiental, prevista no modelo de governação do PT2020, em parceria com as autoridades nacionais na área do ambiente e clima e das autoridades de gestão dos demais Programas, com o objetivo de harmonizar critérios e simplificar procedimentos de modo transversal e agilizar o acesso dos beneficiários aos fundos, contribuindo para o princípio horizontal do desenvolvimento sustentável. O POSEUR também dá um contributo muito relevante para os objetivos em matéria de alterações climáticas (48% do fundo aprovado). Na igualdade de oportunidades e não discriminação é de salientar, entre outras, a acessibilidade de pessoas com mobilidade reduzida às infraestruturas de uso público cofinanciadas e, no caso de portais e websites de acesso público, requisitos específicos para portadores de deficiência visual ao nível da cor.

Em matéria de implementação de abordagens territoriais integradas de desenvolvimento, foram contratualizados em 2015 os Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial (PDCT), visando o apoio aos investimentos previstos nas PI 5.1, 5.2 e 6.1, com uma dotação de 13,5 M€ de FC (superior à dotação indicativa de 8,5 M€ prevista no PO), tendo já sido abertos os Avisos para todas as PI e aprovadas operações com um apoio comunitário de 10,5 M€. Dado que os Avisos foram decididos maioritariamente em 2017, o nível da implementação das operações no terreno é ainda baixo.

3. EXECUÇÃO DO EIXO PRIORITÁRIO (ARTIGO 50.º, N.º 2, DO REGULAMENTO (UE) N.º 1303/2013)

3.1. Apresentação geral da execução

ID	Eixo prioritário	Informações principais sobre a execução do eixo prioritário, no que se refere aos principais desenvolvimentos, aos problemas mais significativos e às medidas tomadas para a sua resolução
1	Apoiar a transição para uma economia com baixas emissões de carbono em todos os setores	<p>Até ao final de 2017, foram abertos 11 avisos para apresentação de candidaturas e disponibilizados 284 M€ de fundo, abrangendo todas as PI, à exceção da PI 4.4. Foram apresentadas 178 candidaturas, estando no final do ano todas decididas. Foram aprovadas 140 operações, com um custo total elegível de 371 M€ e um financiamento comunitário de 287 M€, encontrando-se executados 28 M€ de despesa elegível e 23 M€ de fundo. A taxa de compromisso é de 38% e a taxa de realização é de 8% (executado/aprovado), pelo que a taxa de execução financeira do Eixo é de 3%. Foram efetuados pagamentos de fundo aos beneficiários no montante de 11 M€, a que corresponde uma taxa de pagamento de 4%, sendo que a diferença entre o total de pagamentos e de execução fundo, resulta de não se ter efetuado pagamentos ao GP “Ampliação da Hidroelétrica da Calheta”, até à sua submissão à Comissão Europeia, efetuada já em 2018.</p> <p>As operações aprovadas já contribuem para os indicadores de realização de todas as PI (excetuando a PI 4.4, pelos motivos explicitados no ponto 6). No entanto, não apresentam ainda execução relevante, reflexo do baixo nível de implementação. Por esse motivo, os indicadores que capturam as mudanças induzidas pelas medidas adotadas nas diferentes vertentes das políticas públicas financiadas, ainda não são tributárias desse contributo.</p> <p>O Eixo 1, através da PI 4.3, mobiliza a forma de apoio Subvenções Reembolsáveis na Eficiência Energética na Administração Central, não tendo até ao final de 2017 sido efetuados reembolsos, já que as candidaturas só foram aprovadas naquele ano.</p> <p>Relativamente aos auxílios estatais e apuramento das necessidades individuais de financiamento e aos problemas ao nível da implementação, remetemos para o ponto 6.</p>
2	Promover a adaptação às alterações climáticas e a prevenção e gestão de riscos	<p>O Eixo 2 é aquele onde se verifica o maior número de avisos abertos para a apresentação de candidaturas (55), com um fundo total disponibilizado de 412 M€ (reutilizando verbas que não foram absorvidas em avisos anteriores, dado que já supera a dotação do Eixo). Estes Avisos abrangem todas as PI e tipologias de intervenção deste Eixo, incluindo a abertura de 9 Avisos para as dotações afetas aos PDCT. Foram apresentadas 639 candidaturas, das quais 577 estavam decididas no final do ano e destas, 342 foram aprovadas, com um custo total elegível de 394 M€ e um financiamento comunitário de 327 M€ (taxa de compromisso de 81%, a mais elevada de entre os eixos do POSEUR). Destes, encontram-se executados 70 M€ de despesa elegível e 65 M€ de fundo, a que corresponde uma taxa realização financeira de 20% (executado/aprovado), pelo que a taxa de execução do Eixo é de 16%. Os pagamentos aos beneficiários ascendem a 66 M€, correspondendo uma taxa de pagamentos de 20%, ligeiramente superior à taxa de realização financeira.</p> <p>As operações aprovadas já contribuem para os indicadores de realização de todas as PI do Eixo (à exceção “Equipamentos aéreos adquiridos”), existindo já contributo das operações aprovadas para a execução de todos os</p>

ID	Eixo prioritário	Informações principais sobre a execução do eixo prioritário, no que se refere aos principais desenvolvimentos, aos problemas mais significativos e às medidas tomadas para a sua resolução
		<p>indicadores deste eixo. No caso dos indicadores de resultado, é de referir que: o indicador R511 (AAC) é reportado pela primeira vez; foi robustecida a metodologia do indicador (O521 – Linha de Costa), pelo que a sua tendência, embora positiva, partirá de uma baseline diferente; o indicador R524 (Incêndios) regista um comportamento divergente da meta pelos motivos indicados no Quadro 1.</p> <p>Neste eixo apenas é mobilizada a forma de apoio subvenção não reembolsável e não existem regimes de auxílios de estado.</p>
3	Proteger o ambiente e promover a eficiência dos recursos	<p>Todas as PI e áreas de intervenção do Eixo 3 foram abrangidas por 45 Avisos abertos até ao final de 2017 para a apresentação de candidaturas, que disponibilizaram um montante total de 669 M€ de Fundo. Foram apresentadas 1219 candidaturas, das quais 992 estavam decididas no final do ano, sendo que destas, 707 foram aprovadas, com um custo total elegível de 796 M€ e um fundo associado de 669 M€, significando uma taxa de compromisso de 64%. No que respeita à execução, a despesa elegível e fundo executados no final de 2017 ascendiam a 124 M€ e de 105 M€, respetivamente, a que corresponde uma taxa de realização financeira de 16% (executado/aprovado), pelo que a taxa de execução do Eixo é de 10%. Quanto aos pagamentos de fundo efetuados aos beneficiários, o total ascende a 103 M€, correspondendo a uma taxa de pagamentos de 15%.</p> <p>Até ao final de 2017, os indicadores de realização das operações aprovadas apresentavam já níveis de cumprimento das metas globalmente muito positivas, ultrapassando mesmo as metas no caso dos indicadores CO17 – Capacidade adicional de reciclagem de resíduos e O641- Superfície do território de SIC-RN20000 abrangida por cartografia de valores naturais protegidos. Quanto ao executado, os indicadores apresentam uma performance positiva, com contributos das operações já concluídas. No que respeita aos indicadores de resultado, em geral, verifica-se uma evolução positiva, à exceção do indicador de resultado R626 - Índice da qualidade do serviço SAR em alta, pelos motivos indicados no Quadro 1.</p> <p>Neste Eixo apenas se encontra implementada a forma de financiamento Subvenção não reembolsável e não existem regimes de auxílios de estado.</p> <p>Alguns problemas com a sua implementação, serão adiante detalhados no Ponto 6</p>
4	Assistência técnica	<p>No Eixo 4 foram até ao final de 2017 abertos 2 Avisos para a apresentação de candidaturas, nos quais foi disponibilizado um montante total de fundo de 28 M€, tendo sido aprovadas as 3 candidaturas submetidas, que visam o financiamento das atividades da Autoridade de Gestão do POSEUR e do Organismo Intermédio que atua na Região Autónoma da Madeira – Instituto do Desenvolvimento Regional, IP, IDR - , a realizar no período 2015-2019, bem como o financiamento das atividades realizadas até ao final de 2017 pela estrutura na Secretaria Geral do Ministério da Administração Interna para o encerramento do domínio “Prevenção e Gestão de Riscos” do Eixo II do POVT.</p> <p>O custo total elegível e fundo aprovados para estas operações é de 26M€ e de 22 M€, respetivamente, a que corresponde uma taxa de compromisso de 44%, estando executados 10 M€ de despesa elegível e 8 M€ de fundo. A</p>

ID	Eixo prioritário	Informações principais sobre a execução do eixo prioritário, no que se refere aos principais desenvolvimentos, aos problemas mais significativos e às medidas tomadas para a sua resolução
		<p>taxa de realização financeira das operações aprovadas é de 38% (executado/aprovado) e a taxa de execução do Eixo é de 17%. sendo as mais elevadas de entre os Eixos do PO. Estão pagos cerca de 10 M€ às entidades beneficiárias (45% de taxa de pagamento), a qual é superior à taxa de realização devido ao saldo do adiantamento em relação ao qual ainda não foi apresentada a totalidade das despesas.</p> <p>Também neste eixo, as operações aprovadas até final de 2017 já contribuem expressivamente para os indicadores específicos do Programa, existindo já, no que respeita à realização executada de todos os indicadores, um grande contributo das operações parcialmente executadas.</p> <p>A única forma de financiamento utilizada neste eixo é a subvenção não reembolsável e não existem regimes de auxílios de estado.</p>

3.2. Indicadores comuns e indicadores específicos dos programas (artigo 50.º, n.º 2, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013)

Eixos prioritários que não a assistência técnica

Eixo prioritário	1 - Apoiar a transição para uma economia com baixas emissões de carbono em todos os setores
Prioridade de Investimento	4i - Fomento da produção e distribuição de energia proveniente de fontes renováveis

Quadro 3A: Indicadores de realizações comuns e específicos dos programas para o FEDER e o Fundo de Coesão (por eixo prioritário e prioridade de investimento, repartidos por categoria de região para o FEDER) - 1 / 4i

(1)	ID	Indicador	Unidade de medida	Categoria de região	Valor-alvo (2023) total	Valor-alvo (2023) homens	Valor-alvo (2023) mulheres	2017 Total	2017 Homens	2017 Mulheres	Observações
F	CO30	Energias renováveis: Capacidade suplementar de produção de energia renovável	MW		56,00			0,00	0,00	0,00	As operações aprovadas ainda não estão com um nível de implementação que permita um contributo para este indicador.
S	CO30	Energias renováveis: Capacidade suplementar de produção de energia renovável	MW		56,00			33,00	0,00	0,00	No âmbito do exercício de reprogramação em curso, será proposta a correção da meta, dado que existiram pressupostos que não foram corretamente aplicados aquando da sua definição. Será ajustada para 46 MW, tendo em conta que a operação da RAM contribui com uma capacidade instalada de 30 MW (1,8M€ de custo/MW) e os projetos piloto com um acréscimo previsto de 16 MW (5M de custo/MW). Os pressupostos estavam bem definidos mas não foram corretamente aplicados para o cálculo da meta.
F	CO34	Redução das emissões de gases com efeito de estufa Diminuição anual estimada das emissões de gases com efeito de estufa	Toneladas de CO2 equivalente		28.200,00			0,00	0,00	0,00	As operações aprovadas ainda não estão com um nível de implementação que permita um contributo para a execução deste indicador.
S	CO34	Redução das emissões de gases com efeito de estufa Diminuição anual estimada das emissões de gases com efeito de estufa	Toneladas de CO2 equivalente		28.200,00			18.509,00	0,00	0,00	

1) S=Valor cumulativo — realizações a executar através de operações selecionadas [previsão fornecida pelos beneficiários], F=Valor cumulativo — realizações executadas por operações [execução efetiva]

(1)	ID	Indicador	2016 Total	2016 Homens	2016 Mulheres	2015 Total	2015 Homens	2015 Mulheres	2014 Total	2014 Homens	2014 Mulheres
F	CO30	Energias renováveis: Capacidade suplementar de produção de energia renovável	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
S	CO30	Energias renováveis: Capacidade suplementar de produção de energia renovável	30,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
F	CO34	Redução das emissões de gases com efeito de estufa Diminuição anual estimada das emissões de gases com efeito de estufa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
S	CO34	Redução das emissões de gases com efeito de estufa Diminuição anual estimada das emissões	10.754,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

(1)	ID	Indicador	2016 Total	2016 Homens	2016 Mulheres	2015 Total	2015 Homens	2015 Mulheres	2014 Total	2014 Homens	2014 Mulheres
		de gases com efeito de estufa									

Eixo prioritário	1 - Apoiar a transição para uma economia com baixas emissões de carbono em todos os setores
Prioridade de Investimento	4i - Fomento da produção e distribuição de energia proveniente de fontes renováveis
Objetivo específico	1 - Diversificação das fontes de abastecimento energético de origem renovável, aproveitando o potencial energético endógeno, garantindo a ligação das instalações produtoras à rede, reduzindo assim a dependência energética.

Quadro 1: Indicadores de resultados para o FEDER e o Fundo de Coesão (por eixo prioritário e objetivo específico); aplica-se igualmente ao eixo prioritário Assistência Técnica

ID	Indicador	Unidade de medida	Categoria de região	Valor de Base	Ano de Base	Valor da meta para 2023	2017 Total	2017 Qualitativos	Observações
R411E	Energias renováveis produzidas através de tecnologias apoiadas na produção de energia nacional	MW		754,30	2013	863,00			Os dados relativos a 2017 ainda não se encontram disponíveis. Nos valores relativos a 2016 verificou-se um aumento na potência instalada. No âmbito do processo de reprogramação em curso, e de acordo com o já explicitado no RAE 2016, serão propostas as seguintes alterações: - Designação do indicador, Valor Base (756 MW) e Meta (940 MW), no sentido de incorporar mais 2 fontes de energia (Eólica offshore e solar de concentração), em linha com o PNAER, uma vez que a meta estava subestimada considerando apenas a geotérmica, marés e ondas e biomassa.
R412E	Penetração dos recursos renováveis na produção de energia elétrica na RAM	%		27,00	2011	35,00			Os dados relativos a 2017 ainda não se encontram disponíveis. Os dados reportados nos anteriores relatórios foram alterados nos anos 2014 (de 27,52 para 26,49 %) e 2015 (de 27,47 para 26,62%), embora com ligeira diminuição do contributo, mantem-se a tendência crescente de contribuição das fontes de energia renovável na produção total de energia elétrica. As retificações efetuadas pela DGEG devem-se ao ajustamento na forma de cálculo do contributo das hídricas na RAM. O valor apurado para 2016 já contempla a forma de cálculo atual e demonstra a evolução da trajetória pretendida em direção à meta dos 35%. No âmbito do processo de reprogramação em curso, será proposta uma atualização valor base para 22,91 % (valores normalizados), para alinhar com a metodologia descrita e com meta definida em valores normalizados, tendo existido um lapso na definição do valor base.

ID	Indicador	2016 Total	2016 Qualitativos	2015 Total	2015 Qualitativos	2014 Total	2014 Qualitativos
R411E	Energias renováveis produzidas através de tecnologias apoiadas na produção de energia nacional	779,23		764,63		742,43	
R412E	Penetração dos recursos renováveis na produção de energia elétrica na RAM	26,74		26,62		26,49	

Eixo prioritário	1 - Apoiar a transição para uma economia com baixas emissões de carbono em todos os setores
Prioridade de Investimento	4iii - Apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos e no setor da habitação.

Quadro 3A: Indicadores de realizações comuns e específicos dos programas para o FEDER e o Fundo de Coesão (por eixo prioritário e prioridade de investimento, repartidos por categoria de região para o FEDER) - 1 / 4iii

(1)	ID	Indicador	Unidade de medida	Categoria de região	Valor-alvo (2023) total	Valor-alvo (2023) homens	Valor-alvo (2023) mulheres	2017 Total	2017 Homens	2017 Mulheres	Observações
F	CO31	Eficiência energética: Número de agregados familiares com consumo de energia melhorado	Famílias		16.000,00			0,00	0,00	0,00	
S	CO31	Eficiência energética: Número de agregados familiares com consumo de energia melhorado	Famílias		16.000,00			0,00	0,00	0,00	Os Balcões do IFRRU2020 abriram candidaturas para a apresentação de pedidos de financiamento para a implementação de medidas de eficiência energética por parte dos beneficiários finais a 30-10-2017, pelo que não registou qualquer operação financiada nos beneficiários finais até final do ano.
F	CO32	Eficiência energética: Redução anual do consumo de energia primária nos edifícios públicos	kWh/ano		500.000.000,00			0,00	0,00	0,00	Dado que a maioria dos projetos de eficiência energética na administração pública foram aprovados no último trimestre de 2017, os mesmos não apresentam execução no final do ano, pelo que não existe ainda contributo ao nível da execução deste indicador.
S	CO32	Eficiência energética: Redução anual do consumo de energia primária nos edifícios públicos	kWh/ano		500.000.000,00			259.077.974,00	0,00	0,00	Evolução muito positiva em 2017 face a 2016, resultante do Aviso POSEUR-03-2016-65 cuja 1ª fase de candidaturas terminou em dezembro de 2016 e a 2ª fase em abril de 2017, relativa aos projetos de eficiência energética na administração pública. Será proposta uma revisão em baixa da meta deste indicador no âmbito do exercício de reprogramação em curso, dado que os custos unitários de implementação (considerando o custo unitário por m2 das medidas de eficiência energética associado às operações aprovadas) se revelam superiores aos da programação.
F	CO34	Redução das emissões de gases com efeito de estufa Diminuição anual estimada das emissões de gases com efeito de estufa	Toneladas de CO2 equivalente		80.640,00			0,00	0,00	0,00	Dado que a maioria dos projetos de eficiência energética na administração pública foram aprovados no último trimestre de 2017, os mesmos não apresentam execução no final do ano, pelo que não existe ainda contributo ao nível da realização executada deste indicador.
S	CO34	Redução das emissões de gases com efeito de estufa Diminuição anual estimada das emissões de gases com efeito de estufa	Toneladas de CO2 equivalente		80.640,00			46.454,00	0,00	0,00	Evolução positiva em 2017, tendo em conta o Aviso POSEUR-03-2016-65 cuja 1ª fase de candidaturas terminou em dezembro de 2016 e a 2ª fase em abril de 2017, relativa aos projetos de eficiência energética na administração pública. No âmbito do exercício de reprogramação em curso, a meta deste indicador será revista em baixa, considerando o referido em relação aos indicadores CO31 e CO32, que influenciam a meta definida para este indicador.

1) S=Valor cumulativo — realizações a executar através de operações selecionadas [previsão fornecida pelos beneficiários], F=Valor cumulativo — realizações executadas por operações [execução efetiva]

(1)	ID	Indicador	2016 Total	2016 Homens	2016 Mulheres	2015 Total	2015 Homens	2015 Mulheres	2014 Total	2014 Homens	2014 Mulheres
F	CO31	Eficiência energética: Número de agregados familiares com consumo de energia melhorado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
S	CO31	Eficiência energética: Número de agregados familiares com consumo de energia melhorado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
F	CO32	Eficiência energética: Redução anual do consumo de energia primária nos edifícios públicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
S	CO32	Eficiência energética: Redução anual do consumo de energia primária nos edifícios públicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
F	CO34	Redução das emissões de gases com efeito de estufa Diminuição anual estimada das emissões de gases com efeito de estufa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
S	CO34	Redução das emissões de gases com efeito de estufa Diminuição anual estimada das emissões de gases com efeito de estufa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Eixo prioritário	1 - Apoiar a transição para uma economia com baixas emissões de carbono em todos os setores
Prioridade de Investimento	4iii - Apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos e no setor da habitação.
Objetivo específico	1 - Aumento da eficiência energética nas infraestruturas públicas no âmbito da administração central do estado

Quadro 1: Indicadores de resultados para o FEDER e o Fundo de Coesão (por eixo prioritário e objetivo específico); aplica-se igualmente ao eixo prioritário Assistência Técnica

ID	Indicador	Unidade de medida	Categoria de região	Valor de Base	Ano de Base	Valor da meta para 2023	2017 Total	2017 Qualitativos	Observações
R432	Consumo de energia primária nos edifícios da administração central	tep		283.138,00	2010	198.196,00			Os dados relativos a 2017 ainda não se encontram disponíveis. As alterações dos valores reportados nos anteriores relatórios referentes aos anos 2014 (baixou de 239.414 para 197.451,62 tep) e 2015 (baixou de 254.076 para 200.463,70 tep), com um apuramento dos consumos mais baixos, esta revisão dos valores, segundo a DGEG, deve-se a alterações que foram efetuadas por um dos fornecedores de informação no que se refere aos consumos por CAE que não estavam a ser reportados de acordo com a CAE rev3. O valor reportado referente ao ano 2016 ultrapassa o valor da meta prevista, no sentido de uma diminuição mais acentuada dos consumos.

ID	Indicador	2016 Total	2016 Qualitativos	2015 Total	2015 Qualitativos	2014 Total	2014 Qualitativos
R432	Consumo de energia primária nos edifícios da administração central	184.156,03		200.463,70		197.451,62	

Eixo prioritário	1 - Apoiar a transição para uma economia com baixas emissões de carbono em todos os setores
Prioridade de Investimento	4iii - Apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos e no setor da habitação.
Objetivo específico	2 - Aumento da eficiência energética no setor habitacional

Quadro 1: Indicadores de resultados para o FEDER e o Fundo de Coesão (por eixo prioritário e objetivo específico); aplica-se igualmente ao eixo prioritário Assistência Técnica

ID	Indicador	Unidade de medida	Categoria de região	Valor de Base	Ano de Base	Valor da meta para 2023	2017 Total	2017 Qualitativos	Observações
R433	Consumo de energia primária na habitação (particulares)	tep		2.657.035,00	2010	1.992.776,00			Os dados relativos a 2017 ainda não se encontram disponíveis. Os consumos em 2016 aumentam, o que se justifica pela melhoria da conjuntura económica em geral, sentida também ao nível do consumo de energia nas habitações. Espera-se que nos próximos anos o valor dos consumos tenda para a meta, considerando as medidas de eficiência energética entretanto implementadas e com resultados. No âmbito do processo de reprogramação em curso, será proposta uma atualização do valor base para 4.827.194 tep (2010) e da meta para 3.258.803 tep, decorrente da necessária conversão de energia final para energia primária efetuada pela DGEG, em consonância com a designação e descrição da metodologia do indicador, o que por lapso não se observou aquando da definição da baseline e da meta.

ID	Indicador	2016 Total	2016 Qualitativos	2015 Total	2015 Qualitativos	2014 Total	2014 Qualitativos
R433	Consumo de energia primária na habitação (particulares)	4.269.902,00		4.072.921,00		4.089.005,00	

Eixo prioritário	1 - Apoiar a transição para uma economia com baixas emissões de carbono em todos os setores
Prioridade de Investimento	4iv - Desenvolvimento e a implantação de sistemas de distribuição inteligente que operem a níveis de baixa e média tensão

Quadro 3A: Indicadores de realizações comuns e específicos dos programas para o FEDER e o Fundo de Coesão (por eixo prioritário e prioridade de investimento, repartidos por categoria de região para o FEDER) - 1 / 4iv

(1)	ID	Indicador	Unidade de medida	Categoria de região	Valor-alvo (2023) total	Valor-alvo (2023) homens	Valor-alvo (2023) mulheres	2017 Total	2017 Homens	2017 Mulheres	Observações
F	CO33	Eficiência energética: Número adicional de utilizadores de energia ligados a redes inteligentes	Utilizadores		1.200.000,00			0,00	0,00	0,00	
S	CO33	Eficiência energética: Número adicional de utilizadores de energia ligados a redes inteligentes	Utilizadores		1.200.000,00			0,00	0,00	0,00	PI sem implementação e sem Avisos abertos. No âmbito do exercício de reprogramação em curso será apresentada proposta de realocação de verbas da PI para outras prioridades dentro do eixo prioritário, pelo que será proposto que este indicador seja desmobilizado do quadro de desempenho.

1) S=Valor cumulativo — realizações a executar através de operações selecionadas [previsão fornecida pelos beneficiários], F=Valor cumulativo — realizações executadas por operações [execução efetiva]

(1)	ID	Indicador	2016 Total	2016 Homens	2016 Mulheres	2015 Total	2015 Homens	2015 Mulheres	2014 Total	2014 Homens	2014 Mulheres
F	CO33	Eficiência energética: Número adicional de utilizadores de energia ligados a redes inteligentes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
S	CO33	Eficiência energética: Número adicional de utilizadores de energia ligados a redes inteligentes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Eixo prioritário	1 - Apoiar a transição para uma economia com baixas emissões de carbono em todos os setores
Prioridade de Investimento	4iv - Desenvolvimento e a implantação de sistemas de distribuição inteligente que operem a níveis de baixa e média tensão
Objetivo específico	1 - Potenciar o aumento da eficiência energética através do desenvolvimento de redes inteligentes que permitam dotar os consumidores da informação e ferramentas necessárias e criar sinergias tendo em vista a redução de custos

Quadro 1: Indicadores de resultados para o FEDER e o Fundo de Coesão (por eixo prioritário e objetivo específico); aplica-se igualmente ao eixo prioritário Assistência Técnica

ID	Indicador	Unidade de medida	Categoria de região	Valor de Base	Ano de Base	Valor da meta para 2023	2017 Total	2017 Qualitativos	Observações
R441	Taxa de penetração de sistemas de contagem	%		0,00	2013	20,00			No âmbito do processo de reprogramação em curso, será proposta a desmobilização deste indicador do quadro de indicadores de resultado associados ao Objetivo Específico desta PI, dada a realocação do financiamento da PI 4.4 para outras prioridades do eixo prioritário 1.

ID	Indicador	2016 Total	2016 Qualitativos	2015 Total	2015 Qualitativos	2014 Total	2014 Qualitativos
R441	Taxa de penetração de sistemas de contagem			4,23		1,66	

Eixo prioritário	1 - Apoiar a transição para uma economia com baixas emissões de carbono em todos os setores
Prioridade de Investimento	4v - Promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios, nomeadamente as zonas urbanas, incluindo a promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável e medidas de adaptação relevantes para a atenuação

Quadro 3A: Indicadores de realizações comuns e específicos dos programas para o FEDER e o Fundo de Coesão (por eixo prioritário e prioridade de investimento, repartidos por categoria de região para o FEDER) - 1 / 4v

(1)	ID	Indicador	Unidade de medida	Categoria de região	Valor-alvo (2023) total	Valor-alvo (2023) homens	Valor-alvo (2023) mulheres	2017 Total	2017 Homens	2017 Mulheres	Observações
F	O451	Pontos de carregamento da rede de mobilidade elétrica	Nº		800,00			28,00	0,00	0,00	Contributo da operação relativa à atualização de pontos de carregamento.
S	O451	Pontos de carregamento da rede de mobilidade elétrica	Nº		800,00			1.480,00	0,00	0,00	No âmbito do exercício de reprogramação em curso será apresentada proposta de revisão da meta para efeitos da sua adequação à designação do indicador - na designação é referido "pontos de carregamento" e a meta está definida em "postos de carregamento".
F	O453	Economias de energia nos projetos apoiados no setor dos transportes	tep		8.000,00			0,00	0,00	0,00	Tendo em conta que as operações do Aviso POSEUR-07-2016-71 foram aprovadas já no 2º semestre de 2017, no final do ano as operações ainda não apresentavam contributo para a execução do indicador
S	O453	Economias de energia nos projetos apoiados no setor dos transportes	tep		8.000,00			866,00	0,00	0,00	Indicador registou uma evolução positiva em 2017 face a 2016 com a aprovação de operações no âmbito do Aviso POSEUR-07-2016-71.

1) S=Valor cumulativo — realizações a executar através de operações selecionadas [previsão fornecida pelos beneficiários], F=Valor cumulativo — realizações executadas por operações [execução efetiva]

(1)	ID	Indicador	2016 Total	2016 Homens	2016 Mulheres	2015 Total	2015 Homens	2015 Mulheres	2014 Total	2014 Homens	2014 Mulheres
F	O451	Pontos de carregamento da rede de mobilidade elétrica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
S	O451	Pontos de carregamento da rede de mobilidade elétrica	1.480,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
F	O453	Economias de energia nos projetos apoiados no setor dos transportes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
S	O453	Economias de energia nos projetos apoiados no setor dos transportes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Eixo prioritário	1 - Apoiar a transição para uma economia com baixas emissões de carbono em todos os setores
Prioridade de Investimento	4v - Promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios, nomeadamente as zonas urbanas, incluindo a promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável e medidas de adaptação relevantes para a atenuação
Objetivo específico	1 - Apoio à implementação de medidas de eficiência energética e à racionalização dos consumos nos transportes

Quadro 1: Indicadores de resultados para o FEDER e o Fundo de Coesão (por eixo prioritário e objetivo específico); aplica-se igualmente ao eixo prioritário Assistência Técnica

ID	Indicador	Unidade de medida	Categoria de região	Valor de Base	Ano de Base	Valor da meta para 2023	2017 Total	2017 Qualitativos	Observações
R452	Poupança de energia primária nas frotas de transportes públicos	%		0,90	2012	1,40	0,97		

ID	Indicador	2016 Total	2016 Qualitativos	2015 Total	2015 Qualitativos	2014 Total	2014 Qualitativos
R452	Poupança de energia primária nas frotas de transportes públicos	0,97		0,96		0,95	

Eixo prioritário	1 - Apoiar a transição para uma economia com baixas emissões de carbono em todos os setores
Prioridade de Investimento	4v - Promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios, nomeadamente as zonas urbanas, incluindo a promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável e medidas de adaptação relevantes para a atenuação
Objetivo específico	2 - Apoio à promoção da utilização de transportes ecológicos e da mobilidade sustentável

Quadro 1: Indicadores de resultados para o FEDER e o Fundo de Coesão (por eixo prioritário e objetivo específico); aplica-se igualmente ao eixo prioritário Assistência Técnica

ID	Indicador	Unidade de medida	Categoria de região	Valor de Base	Ano de Base	Valor da meta para 2023	2017 Total	2017 Qualitativos	Observações
R453	Veículos elétricos	N.º		456,00	2013	33.663,00			Os dados relativos a 2017 ainda não se encontram disponíveis. O valor reportado em 2016 regista uma evolução positiva no sentido da trajetória da meta. No âmbito do exercício de reprogramação em curso, será proposta uma atualização do valor base para 2.833 veículos elétricos, tendo em conta a metodologia descrita no indicador que inclui todas as categorias de veículos elétricos (incluindo plug-in): ligeiros de passageiros, de mercadorias, autocarros e motocicletas, tendo-se confirmado que a meta foi calculada com base nesta abrangência, e que por lapso, a baseline não o foi.

ID	Indicador	2016 Total	2016 Qualitativos	2015 Total	2015 Qualitativos	2014 Total	2014 Qualitativos
R453	Veículos elétricos	6.694,00		4.106,00		2.833,00	

Eixo prioritário	2 - Promover a adaptação às alterações climáticas e a prevenção e gestão de riscos
Prioridade de Investimento	5i - Apoio ao investimento para a adaptação às alterações climáticas, incluindo abordagens baseadas nos ecossistemas

Quadro 3A: Indicadores de realizações comuns e específicos dos programas para o FEDER e o Fundo de Coesão (por eixo prioritário e prioridade de investimento, repartidos por categoria de região para o FEDER) - 2 / 5i

(1)	ID	Indicador	Unidade de medida	Categoria de região	Valor-alvo (2023) total	Valor-alvo (2023) homens	Valor-alvo (2023) mulheres	2017 Total	2017 Homens	2017 Mulheres	Observações
F	O511	Municípios com planos de identificação de vulnerabilidades e riscos	Nº		77,00			33,00	0,00	0,00	Execução resultante do contributo de operações em que os municípios já dispõem de planos de identificação de vulnerabilidades e riscos.
S	O511	Municípios com planos de identificação de vulnerabilidades e riscos	Nº		77,00			254,00	0,00	0,00	No âmbito do exercício de reprogramação em curso será apresentada proposta de revisão em alta para efeitos de adequação da meta aprovada. O custo unitário dos planos por município é inferior ao da programação, devido ao efeito de escala das operações apresentadas por CIM/Associações de Municípios, no âmbito dos Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial, que abrangem vários municípios.

1) S=Valor cumulativo — realizações a executar através de operações selecionadas [previsão fornecida pelos beneficiários], F=Valor cumulativo — realizações executadas por operações [execução efetiva]

(1)	ID	Indicador	2016 Total	2016 Homens	2016 Mulheres	2015 Total	2015 Homens	2015 Mulheres	2014 Total	2014 Homens	2014 Mulheres
F	O511	Municípios com planos de identificação de vulnerabilidades e riscos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
S	O511	Municípios com planos de identificação de vulnerabilidades e riscos	218,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Eixo prioritário	2 - Promover a adaptação às alterações climáticas e a prevenção e gestão de riscos
Prioridade de Investimento	5i - Apoio ao investimento para a adaptação às alterações climáticas, incluindo abordagens baseadas nos ecossistemas
Objetivo específico	1 - Reforço das capacidades de adaptação às alterações climáticas pela adoção e articulação de medidas transversais, sectoriais e territoriais

Quadro 1: Indicadores de resultados para o FEDER e o Fundo de Coesão (por eixo prioritário e objetivo específico); aplica-se igualmente ao eixo prioritário Assistência Técnica

ID	Indicador	Unidade de medida	Categoria de região	Valor de Base	Ano de Base	Valor da meta para 2023	2017 Total	2017 Qualitativos	Observações
R511	Nível de implementação das medidas de adaptação às alterações climáticas decorrentes de estratégias e planos	%		0,00	2012	30,00	44,00		Dado que o indicador apresenta, para o ano de 2017, um quantitativo que já supera a meta estimada, será proposta a sua revisão no âmbito do exercício de reprogramação em curso. A metodologia de apuramento deste indicador também foi robustecida, após os planos de adaptação terem entrado em execução, pelo que a mesma será igualmente objeto de proposta de ajustamento.

ID	Indicador	2016 Total	2016 Qualitativos	2015 Total	2015 Qualitativos	2014 Total	2014 Qualitativos
R511	Nível de implementação das medidas de adaptação às alterações climáticas decorrentes de estratégias e planos	0,00		0,00		0,00	

Eixo prioritário	2 - Promover a adaptação às alterações climáticas e a prevenção e gestão de riscos
Prioridade de Investimento	5ii - Promoção de investimentos para abordar riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes

Quadro 3A: Indicadores de realizações comuns e específicos dos programas para o FEDER e o Fundo de Coesão (por eixo prioritário e prioridade de investimento, repartidos por categoria de região para o FEDER) - 2 / 5ii

(1)	ID	Indicador	Unidade de medida	Categoria de região	Valor-alvo (2023) total	Valor-alvo (2023) homens	Valor-alvo (2023) mulheres	2017 Total	2017 Homens	2017 Mulheres	Observações
F	CO20	Prevenção e gestão de riscos: População que beneficia de medidas de proteção contra inundações	Pessoas		1.500.000,00			125.267,00	0,00	0,00	Na medida em que se trata de intervenções pesadas, com períodos de execução relativamente longos, o contributo das operações para a realização executada deste indicador ainda não é muito expressivo.
S	CO20	Prevenção e gestão de riscos: População que beneficia de medidas de proteção contra inundações	Pessoas		1.500.000,00			1.552.644,00	0,00	0,00	Resulta do contributo das operações relativas aos projetos aprovados no âmbito da redução de riscos de cheias e inundações.
F	CO21	Prevenção e gestão de riscos: População que beneficia de proteção contra incêndios florestais	Pessoas		5.000.000,00			462.660,00	0,00	0,00	Resulta do contributo das operações no âmbito da redução de riscos de incêndios florestais com intervenções concluídas, donde já decorrem benefícios para as populações das ações implementadas.
S	CO21	Prevenção e gestão de riscos: População que beneficia de proteção contra incêndios florestais	Pessoas		5.000.000,00			6.954.186,00	0,00	0,00	Resulta do contributo de 200 operações relativas a projetos aprovados no âmbito da redução de riscos de incêndios florestais. A realocação das verbas indicativas previstas para o GP de aquisição de meios aéreos a outras prioridades no reforço da capacitação dos meios de prevenção e ataque de incêndios florestais, veio trazer um dinamismo diferente do previsto no que respeita a este indicador, que já ultrapassou a meta prevista no que respeita às operações contratadas. No âmbito do exercício de reprogramação em curso, será proposta a sua revisão em alta.
F	O521	Extensão da faixa costeira intervencionada para proteção de pessoas e bens	Km		50,00			30,00	0,00	0,00	Contributo das operações com intervenções concluídas, verificando-se um claro avanço na execução reportada em 2017 face a 2016, sendo que se prevê que a sua execução continue a evoluir no sentido favorável em 2018, de acordo com os cronogramas de execução das operações aprovadas.
S	O521	Extensão da faixa costeira intervencionada para proteção de pessoas e bens	Km		50,00			64,00	0,00	0,00	Contributo de 41 operações aprovadas para intervenção na faixa costeira. No âmbito do exercício de reprogramação em curso, a meta deste indicador será revista em alta, considerando que os custos unitários na implementação são inferiores aos da programação.
F	O525	Equipamentos aéreos adquiridos	Nº		2,00			0,00	0,00	0,00	
S	O525	Equipamentos aéreos adquiridos	Nº		2,00			0,00	0,00	0,00	No exercício de reprogramação em curso, será proposta a desmobilização deste indicador, dado que não se irá verificar a aquisição dos meios aéreos.

1) S=Valor cumulativo — realizações a executar através de operações selecionadas [previsão fornecida pelos beneficiários], F=Valor cumulativo — realizações executadas por operações [execução efetiva]

(1)	ID	Indicador	2016 Total	2016 Homens	2016 Mulheres	2015 Total	2015 Homens	2015 Mulheres	2014 Total	2014 Homens	2014 Mulheres
F	CO20	Prevenção e gestão de riscos: População que beneficia de medidas de proteção contra inundações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
S	CO20	Prevenção e gestão de riscos: População que beneficia de medidas de proteção contra inundações	954.714,00	0,00	0,00	125.267,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
F	CO21	Prevenção e gestão de riscos: População que beneficia de proteção contra incêndios florestais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
S	CO21	Prevenção e gestão de riscos: População que beneficia de proteção contra incêndios florestais	1.568.117,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
F	O521	Extensão da faixa costeira intervencionada para proteção de pessoas e bens	5,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
S	O521	Extensão da faixa costeira intervencionada para proteção de pessoas e bens	43,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
F	O525	Equipamentos aéreos adquiridos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
S	O525	Equipamentos aéreos adquiridos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Eixo prioritário	2 - Promover a adaptação às alterações climáticas e a prevenção e gestão de riscos
Prioridade de Investimento	5ii - Promoção de investimentos para abordar riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes
Objetivo específico	1 - Proteção do litoral e das suas populações face a riscos, especialmente de erosão costeira

Quadro 1: Indicadores de resultados para o FEDER e o Fundo de Coesão (por eixo prioritário e objetivo específico); aplica-se igualmente ao eixo prioritário Assistência Técnica

ID	Indicador	Unidade de medida	Categoria de região	Valor de Base	Ano de Base	Valor da meta para 2023	2017 Total	2017 Qualitativos	Observações
R522	Linha de costa continental em situação crítica de erosão	%		14,00	2013	9,00	21,10		No âmbito do exercício de reprogramação em curso, será apresentada e justificada uma proposta de revisão metodológica que foi alvo de um processo de robustecimento por parte da APA, permitindo a definição de uma nova baseline (22,7%) e uma meta estimada de 16,5%, alinhada com o impacto que as intervenções identificadas no Plano de Ação Litoral XXI, na tipologia de Proteção Costeira em zonas de Risco, classificadas como prioridade elevada e o respetivo impacto na mitigação da situação crítica de erosão da linha de costa. No REA 2017, para os anos 2014, 2015 e 2016, manteve-se a baseline revista (alterando-se de 13,9% em 2016 e de 14% em 2014 e 2015), dado que não foi possível atualizar a evolução do indicador à luz da nova metodologia para aqueles três anos. O valor de 2017 registou uma evolução (21%) no sentido da trajetória da meta proposta.

ID	Indicador	2016 Total	2016 Qualitativos	2015 Total	2015 Qualitativos	2014 Total	2014 Qualitativos
R522	Linha de costa continental em situação crítica de erosão	22,70		22,70		22,70	

Eixo prioritário	2 - Promover a adaptação às alterações climáticas e a prevenção e gestão de riscos
Prioridade de Investimento	5ii - Promoção de investimentos para abordar riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes
Objetivo específico	2 - Reforço da gestão face aos riscos, numa perspetiva de resiliência, capacitando as instituições envolvidas

Quadro 1: Indicadores de resultados para o FEDER e o Fundo de Coesão (por eixo prioritário e objetivo específico); aplica-se igualmente ao eixo prioritário Assistência Técnica

ID	Indicador	Unidade de medida	Categoria de região	Valor de Base	Ano de Base	Valor da meta para 2023	2017 Total	2017 Qualitativos	Observações
R524	Incêndios florestais ativos com duração superior a 24 horas	Nº		89	2013	<50			Os dados relativos a 2017 ainda não se encontram disponíveis. Os valores apurados estão de acordo com os dados publicados pelo INE no Portal dos Indicadores do Portugal 2020, sendo que a metodologia do indicador diz respeito ao número médio de incêndios florestais ativos, nos últimos 3 anos, com duração superior a 24H, são os seguintes: Média 2016 (172): 2016 (427); 2015 (73); 2014 (17); Média 2015 (87): 2015 (73), 2014 (17), 2013 (172); Média 2014 (89): 2014 (17), 2013 (172), 2012 (78). A evolução do indicador reflete um ano de grande severidade climática, como foi o caso do ano de 2016. Este indicador está integrado no SEN e publicado no Portal INE Indicadores Portugal 2020.

ID	Indicador	2016 Total	2016 Qualitativos	2015 Total	2015 Qualitativos	2014 Total	2014 Qualitativos
R524	Incêndios florestais ativos com duração superior a 24 horas		172		87		89

Eixo prioritário	3 - Proteger o ambiente e promover a eficiência dos recursos
Prioridade de Investimento	6i - Investimento no setor dos resíduos para satisfazer os requisitos do acervo da União em matéria de ambiente e para satisfazer as necessidades de investimento que excedam esses requisitos, identificadas pelos Estados-Membros

Quadro 3A: Indicadores de realizações comuns e específicos dos programas para o FEDER e o Fundo de Coesão (por eixo prioritário e prioridade de investimento, repartidos por categoria de região para o FEDER) - 3 / 6i

(1)	ID	Indicador	Unidade de medida	Categoria de região	Valor-alvo (2023) total	Valor-alvo (2023) homens	Valor-alvo (2023) mulheres	2017 Total	2017 Homens	2017 Mulheres	Observações
F	CO17	Resíduos sólidos: Capacidade adicional de reciclagem de resíduos	Toneladas/ano		91.000,00			7.500,00	0,00	0,00	Contributo das operações com intervenções concluídas a 31.12.2017, que revelam ainda um baixo nível de implementação em 2017, dada a sua aprovação apenas no último trimestre daquele ano, quando ficaram reunidas as condições para o efeito, após a resposta da COM relativa ao processo de pré-notificação de regime de Auxílios de Estado.
S	CO17	Resíduos sólidos: Capacidade adicional de reciclagem de resíduos	Toneladas/ano		91.000,00			218.249,00	0,00	0,00	Contributo para o indicador resulta de 57 operações aprovadas até 31-12-2017. No âmbito do exercício de reprogramação em curso, será proposta a revisão em alta da meta deste indicador, considerando que os custos unitários na implementação são inferiores aos da programação.

1) S=Valor cumulativo — realizações a executar através de operações selecionadas [previsão fornecida pelos beneficiários], F=Valor cumulativo — realizações executadas por operações [execução efetiva]

(1)	ID	Indicador	2016 Total	2016 Homens	2016 Mulheres	2015 Total	2015 Homens	2015 Mulheres	2014 Total	2014 Homens	2014 Mulheres
F	CO17	Resíduos sólidos: Capacidade adicional de reciclagem de resíduos	2.187,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
S	CO17	Resíduos sólidos: Capacidade adicional de reciclagem de resíduos	44.716,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Eixo prioritário	3 - Proteger o ambiente e promover a eficiência dos recursos
Prioridade de Investimento	6i - Investimento no setor dos resíduos para satisfazer os requisitos do acervo da União em matéria de ambiente e para satisfazer as necessidades de investimento que excedam esses requisitos, identificadas pelos Estados-Membros
Objetivo específico	1 - Valorização dos resíduos, reduzindo a produção e deposição em aterro, aumentando a recolha seletiva e a reciclagem

Quadro 1: Indicadores de resultados para o FEDER e o Fundo de Coesão (por eixo prioritário e objetivo específico); aplica-se igualmente ao eixo prioritário Assistência Técnica

ID	Indicador	Unidade de medida	Categoria de região	Valor de Base	Ano de Base	Valor da meta para 2023	2017 Total	2017 Qualitativos	Observações
R611	Preparação para reutilização e reciclagem de RU no total de RU recicláveis	%		24,00	2012	50,00			Os dados relativos a 2017 ainda não se encontram disponíveis. Este indicador está integrado no SEN e publicado no Portal INE Indicadores Portugal 2020.
R613	Redução da quantidade total depositada em aterro, dos resíduos urbanos biodegradáveis, face aos resíduos produzidos em 1995	%		63,00	2012	35,00			Os dados relativos a 2017 ainda não se encontram disponíveis. No âmbito REA 2017, o valor de 2015 foi ajustado decorrente de uma revisão efetuada pela APA/INE, passando de 44,58% (45% reportado no REA 2016) para 44,24%, que foi revisto nas Estatísticas do Ambiente 2016, e evoluindo para 41% em 2016, no sentido da trajetória da meta dos 35% . Este indicador está integrado nas Estatísticas do Ambiente do INE, aguardando-se a sua disponibilização no Portal INE Indicadores Portugal 2020.

ID	Indicador	2016 Total	2016 Qualitativos	2015 Total	2015 Qualitativos	2014 Total	2014 Qualitativos
R611	Preparação para reutilização e reciclagem de RU no total de RU recicláveis	38,00		36,00		29,00	
R613	Redução da quantidade total depositada em aterro, dos resíduos urbanos biodegradáveis, face aos resíduos produzidos em 1995	41,00		44,24		52,00	

Eixo prioritário	3 - Proteger o ambiente e promover a eficiência dos recursos
Prioridade de Investimento	6ii - Investimento no setor da água para satisfazer os requisitos do acervo da União em matéria de ambiente e para satisfazer as necessidades de investimento que excedam esses requisitos, identificadas pelos Estados-Membros

Quadro 3A: Indicadores de realizações comuns e específicos dos programas para o FEDER e o Fundo de Coesão (por eixo prioritário e prioridade de investimento, repartidos por categoria de região para o FEDER) - 3 / 6ii

(1)	ID	Indicador	Unidade de medida	Categoria de região	Valor-alvo (2023) total	Valor-alvo (2023) homens	Valor-alvo (2023) mulheres	2017 Total	2017 Homens	2017 Mulheres	Observações
F	CO18	Abastecimento de água: População adicional servida pelas melhorias de abastecimento de água	Pessoas		1.820.000,00			8.164,00	0,00	0,00	Contributo das operações com intervenções concluídas a 31.12.2017. A implementação das operações na área de intervenção do abastecimento de água, relativas ao fecho de sistemas e à melhoria da qualidade da água, determinam um ritmo mais lento do contributo das operações aprovadas para este indicador. Espera-se no entanto que a aprovação de algumas operações no ano de 2018 com rápida execução, dê um contributo importante para a execução deste indicador.
S	CO18	Abastecimento de água: População adicional servida pelas melhorias de abastecimento de água	Pessoas		1.820.000,00			221.368,00	0,00	0,00	Contributo resultante de 85 operações aprovadas até à data de reporte. No final de 2017, estavam em análise candidaturas que permitem prever que se atinja a meta definida para este indicador.
F	O621	População adicional servida pelas melhorias do sistema de saneamento de águas residuais em baixa	Equivalente de população		2.470.000,00			486.994,00	0,00	0,00	Contributo das operações que se encontram com intervenções concluídas a 31.12.2017. Considerando as operações aprovadas e os respetivos cronogramas de execução, prevê-se uma aceleração no que respeita à execução deste indicador no ano de 2018.
S	O621	População adicional servida pelas melhorias do sistema de saneamento de águas residuais em baixa	Equivalente de população		2.470.000,00			1.230.735,00	0,00	0,00	O contributo para este indicador resulta de 384 operações promovidas pelas entidades gestoras em baixa, de acordo com a classificação da ERSAR. No âmbito do exercício de reprogramação em curso, será proposta a revisão em baixa da meta deste indicador, dada a forte incidência dos investimentos apoiados em territórios de baixa densidade populacional, territórios esses mais carenciados no que respeita à melhoria da qualidade do serviço e também com custos unitários de implementação mais elevados considerando a orografia do terreno em algumas dessas regiões.
F	O623	População adicional servida pelas melhorias do sistema de saneamento de águas residuais em alta	Equivalente de população		1.430.000,00			9.024,00	0,00	0,00	Contributo das operações com intervenções concluídas ou com execução reportada a 31.12.2017. As operações estão com um nível de implementação que ainda não permite um contributo muito elevado para a execução deste indicador.
S	O623	População adicional servida pelas melhorias do sistema de saneamento de águas residuais em alta	Equivalente de população		1.430.000,00			557.964,00	0,00	0,00	O contributo para este indicador resulta de 49 operações promovidas pelas entidades gestoras em alta, de acordo com a classificação da ERSAR. No âmbito do exercício de reprogramação em curso, será proposta a revisão em baixa da meta deste indicador, dada a forte incidência dos investimentos apoiados em territórios de baixa densidade populacional, territórios esses onde se localizam as principais ETAR com problemas no cumprimento da Diretiva das Águas Residuais Urbanas, que têm sido o foco do financiamento do POSEUR no que respeita às entidades gestoras em alta.

1) S=Valor cumulativo — realizações a executar através de operações selecionadas [previsão fornecida pelos beneficiários], F=Valor cumulativo — realizações executadas por operações [execução efetiva]

(1)	ID	Indicador	2016 Total	2016 Homens	2016 Mulheres	2015 Total	2015 Homens	2015 Mulheres	2014 Total	2014 Homens	2014 Mulheres
F	CO18	Abastecimento de água: População adicional servida pelas melhorias de abastecimento de água	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
S	CO18	Abastecimento de água: População adicional servida pelas melhorias de abastecimento de água	55.177,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
F	O621	População adicional servida pelas melhorias do sistema de saneamento de águas residuais em baixa	4.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
S	O621	População adicional servida pelas melhorias do sistema de saneamento de águas residuais em baixa	1.041.785,00	0,00	0,00	250.419,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
F	O623	População adicional servida pelas melhorias do sistema de saneamento de águas residuais em alta	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
S	O623	População adicional servida pelas melhorias do sistema de saneamento de águas residuais em alta	395.737,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Eixo prioritário	3 - Proteger o ambiente e promover a eficiência dos recursos
Prioridade de Investimento	6ii - Investimento no setor da água para satisfazer os requisitos do acervo da União em matéria de ambiente e para satisfazer as necessidades de investimento que excedam esses requisitos, identificadas pelos Estados-Membros
Objetivo específico	1 - Investimentos nos recursos hídricos para satisfazer os requisitos do acervo ambiental da União e a atender às necessidades de investimento identificadas, em particular a melhoria da qualidade das massas de águas

Quadro 1: Indicadores de resultados para o FEDER e o Fundo de Coesão (por eixo prioritário e objetivo específico); aplica-se igualmente ao eixo prioritário Assistência Técnica

ID	Indicador	Unidade de medida	Categoria de região	Valor de Base	Ano de Base	Valor da meta para 2023	2017 Total	2017 Qualitativos	Observações
R624	Melhoria da qualidade das massas de água superficiais (% nacional das massas de água que passou de qualidade "Inferior a Boa" a "Boa ou Superior")	%		53,00	2012	70,00			No âmbito do exercício reprogramação em curso serão propostas as seguintes alterações: - Designação: Proporção das massas de água superficiais com estado/potencial ecológico Superior a Bom; - Valor base: 53,9% 1º ciclo 2010-2012, o nº massas água com classificação Bom ou Superior no estado/potencial ecológico foi 949 (numerador) num total massas água de 1762 (denominador); - Meta: 77% baseia-se % massas água que se prevê atingir o bom estado/potencial ecológico em 2023; No REA 2017 efetuam-se ajustamentos aos valores reportados: - 2014 e 2015 alterado para: 53,9 %, parece não se ter registado uma evolução, mas houve uma melhoria de 23 massas água (numerador: 972), mas também se registou um aumento nº total massas água (denominador: 1805). Valores 2016 e 2017 só serão apurados no próximo triénio. Este indicador foi integrado no SEN e publicado no Portal INE.

ID	Indicador	2016 Total	2016 Qualitativos	2015 Total	2015 Qualitativos	2014 Total	2014 Qualitativos
R624	Melhoria da qualidade das massas de água superficiais (% nacional das massas de água que passou de qualidade "Inferior a Boa" a "Boa ou Superior")			53,90		53,90	

Eixo prioritário	3 - Proteger o ambiente e promover a eficiência dos recursos
Prioridade de Investimento	6ii - Investimento no setor da água para satisfazer os requisitos do acervo da União em matéria de ambiente e para satisfazer as necessidades de investimento que excedam esses requisitos, identificadas pelos Estados-Membros
Objetivo específico	2 - Otimização e gestão eficiente dos recursos e infraestruturas existentes, garantindo a qualidade do serviço prestado às populações e a sustentabilidade dos sistemas, no âmbito do ciclo urbano da água

Quadro 1: Indicadores de resultados para o FEDER e o Fundo de Coesão (por eixo prioritário e objetivo específico); aplica-se igualmente ao eixo prioritário Assistência Técnica

ID	Indicador	Unidade de medida	Categoria de região	Valor de Base	Ano de Base	Valor da meta para 2023	2017 Total	2017 Qualitativos	Observações
R621	Índice das melhorias nos sistemas de Abastecimento de Água (AA) Indicador Global da Qualidade de Serviço - AA - Entidades gestoras em baixa	%		60,00	2011	75,00			Os dados relativos a 2017 ainda não se encontram disponíveis. Este indicador está integrado no SEN e publicado no Portal INE Indicadores Portugal 2020.
R622	Índice das melhorias nos sistemas de Saneamento de Águas Residuais (SAR) Indicador Global de Qualidade de Serviço - SAR - Entidades gestoras em baixa	%		49,00	2011	69,00			Os dados relativos a 2017 ainda não se encontram disponíveis. Este indicador está integrado no SEN e publicado no Portal INE Indicadores Portugal 2020.
R625	Índice das melhorias nos sistemas de Abastecimento de Água (AA) Indicador Global da Qualidade de Serviço - AA - Entidades gestoras em alta	%		73,00	2011	83,00			Os dados relativos a 2017 ainda não se encontram disponíveis. Este indicador está integrado no SEN e publicado no Portal INE Indicadores Portugal 2020.
R626	Índice das melhorias nos sistemas de Saneamento de Águas Residuais (SAR) Indicador Global de Qualidade de Serviço - SAR - Entidades gestoras em alta	%		65,00	2011	80,00			Os dados relativos a 2017 ainda não se encontram disponíveis. O comportamento deste índice está a ser influenciado pelo contributo de dois dos indicadores que o compõem - AR13 – cumprimento da licença de descarga e AR08 – Ocorrência de colapsos estruturais em coletores, sendo que no caso do primeiro, ainda não se fizeram sentir os impactos do financiamento aos investimento que visam a resolução das situações de incumprimento das DARU e no segundo, a reorganização do setor no ano de 2015, atrasou a realização dos investimentos relativos à resolução das situações relativas aos colapsos estruturais em coletores. Este indicador está integrado no SEN e publicado no Portal INE Indicadores Portugal 2020.

ID	Indicador	2016 Total	2016 Qualitativos	2015 Total	2015 Qualitativos	2014 Total	2014 Qualitativos
R621	Índice das melhorias nos sistemas de Abastecimento de Água (AA) Indicador Global da Qualidade de Serviço - AA - Entidades gestoras em baixa	68,00		65,00		67,00	
R622	Índice das melhorias nos sistemas de Saneamento de Águas Residuais (SAR) Indicador Global de Qualidade de Serviço - SAR - Entidades gestoras em baixa	59,00		55,00		55,00	
R625	Índice das melhorias nos sistemas de Abastecimento de Água (AA) Indicador Global da Qualidade de Serviço - AA - Entidades gestoras em alta	79,00		72,00		73,00	
R626	Índice das melhorias nos sistemas de Saneamento de Águas Residuais (SAR) Indicador Global de Qualidade de Serviço - SAR -	55,00		64,00		72,00	

Entidades gestoras em alta							
----------------------------	--	--	--	--	--	--	--

Eixo prioritário	3 - Proteger o ambiente e promover a eficiência dos recursos
Prioridade de Investimento	6iii - Proteção e reabilitação da biodiversidade e dos solos e promoção de sistemas de serviços ecológicos, nomeadamente através da rede Natura 2000 e de infraestruturas verdes

Quadro 3A: Indicadores de realizações comuns e específicos dos programas para o FEDER e o Fundo de Coesão (por eixo prioritário e prioridade de investimento, repartidos por categoria de região para o FEDER) - 3 / 6iii

(1)	ID	Indicador	Unidade de medida	Categoria de região	Valor-alvo (2023) total	Valor-alvo (2023) homens	Valor-alvo (2023) mulheres	2017 Total	2017 Homens	2017 Mulheres	Observações
F	CO23	Natureza e biodiversidade: Superfície dos habitats apoiados para atingirem um melhor estado de conservação	Hectares		200.000,00			0,00	0,00	0,00	As operações aprovadas ainda não estão com um nível de implementação que permita um contributo para a execução deste indicador.
S	CO23	Natureza e biodiversidade: Superfície dos habitats apoiados para atingirem um melhor estado de conservação	Hectares		200.000,00			128.832,00	0,00	0,00	A revisão em baixa da quantidade aprovada do indicador face a 2016 resulta da rescisão de uma operação (58.500 hectares) e da revisão das quantidades aprovadas das operações 2215*33 (21.574,79) hectares passa para 16.025,84); *2215*54 (232,77 hectares passa para 233,50) e 2215*55 (210,27 hectares passa para 183,61) resultantes da verificação feita no âmbito da informação geográfica das operações, já recolhida em 2017. Apesar de existir uma diminuição no que respeita ao reportado em 2016 pelos motivos referidos, em 2017 foram aprovadas operações com contributo para este indicador.
F	O641	Superfície do território de Sítios de Importância Comunitária (SIC – RN2000) abrangida por cartografia de valores naturais protegidos	ha		1.500.000,00			0,00	0,00	0,00	Foi detetado lapso no valor executado reportado no Relatório Anual de 2016, não se verificando execução até 31.12.2017.
S	O641	Superfície do território de Sítios de Importância Comunitária (SIC – RN2000) abrangida por cartografia de valores naturais protegidos	ha		1.500.000,00			1.562.278,00	0,00	0,00	A meta do PO será potencialmente atingida com a operação Desenvolvimento dos trabalhos preparatórios ao processo de designação de Zonas Especiais de Conservação – CART-PG RN2000", que corresponde à superfície terrestre dos Sítios da de Importância Comunitária (SIC RN2000) alvo de cartografia de habitats. Existem outras operações aprovadas que contribuem para este indicador, mas que incidem sobre a mesma área da operação acima identificada. A quantidade foi revista em baixa face a 2016, dada a verificação da informação geográfica da operação, recolhida em 2017. Dado que a dimensão do conhecimento das ações de conservação da natureza, se expande para além da cartografia, no âmbito do exercício de reprogramação em curso, este indicador será substituído por outro com maior abrangência relativamente ao universo de operações apoiadas pelo PO.

1) S=Valor cumulativo — realizações a executar através de operações seleccionadas [previsão fornecida pelos beneficiários], F=Valor cumulativo — realizações executadas por operações [execução efetiva]

(1)	ID	Indicador	2016 Total	2016 Homens	2016 Mulheres	2015 Total	2015 Homens	2015 Mulheres	2014 Total	2014 Homens	2014 Mulheres
-----	----	-----------	------------	-------------	---------------	------------	-------------	---------------	------------	-------------	---------------

(1)	ID	Indicador	2016 Total	2016 Homens	2016 Mulheres	2015 Total	2015 Homens	2015 Mulheres	2014 Total	2014 Homens	2014 Mulheres
F	CO23	Natureza e biodiversidade: Superfície dos habitats apoiados para atingirem um melhor estado de conservação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
S	CO23	Natureza e biodiversidade: Superfície dos habitats apoiados para atingirem um melhor estado de conservação	192.276,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
F	O641	Superfície do território de Sítios de Importância Comunitária (SIC – RN2000) abrangida por cartografia de valores naturais protegidos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
S	O641	Superfície do território de Sítios de Importância Comunitária (SIC – RN2000) abrangida por cartografia de valores naturais protegidos	1.563.939,00	0,00	0,00	1.563.939,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Eixo prioritário	3 - Proteger o ambiente e promover a eficiência dos recursos
Prioridade de Investimento	6iii - Proteção e reabilitação da biodiversidade e dos solos e promoção de sistemas de serviços ecológicos, nomeadamente através da rede Natura 2000 e de infraestruturas verdes
Objetivo específico	1 - Conservação, gestão, ordenamento e conhecimento da biodiversidade, dos ecossistemas e dos recursos geológicos

Quadro 1: Indicadores de resultados para o FEDER e o Fundo de Coesão (por eixo prioritário e objetivo específico); aplica-se igualmente ao eixo prioritário Assistência Técnica

ID	Indicador	Unidade de medida	Categoria de região	Valor de Base	Ano de Base	Valor da meta para 2023	2017 Total	2017 Qualitativos	Observações
R641	Melhoria do conhecimento sobre o estado de conservação e dos estatutos de ameaça de espécies e habitats	%		60	2012	70-75			Sem dados disponíveis, sendo que a frequência de relato é de 6 em 6 anos, o valor da baseline diz respeito à Avaliação da Diretiva 2007-2012. A próxima avaliação será referente ao período de 2013-2018, com dados disponíveis em 2019, como tal ainda não existem dados disponíveis para reportar neste Relatório. No âmbito do exercício de reprogramação em curso, e de acordo com o já explicitado no RAE 2016, serão propostas as seguintes alterações: - atualização da baseline para 68% e da meta, na sequência da alteração metodológica, no sentido de não considerar a componente relativa aos estatutos de ameaça, o que implica uma consequente alteração da designação do indicador: Melhoria do conhecimento sobre o estado de conservação de espécies e habitats.

ID	Indicador	2016 Total	2016 Qualitativos	2015 Total	2015 Qualitativos	2014 Total	2014 Qualitativos
R641	Melhoria do conhecimento sobre o estado de conservação e dos estatutos de ameaça de espécies e habitats						

Eixo prioritário	3 - Proteger o ambiente e promover a eficiência dos recursos
Prioridade de Investimento	6iv - Adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas, incluindo zonas de reconversão.), a reduzir a poluição do ar e a promover medidas de redução de ruído

Quadro 3A: Indicadores de realizações comuns e específicos dos programas para o FEDER e o Fundo de Coesão (por eixo prioritário e prioridade de investimento, repartidos por categoria de região para o FEDER) - 3 / 6iv

(1)	ID	Indicador	Unidade de medida	Categoria de região	Valor-alvo (2023) total	Valor-alvo (2023) homens	Valor-alvo (2023) mulheres	2017 Total	2017 Homens	2017 Mulheres	Observações
F	CO22	Reabilitação dos solos: Superfície total de solos reabilitados	Hectares		122,00			0,00	0,00	0,00	A fase de implementação das operações ainda não permite o seu contributo para a execução deste indicador.
S	CO22	Reabilitação dos solos: Superfície total de solos reabilitados	Hectares		122,00			15,00	0,00	0,00	Contributo de 4 operações aprovadas até 31.12.2017. No exercício de reprogramação em curso, será proposta a revisão em baixa da meta deste indicador, dado que os custos unitários de implementação são consideravelmente superiores ao da programação, resultantes principalmente do custo inerente ao transporte dos resíduos para CIRVER (o que não se previa inicialmente) e os pressupostos que levaram à definição da meta estavam incorretos, na medida em que contemplavam a área total do passivo ambiental por remediar, de acordo com a situação conhecida à data e não a área que seria objeto de intervenção de descontaminação efetiva
F	O652	Superficial total mineira reabilitada	Hectares		245,00			27,00	0,00	0,00	Contributo da operação Recuperação Ambiental da Antiga Área Mineira da Urgeiriça - Fase Final e da operação Recuperação Ambiental das Antigas Áreas Mineiras de Castelejo, Formiga, Vale de Videira, Vales e Póvoa de Cervães que apresenta execução a 31.12.2017.
S	O652	Superficial total mineira reabilitada	Hectares		245,00			213,00	0,00	0,00	Contributo de 5 operações aprovadas até 31-12-2017

1) S=Valor cumulativo — realizações a executar através de operações selecionadas [previsão fornecida pelos beneficiários], F=Valor cumulativo — realizações executadas por operações [execução efetiva]

(1)	ID	Indicador	2016 Total	2016 Homens	2016 Mulheres	2015 Total	2015 Homens	2015 Mulheres	2014 Total	2014 Homens	2014 Mulheres
F	CO22	Reabilitação dos solos: Superfície total de solos reabilitados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
S	CO22	Reabilitação dos solos: Superfície total de solos reabilitados	7,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
F	O652	Superficial total mineira reabilitada	2,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
S	O652	Superficial total mineira reabilitada	122,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Eixo prioritário	3 - Proteger o ambiente e promover a eficiência dos recursos
Prioridade de Investimento	6iv - Adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas, incluindo zonas de reconversão.), a reduzir a poluição do ar e a promover medidas de redução de ruído
Objetivo específico	1 - Recuperação de passivos ambientais localizados em antigas unidades industriais, mitigando os seus efeitos sobre o ambiente

Quadro 1: Indicadores de resultados para o FEDER e o Fundo de Coesão (por eixo prioritário e objetivo específico); aplica-se igualmente ao eixo prioritário Assistência Técnica

ID	Indicador	Unidade de medida	Categoria de região	Valor de Base	Ano de Base	Valor da meta para 2023	2017 Total	2017 Qualitativos	Observações
R652	Recuperação dos passivos ambientais industriais prioritários	%		17,00	2013	50,00	17,85		O valor referente ao ano 2017 não regista evolução, não existindo ainda efeito das operações cofinanciadas, dado ainda não estão com um nível de implementação que permita influenciar este indicador.
R653	Recuperação dos passivos mineiros/indústria extrativa prioritários	%		46,00	2013	89,00	54,86		

ID	Indicador	2016 Total	2016 Qualitativos	2015 Total	2015 Qualitativos	2014 Total	2014 Qualitativos
R652	Recuperação dos passivos ambientais industriais prioritários	17,85		17,85		17,00	
R653	Recuperação dos passivos mineiros/indústria extrativa prioritários	54,29		54,29		49,71	

Eixos prioritários para assistência técnica

Quadro 3A: Indicadores de realizações comuns e específicos dos programas para o FEDER e o Fundo de Coesão (por eixo prioritário e prioridade de investimento, repartidos por categoria de região para o FEDER) - 4

Eixo prioritário					4 - Assistência técnica						
(1)	ID	Indicador	Unidade de medida	Categoria de região	Valor-alvo (2023) total	Valor-alvo (2023) homens	Valor-alvo (2023) mulheres	2017 Total	2017 Homens	2017 Mulheres	Observações
F	OAT13	Nível de desmaterialização de todos os processos e comunicações	%		100,00			68,00	0,00	0,00	A data de reporte do relatório anual (31.12.2017) o nível de desmaterialização de processos e comunicações resultante de processos efetivamente desmaterializados em cada um dos momentos do ciclo de vida das operações apoiadas é já de 68 %, sendo de esperar o cumprimento da meta no final do período de programação.
S	OAT13	Nível de desmaterialização de todos os processos e comunicações	%		100,00			90,00	0,00	0,00	As operações aprovadas ainda não convergem totalmente para o cumprimento da meta prevista (100%), pois existem comunicações de alguns procedimentos de natureza administrativa que são concretizados via ofício. Todos os restantes atos de gestão do ciclo de vida das operações são tramitados através do SISEUR e Balcão 2020.
F	OAT23	Trabalhadores com salários cofinanciados pela AT	ETI		90,00			82,00	0,00	0,00	Embora a estrutura do PO preveja um número global de 83 trabalhadores, até ao final de 2017, integrou 82 elementos, tendo-se completado a estrutura já em 2018. No âmbito do exercício de reprogramação em curso, será proposta a revisão da meta em baixa, considerando o número de elementos da estrutura do Secretariado Técnico do PO definida no Modelo de Governação do PT2020..
S	OAT23	Trabalhadores com salários cofinanciados pela AT	ETI		90,00			83,00	0,00	0,00	
F	OAT4	Autoridades públicas que participam na gestão envolvidas em projetos de capacitação institucional	%		100,00			83,00	0,00	0,00	Aplicada a metodologia do indicador apurou-se uma taxa de 83% que resulta de no ano de 2017, 68 trabalhadores da estrutura de missão terem participado em ações de formação face aos 82 trabalhadores no total que integram a estrutura do secretariado técnico à data de reporte do relatório.
S	OAT4	Autoridades públicas que participam na gestão envolvidas em projetos de capacitação institucional	%		100,00			100,00	0,00	0,00	Será proposta a alteração da designação deste indicador no âmbito do exercício de reprogramação em curso, de modo a assumir a sua adequação à metodologia de apuramento e reporte que tem vindo a ser feito nos anos de 2016 e de 2017- "Trabalhadores que participam em ações de capacitação institucional"

1) S=Valor cumulativo — realizações a executar através de operações selecionadas [previsão fornecida pelos beneficiários], F=Valor cumulativo — realizações executadas por operações [execução efetiva]

(1)	ID	Indicador	2016 Total	2016 Homens	2016 Mulheres	2015 Total	2015 Homens	2015 Mulheres	2014 Total	2014 Homens	2014 Mulheres
F	OAT13	Nível de desmaterialização de todos os processos e comunicações	66,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
S	OAT13	Nível de desmaterialização de todos os processos e comunicações	90,00	0,00	0,00	85,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
F	OAT23	Trabalhadores com salários cofinanciados pela AT	71,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
S	OAT23	Trabalhadores com salários cofinanciados pela AT	83,00	0,00	0,00	83,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
F	OAT4	Autoridades públicas que participam na gestão envolvidas em projetos de capacitação	56,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

(1)	ID	Indicador	2016 Total	2016 Homens	2016 Mulheres	2015 Total	2015 Homens	2015 Mulheres	2014 Total	2014 Homens	2014 Mulheres
		institucional									
S	OAT4	Autoridades públicas que participam na gestão envolvidas em projetos de capacitação institucional	100,00	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Eixo prioritário	4 - Assistência técnica
Objetivo específico	1 - Gestão eficiente e eficaz do Programa Operacional, promovendo a sua adequada dinamização e respetiva implementação

Quadro 1: Indicadores de resultados para o FEDER e o Fundo de Coesão (por eixo prioritário e objetivo específico); aplica-se igualmente ao eixo prioritário Assistência Técnica - 4 / 1

ID	Indicador	Unidade de medida	Categoria de região	Valor de Base	Ano de Base	Valor da meta para 2023	2017 Total	2017 Qualitativos	Observações
RAT9	Taxa de erro verificada nas auditorias	%		n.a.		< 2%			Informação não disponível à data

ID	Indicador	2016 Total	2016 Qualitativos	2015 Total	2015 Qualitativos	2014 Total	2014 Qualitativos
RAT9	Taxa de erro verificada nas auditorias						

Quadro 5: Informações sobre os objetivos intermédios e metas fixados no quadro de desempenho

Eixo prioritário	Tipo de Indicador	ID	Indicador	Unidade de medida	Fundo	Categoria de região	2017 Número total cumulativo	2017 Número de homens cumulativo	2017 Número de mulheres cumulativo	2017 Total anual	2017 Total anual de homens	2017 Total anual de mulheres
1	O	CO30	Energias renováveis: Capacidade suplementar de produção de energia renovável	MW	CF		0,00					
1	O	CO31	Eficiência energética: Número de agregados familiares com consumo de energia melhorado	Households	CF		0,00					
1	O	CO33	Eficiência energética: Número adicional de utilizadores de energia ligados a redes inteligentes	Users	CF		0,00					
1	F	F1	Despesa certificada	€	CF		10.506.031,59					
2	F	F2	Despesa certificada	€	CF		6.019.814,24					
2	I	K521	Extensão da faixa intervencionada para proteção de pessoas e bens	Km	CF		64,00					
2	I	K525	Equipamentos aéreos contratados	Nº	CF		0,00					
2	O	O521	Extensão da faixa costeira intervencionada para proteção de pessoas e bens	Km	CF		30,00					
2	O	O525	Equipamentos aéreos adquiridos	Nº	CF		0,00					
3	O	CO18	Abastecimento de água: População adicional servida pelas melhorias de abastecimento de água	Persons	CF		8.164,00					
3	F	F3	Despesa certificada	€	CF		109.618.016,73					
3	O	O621	População adicional servida pelas melhorias do sistema de saneamento de águas residuais em baixa	Equivalente de população	CF		486.994,00					

Eixo prioritário	Tipo de Indicador	ID	Indicador	Unidade de medida	Fundo	Categoria de região	2016 Número total cumulativo	2015 Número total cumulativo	2014 Número total cumulativo	Observações
1	O	CO30	Energias renováveis: Capacidade suplementar de produção de energia renovável	MW	CF		0,00	0,00	0,00	A 31.12.2017 o indicador tem uma quantidade aprovada de 33MW que resulta do contributo do GP Hidroelétrica da Calheta e da operação TermoGreen. No âmbito do processo de Reprogramação em curso, será proposta a revisão da meta final deste indicador dado que existiram pressupostos que não foram corretamente aplicados aquando da sua definição. Será ajustada para 46 MW, tendo em conta que a operação da RAM contribui com uma capacidade instalada de 30 MW (1,8M€ de custo/MW) e os projetos piloto com um acréscimo previsto de 16 MW (5M de custo/MW). Os pressupostos estavam bem definidos mas não foram corretamente aplicados para o cálculo da meta. Também no âmbito do exercício de reprogramação em curso, será proposta uma alteração neste indicador do Quadro de Desempenho, dadas as circunstâncias de implementação desta PI.
1	O	CO31	Eficiência energética: Número de agregados familiares com consumo de energia melhorado	Households	CF		0,00	0,00	0,00	A 31.12.2017 o indicador tem uma quantidade aprovada de 3.200 agregados familiares com consumo de energia que se prevê melhorar e resulta do contributo da Operação "Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbana". Considerando que o apoio do POSEUR a esta política pública, apenas será veiculado através do IFRRU2020, no âmbito do exercício de reprogramação em curso será apresentada uma proposta de reafetação da verba não alocada até esta data ao Objetivo Específico para outras prioridades do eixo prioritário, pelo que este indicador será desmobilizado do quadro de desempenho.
1	O	CO33	Eficiência energética: Número adicional de utilizadores de energia ligados a redes inteligentes	Users	CF		0,00	0,00	0,00	PI sem implementação e sem Avisos abertos. No âmbito do processo de Reprogramação em curso será apresentada proposta de realocação de verbas da PI para outras prioridades dentro do eixo prioritário, pelo que será proposta a desmobilização deste indicador do quadro de desempenho.
1	F	F1	Despesa certificada	€	CF		96.833,64	0,00	0,00	Dado o nível de implementação do eixo 1 e as dificuldades relatadas sobre os motivos dos atrasos, é evidente o seu ainda baixo nível de execução no final de 2017, que se perspetiva vir a recuperar com a despesa decorrente da implementação das operações de eficiência energética nos transportes públicos e na administração central. No exercício de reprogramação em curso, a meta intercalar será revista para um valor correspondente ao cumprimento da Regra N+3, abatida dos adiantamentos inicial e anuais
2	F	F2	Despesa certificada	€	CF		24.667.494,00	0,00	0,00	Prevê-se uma recuperação do nível de execução deste indicador do quadro de desempenho durante o ano de 2018, considerando o número de operações aprovadas e em execução. No exercício de reprogramação em curso, a meta intercalar será revista para um valor correspondente ao cumprimento da Regra N+3, abatida dos adiantamentos inicial e anuais.
2	I	K521	Extensão da faixa intervencionada para proteção de pessoas e bens	Km	CF		43,00	0,00	0,00	Contributo das operações com intervenções concluídas, verificando-se um claro avanço na execução reportada a 2017 face a 2016, mais 25 Km executados, sendo que se prevê um grande avanço na execução deste indicador em 2018 de acordo com os cronogramas de execução das operações aprovadas. No âmbito do exercício de reprogramação em curso, será proposta a revisão da meta final deste indicador, dado que os custos unitários na implementação têm-se verificado inferiores aos considerados na programação.
2	I	K525	Equipamentos aéreos contratados	Nº	CF		0,00	0,00	0,00	Considerando que o GP relativo aos meios aéreos não será apresentado, conforme já assumido na alteração do quadro 27 do texto do PO, será proposta a desmobilização deste indicador do Quadro de Desempenho.
2	O	O521	Extensão da faixa costeira intervencionada para proteção de pessoas e bens	Km	CF		5,00	0,00	0,00	A 31.12.2017 o contributo das operações aprovadas para este indicador é 64 Km, sendo que se verificou um acréscimo até final do ano de 2017 de mais 21 Km de extensão de costa que se prevê intervencionar face ao ano de 2016.
2	O	O525	Equipamentos aéreos adquiridos	Nº	CF		0,00	0,00	0,00	Considerando que o GP relativo aos meios aéreos não será apresentado, conforme já assumido na alteração do quadro 27 do texto do PO, será proposta a desmobilização deste indicador do Quadro de Desempenho.
3	O	CO18	Abastecimento de água: População adicional servida	Persons	CF		0,00	0,00	0,00	A 31.12.2017 a quantidade aprovada para este indicador é de 221.368 pessoas. A implementação das operações na área de intervenção do abastecimento de água, relativas ao fecho de sistemas e à melhoria da qualidade da

Eixo prioritário	Tipo de Indicador	ID	Indicador	Unidade de medida	Fundo	Categoria de região	2016 Número total cumulativo	2015 Número total cumulativo	2014 Número total cumulativo	Observações
			pelas melhorias de abastecimento de água							água, determinam um ritmo mais lento do contributo das operações aprovadas para este indicador. Espera-se no entanto que a aprovação de algumas operações no ano de 2018 com rápida execução, contribua para que se atinja a meta intercalar de 2018.
3	F	F3	Despesa certificada	€	CF		19.531.503,70	0,00	0,00	Prevê-se uma recuperação do nível de execução deste indicador do quadro de desempenho durante o ano de 2018, considerando o número de operações aprovadas e em execução. No exercício de reprogramação em curso, a meta intercalar será revista para um valor correspondente ao cumprimento da Regra N+3, abatida dos adiantamentos inicial e anuais.
3	O	O621	População adicional servida pelas melhorias do sistema de saneamento de águas residuais em baixa	Equivalente de população	CF		4.500,00	0,00	0,00	A 31.12.2017 a quantidade aprovada para este indicador é de 1.230.735 população equivalente resultante do contributo de 398 operações aprovadas. A execução apurada para 31.12.2017 regista um forte avanço face a 2016 fazendo prever que será assegurado o cumprimento da meta intermédia aprovada, dado que grande parte das operações que se encontram aprovadas e a contribuir para o indicador, têm conclusão prevista para 2018. No âmbito do exercício de reprogramação em curso, será proposta a revisão em baixa da meta final deste indicador, dada a forte incidência dos investimentos apoiados em territórios de baixa densidade populacional, territórios esses mais carenciados no que respeita à melhoria da qualidade do serviço e também com custos unitários de implementação mais elevados considerando a orografia do terreno em algumas dessas regiões.

Eixo prioritário	Tipo de Indicador	ID	Indicador	Unidade de medida	Fundo	Categoria de região	Objetivo intermédio para 2018 total	Objetivo intermédio para 2018 homens	Objetivo intermédio para 2018 mulheres	Objetivo final (2023) total	Objetivo final (2023) homens	Objetivo final (2023) mulheres
1	O	CO30	Energias renováveis: Capacidade suplementar de produção de energia renovável	MW	CF		14			56,00		
1	O	CO31	Eficiência energética: Número de agregados familiares com consumo de energia melhorado	Households	CF		3200			16.000,00		
1	O	CO33	Eficiência energética: Número adicional de utilizadores de energia ligados a redes inteligentes	Users	CF		300000			1.200.000,00		
1	F	F1	Despesa certificada	€	CF		240888621			890.588.236,00		
2	F	F2	Despesa certificada	€	CF		127013349			472.049.605,00		
2	I	K521	Extensão da faixa intervencionada para proteção de pessoas e bens	Km	CF		30			50,00		
2	I	K525	Equipamentos aéreos contratados	Nº	CF		2			2,00		
2	O	O521	Extensão da faixa costeira intervencionada para proteção de pessoas e bens	Km	CF		12,5			50,00		
2	O	O525	Equipamentos aéreos adquiridos	Nº	CF		0			2,00		
3	O	CO18	Abastecimento de água: População adicional servida pelas melhorias de abastecimento de água	Persons	CF		455000			1.820.000,00		
3	F	F3	Despesa certificada	€	CF		319106880			1.229.411.765,00		
3	O	O621	População adicional servida pelas melhorias do sistema de saneamento de águas residuais em baixa	Equivalente de população	CF		617500			2.470.000,00		

3.4 Dados financeiros (artigo 50.º, n.º 2, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013)

Quadro 6: Informações financeiras a nível do eixo prioritário e do programa

(como estabelecido no quadro 1 do anexo II do Regulamento de Execução (UE) n.º 1011/2014 da Comissão [Modelo para a apresentação de dados financeiros])

Eixo prioritário	Fundo	Categoria de região	Base de cálculo	Financiamento total	Taxa de cofinanciamento	Custo total elegível das operações selecionadas para apoio	Parte da dotação total coberta com as operações selecionadas	Custo público elegível das operações selecionadas para apoio	Despesas totais elegíveis declaradas pelos beneficiários à autoridade de gestão	Parte da dotação total coberta pelas despesas elegíveis declaradas pelos beneficiários	Número de operações selecionadas
1	CF		Total	890.588.236,00	85,00	371.415.530,82	41,70%	325.512.389,74	28.056.055,87	3,15%	140
2	CF		Total	472.049.605,00	85,00	393.531.877,29	83,37%	387.486.321,83	69.896.815,17	14,81%	342
3	CF		Total	1.229.411.765,00	85,00	795.788.928,60	64,73%	780.708.103,33	123.935.550,78	10,08%	707
4	CF		Público	58.235.295,00	85,00	25.810.211,13	44,32%	25.810.211,13	9.916.983,34	17,03%	3
Total	CF			2.650.284.901,00	85,00	1.586.546.547,84	59,86%	1.519.517.026,03	231.805.405,16	8,75%	1.192
Total geral				2.650.284.901,00	85,00	1.586.546.547,84	59,86%	1.519.517.026,03	231.805.405,16	8,75%	1.192

Quadro 7: Repartição dos dados financeiros cumulativos, por combinação da categoria de intervenção, para o FEDER, o FSE e o Fundo de Coesão (artigo 112.º, n.os 1 e 2, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013, e artigo 5.º do Regulamento (UE) n.º 1304/2013),

Eixo prioritário	Características das despesas		Dimensões de categorização								Dados financeiros			
	Fundo	Categoria de região	Domínio de intervenção	Forma de financiamento	Dimensão territorial	Mecanismo de execução territorial	Dimensão relativa ao objetivo temático	Tema secundário do FSE	Dimensão económica	Dimensão relativa à localização	Custo total elegível das operações selecionadas para apoio	Custo público elegível das operações selecionadas para apoio	Despesas totais elegíveis declaradas pelos beneficiários à autoridade de gestão	Número de operações selecionadas
1	CF		011	01	03	07	04		08	PT185	8.385.090,50	5.000.000,00	0,00	1
1	CF		011	01	07	07	04		18	PT11	19.324,04	19.324,04	430,50	1
1	CF		011	01	07	07	04		18	PT15	19.324,04	19.324,04	430,50	1
1	CF		011	01	07	07	04		18	PT16	19.324,04	19.324,04	430,50	1
1	CF		011	01	07	07	04		18	PT17	19.324,04	19.324,04	430,50	1
1	CF		011	01	07	07	04		18	PT18	19.324,04	19.324,04	430,50	1
1	CF		012	01	02	07	04		08	PT300	63.358.294,62	63.358.294,62	16.967.643,29	1
1	CF		012	01	07	07	04		18	PT11	183.024,22	183.024,22	35.549,57	5
1	CF		012	01	07	07	04		18	PT15	183.024,22	183.024,22	35.549,57	5
1	CF		012	01	07	07	04		18	PT16	183.024,22	183.024,22	35.549,57	5
1	CF		012	01	07	07	04		18	PT17	183.024,22	183.024,22	35.549,57	5
1	CF		012	01	07	07	04		18	PT18	183.024,22	183.024,22	35.549,57	5
1	CF		013	01	07	07	04		18	PT11	220.170,00	187.144,50	70.380,60	1
1	CF		013	01	07	07	04		18	PT15	220.170,00	187.144,50	70.380,60	1
1	CF		013	01	07	07	04		18	PT16	220.170,00	187.144,50	70.380,60	1
1	CF		013	01	07	07	04		18	PT17	220.170,00	187.144,50	70.380,60	1
1	CF		013	01	07	07	04		18	PT18	220.170,00	187.144,50	70.380,60	1
1	CF		013	02	01	07	04		08	PT111	3.444.162,21	3.444.162,21	0,00	1
1	CF		013	02	01	07	04		08	PT113	3.598.279,92	3.598.279,92	0,00	1
1	CF		013	02	01	07	04		08	PT114	1.805.882,65	1.805.882,65	1.872,00	3
1	CF		013	02	01	07	04		08	PT115	245.744,74	245.744,74	0,00	1
1	CF		013	02	01	07	04		08	PT150	884.320,53	884.320,53	0,00	5
1	CF		013	02	01	07	04		08	PT162	2.755.841,13	2.755.841,13	0,00	3
1	CF		013	02	01	07	04		08	PT165	10.853.751,85	10.853.751,85	0,00	2
1	CF		013	02	01	07	04		08	PT17	42.293.918,14	42.293.918,14	4.500,00	18
1	CF		013	02	01	07	04		08	PT171	10.893.101,71	10.893.101,71	0,00	4
1	CF		013	02	01	07	04		08	PT172	10.519.046,05	10.519.046,05	0,00	2
1	CF		013	02	01	07	04		18	PT114	9.105.457,07	9.105.457,07	27.123,00	3
1	CF		013	02	01	07	04		18	PT150	478.336,70	478.336,70	0,00	2
1	CF		013	02	01	07	04		18	PT161	2.395.894,11	2.395.894,11	4.795,77	1
1	CF		013	02	01	07	04		18	PT162	346.032,59	346.032,59	0,00	1
1	CF		013	02	01	07	04		18	PT17	7.029.136,72	7.029.136,72	6.137,70	2
1	CF		013	02	01	07	04		18	PT171	411.318,90	411.318,90	11.517,24	1
1	CF		013	02	01	07	04		18	PT172	5.372.369,89	5.372.369,89	0,00	1
1	CF		013	02	02	07	04		08	PT112	750.074,05	750.074,05	0,00	3
1	CF		013	02	02	07	04		08	PT114	217.631,90	217.631,90	0,00	1
1	CF		013	02	02	07	04		08	PT115	5.061.444,80	5.061.444,80	369,00	2
1	CF		013	02	02	07	04		08	PT117	631.786,59	631.786,59	0,00	4
1	CF		013	02	02	07	04		08	PT163	2.055.884,20	2.055.884,20	0,00	2
1	CF		013	02	02	07	04		08	PT169	2.424.696,93	2.424.696,93	0,00	4
1	CF		013	02	02	07	04		08	PT16A	1.321.174,64	1.321.174,64	64.267,09	8
1	CF		013	02	02	07	04		08	PT183	579.414,11	579.414,11	0,00	4
1	CF		013	02	02	07	04		18	PT115	240.866,64	240.866,64	5.442,75	1
1	CF		013	02	02	07	04		18	PT117	6.468.847,69	6.468.847,69	0,00	9
1	CF		013	02	02	07	04		18	PT168	2.863.813,96	2.863.813,96	0,00	2
1	CF		013	02	03	07	04		08	PT16B	74.001,11	74.001,11	0,00	1
1	CF		013	02	03	07	04		08	PT16C	4.481.741,71	4.481.741,71	0,00	4
1	CF		013	02	03	07	04		08	PT181	2.935.173,00	2.935.173,00	0,00	5

Eixo prioritário	Características das despesas		Dimensões de categorização							Dados financeiros				
	Fundo	Categoria de região	Domínio de intervenção	Forma de financiamento	Dimensão territorial	Mecanismo de execução territorial	Dimensão relativa ao objetivo temático	Tema secundário do FSE	Dimensão económica	Dimensão relativa à localização	Custo total elegível das operações selecionadas para apoio	Custo público elegível das operações selecionadas para apoio	Despesas totais elegíveis declaradas pelos beneficiários à autoridade de gestão	Número de operações selecionadas
1	CF		013	02	03	07	04		08	PT185	372.883,29	372.883,29	0,00	1
1	CF		013	02	03	07	04		18	PT16C	2.301.712,40	2.301.712,40	0,00	1
1	CF		014	01	07	07	04		18	PT11	233.208,00	198.226,80	1.777,35	1
1	CF		014	01	07	07	04		18	PT15	233.208,00	198.226,80	1.777,35	1
1	CF		014	01	07	07	04		18	PT16	233.208,00	198.226,80	1.777,35	1
1	CF		014	01	07	07	04		18	PT17	233.208,00	198.226,80	1.777,35	1
1	CF		014	01	07	07	04		18	PT18	233.208,00	198.226,80	1.777,35	1
1	CF		014	04	07	07	04		18	PT11	16.400.000,02	8.352.941,19	1.989.497,77	1
1	CF		014	04	07	07	04		18	PT15	16.400.000,02	8.352.941,19	1.989.497,77	1
1	CF		014	04	07	07	04		18	PT16	16.400.000,02	8.352.941,19	1.989.497,77	1
1	CF		014	04	07	07	04		18	PT17	16.400.000,02	8.352.941,19	1.989.497,77	1
1	CF		014	04	07	07	04		18	PT18	16.400.000,02	8.352.941,19	1.989.497,77	1
1	CF		043	01	01	07	04		12	PT112	1.849.323,53	1.849.323,53	0,00	1
1	CF		043	01	01	07	04		12	PT113	259.100,00	200.000,00	0,00	1
1	CF		043	01	01	07	04		12	PT114	16.772.869,40	16.772.869,40	0,00	1
1	CF		043	01	01	07	04		12	PT161	968.158,95	739.984,33	0,00	1
1	CF		043	01	01	07	04		12	PT162	2.969.625,00	2.969.625,00	0,00	1
1	CF		043	01	01	07	04		12	PT172	4.160.180,50	4.160.180,50	0,00	1
1	CF		043	01	01	07	04		18	PT111	372.984,73	372.984,73	11.181,06	2
1	CF		043	01	01	07	04		18	PT112	520.372,09	520.372,09	15.267,33	2
1	CF		043	01	01	07	04		18	PT113	195.439,73	195.439,73	6.458,45	2
1	CF		043	01	01	07	04		18	PT114	1.042.918,74	912.417,70	14.948,62	5
1	CF		043	01	01	07	04		18	PT115	91.076,80	78.465,25	431,80	1
1	CF		043	01	01	07	04		18	PT116	7.584,85	7.584,85	365,14	1
1	CF		043	01	01	07	04		18	PT117	21.982,36	21.982,36	1.369,34	1
1	CF		043	01	01	07	04		18	PT118	21.982,36	21.982,36	1.369,34	1
1	CF		043	01	01	07	04		18	PT150	43.964,73	43.964,73	2.738,69	1
1	CF		043	01	01	07	04		18	PT161	317.791,37	317.791,37	15.609,96	2
1	CF		043	01	01	07	04		18	PT162	65.947,09	65.947,09	4.108,03	1
1	CF		043	01	01	07	04		18	PT163	65.947,09	65.947,09	4.108,03	1
1	CF		043	01	01	07	04		18	PT165	43.964,73	43.964,73	2.738,69	1
1	CF		043	01	01	07	04		18	PT168	21.982,36	21.982,36	1.369,34	1
1	CF		043	01	01	07	04		18	PT169	21.982,36	21.982,36	1.369,34	1
1	CF		043	01	01	07	04		18	PT16B	21.982,36	21.982,36	1.369,34	1
1	CF		043	01	01	07	04		18	PT17	1.740.601,47	1.740.601,47	80.100,98	4
1	CF		043	01	01	07	04		18	PT171	272.462,79	272.462,79	17.393,60	4
1	CF		043	01	01	07	04		18	PT172	131.894,18	131.894,18	8.216,06	2
1	CF		043	01	01	07	04		18	PT182	21.982,36	21.982,36	1.369,34	1
1	CF		043	01	01	07	04		18	PT183	43.964,73	43.964,73	2.738,69	1
1	CF		043	01	01	07	04		18	PT184	21.982,36	21.982,36	1.369,34	1
1	CF		043	01	01	07	04		18	PT185	43.964,73	43.964,73	2.738,69	1
1	CF		043	01	01	07	04		22	PT17	21.403.616,76	21.403.616,76	0,00	1
1	CF		043	01	01	07	04		22	PT171	1.746.378,65	1.746.378,65	0,00	1
1	CF		043	01	01	07	04		22	PT172	135.053,28	135.053,28	0,00	1
1	CF		043	01	02	07	04		12	PT114	1.389.979,49	1.133.411,04	0,00	3
1	CF		043	01	02	07	04		12	PT115	549.166,00	447.798,56	0,00	1
1	CF		043	01	02	07	04		12	PT116	5.632.054,17	4.592.465,18	0,00	2
1	CF		043	01	02	07	04		12	PT118	668.000,00	668.000,00	0,00	1
1	CF		043	01	02	07	04		12	PT161	185.382,31	151.163,64	0,00	1
1	CF		043	01	02	07	04		18	PT112	169.008,11	145.906,89	10.915,09	1
1	CF		043	01	02	07	04		18	PT117	441.752,00	441.752,00	122.624,71	1
1	CF		043	01	02	07	04		18	PT118	184.460,83	184.460,83	21.099,62	1
1	CF		043	01	02	07	04		18	PT163	442.611,15	442.611,15	1.970,22	2

Eixo prioritário	Características das despesas		Dimensões de categorização							Dados financeiros				
	Fundo	Categoria de região	Domínio de intervenção	Forma de financiamento	Dimensão territorial	Mecanismo de execução territorial	Dimensão relativa ao objetivo temático	Tema secundário do FSE	Dimensão económica	Dimensão relativa à localização	Custo total elegível das operações selecionadas para apoio	Custo público elegível das operações selecionadas para apoio	Despesas totais elegíveis declaradas pelos beneficiários à autoridade de gestão	Número de operações selecionadas
1	CF		043	01	02	07	04		18	PT16A	418.273,00	360.782,05	40.251,47	1
1	CF		043	01	02	07	04		18	PT16B	180.784,83	180.784,83	804,74	1
1	CF		043	01	02	07	04		18	PT183	502.849,18	502.849,18	2.158,93	1
1	CF		043	01	02	07	04		18	PT184	319.830,14	319.830,14	39.676,30	1
1	CF		043	01	07	07	04		18	PT11	562.077,33	562.077,33	7.555,55	1
1	CF		043	01	07	07	04		18	PT15	80.296,76	80.296,76	1.079,36	1
1	CF		043	01	07	07	04		18	PT16	1.150.920,25	1.150.920,25	15.470,89	1
1	CF		043	01	07	07	04		18	PT17	214.124,70	214.124,70	2.878,30	1
1	CF		043	01	07	07	04		18	PT18	669.139,68	669.139,68	8.994,70	1
2	CF		087	01	01	03	05		18	PT114	1.058.823,53	1.058.823,53	0,00	1
2	CF		087	01	01	03	05		18	PT161	17.707,00	17.707,00	5.816,11	2
2	CF		087	01	01	03	05		18	PT162	141.857,99	141.857,99	46.595,25	12
2	CF		087	01	01	03	05		18	PT164	159.363,01	159.363,01	52.345,02	12
2	CF		087	01	01	03	05		18	PT165	17.707,00	17.707,00	5.816,11	2
2	CF		087	01	01	03	05		18	PT16B	35.416,67	35.416,67	0,00	1
2	CF		087	01	01	03	05		18	PT17	37.231,76	37.231,76	0,00	1
2	CF		087	01	01	03	05		18	PT171	550.119,01	550.119,01	0,00	3
2	CF		087	01	01	03	05		18	PT172	339.977,64	339.977,64	0,00	1
2	CF		087	01	01	07	05		08	PT300	82.755.473,09	82.755.473,09	30.296.697,23	12
2	CF		087	01	01	07	05		18	PT111	6.828.683,96	6.799.263,96	2.196.297,39	9
2	CF		087	01	01	07	05		18	PT112	1.383.678,66	1.305.819,17	655.533,41	2
2	CF		087	01	01	07	05		18	PT113	327.017,95	274.941,34	154.873,43	4
2	CF		087	01	01	07	05		18	PT114	10.360.120,12	10.193.449,10	1.549.536,63	16
2	CF		087	01	01	07	05		18	PT115	569.479,39	486.248,89	3.369,21	2
2	CF		087	01	01	07	05		18	PT116	73.047,24	73.047,24	16.846,07	2
2	CF		087	01	01	07	05		18	PT117	213.015,57	213.015,57	10.535,08	1
2	CF		087	01	01	07	05		18	PT118	300.763,46	300.763,46	14.874,81	1
2	CF		087	01	01	07	05		18	PT150	1.500.247,08	1.469.251,08	799.260,12	3
2	CF		087	01	01	07	05		18	PT161	28.277.837,14	28.242.837,14	633.931,90	3
2	CF		087	01	01	07	05		18	PT162	19.792.609,59	19.665.991,62	118.590,45	5
2	CF		087	01	01	07	05		18	PT165	715.012,70	715.012,70	37.638,00	1
2	CF		087	01	01	07	05		18	PT17	644.442,15	644.442,15	0,00	2
2	CF		087	01	01	07	05		18	PT171	17.091.327,92	16.766.810,60	731.594,50	9
2	CF		087	01	01	07	05		18	PT172	9.066.180,09	8.864.823,29	399.779,30	6
2	CF		087	01	01	07	05		18	PT300	2.615.906,58	2.615.906,58	886.297,76	9
2	CF		087	01	02	03	05		08	PT112	109.336,45	109.336,45	0,00	1
2	CF		087	01	02	03	05		18	PT112	615.595,29	615.595,29	4.305,12	2
2	CF		087	01	02	03	05		18	PT113	71.695,50	71.695,50	0,00	1
2	CF		087	01	02	03	05		18	PT115	548.898,50	548.898,50	0,00	4
2	CF		087	01	02	03	05		18	PT117	118.425,00	118.425,00	24.768,49	2
2	CF		087	01	02	03	05		18	PT118	6.575,00	6.575,00	1.375,16	1
2	CF		087	01	02	03	05		18	PT163	226.935,00	226.935,00	0,00	2
2	CF		087	01	02	03	05		18	PT164	226.935,00	226.935,00	0,00	3
2	CF		087	01	02	03	05		18	PT167	188.235,29	188.235,29	0,00	3
2	CF		087	01	02	03	05		18	PT168	564.705,88	564.705,88	0,00	4
2	CF		087	01	02	03	05		18	PT16A	188.235,29	188.235,29	0,00	2
2	CF		087	01	02	03	05		18	PT182	25.200,00	25.200,00	7.003,80	2
2	CF		087	01	02	03	05		18	PT183	327.741,16	327.741,16	91.088,70	4
2	CF		087	01	02	03	05		18	PT184	216.800,00	216.800,00	713,40	1
2	CF		087	01	02	03	05		18	PT185	205.000,00	205.000,00	0,00	1
2	CF		087	01	02	07	05		08	PT161	1.277.943,53	1.277.943,53	0,00	1
2	CF		087	01	02	07	05		08	PT300	35.268.224,73	35.268.224,73	8.471.970,94	6
2	CF		087	01	02	07	05		18	PT111	1.237.327,27	1.237.327,27	211.047,58	3

Eixo prioritário	Características das despesas		Dimensões de categorização							Dados financeiros				
	Fundo	Categoria de região	Domínio de intervenção	Forma de financiamento	Dimensão territorial	Mecanismo de execução territorial	Dimensão relativa ao objetivo temático	Tema secundário do FSE	Dimensão económica	Dimensão relativa à localização	Custo total elegível das operações selecionadas para apoio	Custo público elegível das operações selecionadas para apoio	Despesas totais elegíveis declaradas pelos beneficiários à autoridade de gestão	Número de operações selecionadas
2	CF		087	01	02	07	05		18	PT112	7.272.372,04	7.144.534,75	49.311,59	7
2	CF		087	01	02	07	05		18	PT113	652.749,72	547.897,26	0,00	3
2	CF		087	01	02	07	05		18	PT114	4.053.820,79	3.880.577,61	1.056.655,50	3
2	CF		087	01	02	07	05		18	PT115	1.000.987,41	843.389,30	6.027,00	3
2	CF		087	01	02	07	05		18	PT116	977.682,37	856.957,09	248.446,50	5
2	CF		087	01	02	07	05		18	PT117	257.766,60	227.966,60	0,00	2
2	CF		087	01	02	07	05		18	PT118	149.000,00	119.200,00	0,00	1
2	CF		087	01	02	07	05		18	PT150	14.951.594,63	14.846.865,49	1.685.207,30	16
2	CF		087	01	02	07	05		18	PT161	12.202.990,48	12.058.311,80	2.338.217,93	9
2	CF		087	01	02	07	05		18	PT162	912.997,62	912.997,62	0,00	2
2	CF		087	01	02	07	05		18	PT163	2.371.258,58	2.371.258,58	225.489,76	4
2	CF		087	01	02	07	05		18	PT164	168.880,00	168.880,00	0,00	1
2	CF		087	01	02	07	05		18	PT168	761.092,14	639.786,07	125.365,91	2
2	CF		087	01	02	07	05		18	PT169	868.915,79	833.915,79	35.000,00	3
2	CF		087	01	02	07	05		18	PT16A	877.307,78	847.507,78	611.223,45	3
2	CF		087	01	02	07	05		18	PT16B	2.122.248,00	2.091.988,80	227.305,08	3
2	CF		087	01	02	07	05		18	PT171	1.949.655,25	1.879.206,59	58.604,89	3
2	CF		087	01	02	07	05		18	PT172	4.127.005,10	3.948.424,99	191.900,61	5
2	CF		087	01	02	07	05		18	PT182	267.598,62	238.518,62	0,00	2
2	CF		087	01	02	07	05		18	PT183	675.237,00	573.951,45	0,00	1
2	CF		087	01	02	07	05		18	PT184	314.945,00	251.956,00	0,00	2
2	CF		087	01	02	07	05		18	PT185	2.144.474,05	2.144.474,05	294.513,60	2
2	CF		087	01	02	07	05		18	PT300	5.522.805,86	5.522.805,86	103.118,02	4
2	CF		087	01	03	03	05		18	PT111	951.973,60	951.973,60	16.863,30	1
2	CF		087	01	03	03	05		18	PT113	132.575,05	132.575,05	22.382,00	3
2	CF		087	01	03	03	05		18	PT115	177.351,22	177.351,22	42.493,37	6
2	CF		087	01	03	03	05		18	PT117	240.442,98	240.442,98	15.756,05	3
2	CF		087	01	03	03	05		18	PT118	1.235.081,86	1.235.081,86	294.418,90	11
2	CF		087	01	03	03	05		18	PT161	3.681,32	3.681,32	3.681,32	1
2	CF		087	01	03	03	05		18	PT162	29.464,53	29.464,53	29.464,53	5
2	CF		087	01	03	03	05		18	PT163	292.125,00	292.125,00	0,00	4
2	CF		087	01	03	03	05		18	PT164	325.277,84	325.277,84	33.152,84	9
2	CF		087	01	03	03	05		18	PT165	329.147,81	329.147,81	121.607,17	3
2	CF		087	01	03	03	05		18	PT166	299.728,17	299.728,17	215.092,13	3
2	CF		087	01	03	03	05		18	PT169	256.468,21	256.468,21	87.170,74	3
2	CF		087	01	03	03	05		18	PT16C	570.968,50	570.968,50	570.968,50	2
2	CF		087	01	03	03	05		18	PT172	228.000,00	228.000,00	0,00	2
2	CF		087	01	03	03	05		18	PT181	25.333,33	25.333,33	0,00	1
2	CF		087	01	03	03	05		18	PT182	299.455,80	299.455,80	15.424,20	1
2	CF		087	01	03	03	05		18	PT185	262.968,50	262.968,50	53.162,45	1
2	CF		087	01	03	07	05		08	PT111	712.572,99	605.687,04	29.274,00	1
2	CF		087	01	03	07	05		08	PT168	43.863,11	43.863,11	0,00	1
2	CF		087	01	03	07	05		08	PT169	358.465,02	304.695,27	0,00	1
2	CF		087	01	03	07	05		08	PT300	3.775.236,05	3.775.236,05	2.276.416,28	2
2	CF		087	01	03	07	05		18	PT111	2.745.964,52	2.638.424,11	1.564.468,07	10
2	CF		087	01	03	07	05		18	PT115	1.401.873,51	1.230.871,30	261.211,79	7
2	CF		087	01	03	07	05		18	PT116	160.900,00	128.720,00	0,00	1
2	CF		087	01	03	07	05		18	PT117	1.272.717,09	1.086.766,93	14.851,03	7
2	CF		087	01	03	07	05		18	PT118	1.893.377,34	1.712.804,69	152.448,80	13
2	CF		087	01	03	07	05		18	PT150	1.998.876,17	1.890.875,75	259.716,55	5
2	CF		087	01	03	07	05		18	PT161	4.633.295,35	4.497.702,72	2.050.704,34	9
2	CF		087	01	03	07	05		18	PT162	12.653.008,78	12.574.368,35	1.946.857,93	12
2	CF		087	01	03	07	05		18	PT163	1.389.147,57	1.272.533,06	264.709,46	6

Eixo prioritário	Características das despesas		Dimensões de categorização								Dados financeiros			
	Fundo	Categoria de região	Domínio de intervenção	Forma de financiamento	Dimensão territorial	Mecanismo de execução territorial	Dimensão relativa ao objetivo temático	Tema secundário do FSE	Dimensão económica	Dimensão relativa à localização	Custo total elegível das operações selecionadas para apoio	Custo público elegível das operações selecionadas para apoio	Despesas totais elegíveis declaradas pelos beneficiários à autoridade de gestão	Número de operações selecionadas
2	CF		087	01	03	07	05		18	PT164	4.517.504,27	4.033.437,93	160.017,13	21
2	CF		087	01	03	07	05		18	PT165	3.860.406,84	3.265.550,76	364.472,63	12
2	CF		087	01	03	07	05		18	PT166	1.183.979,87	1.103.691,86	151.150,11	8
2	CF		087	01	03	07	05		18	PT167	681.910,71	653.950,71	19.932,94	5
2	CF		087	01	03	07	05		18	PT168	1.684.805,36	1.436.315,23	6.853,46	10
2	CF		087	01	03	07	05		18	PT16A	204.892,63	176.342,63	137.760,24	3
2	CF		087	01	03	07	05		18	PT16B	20.656.219,12	20.634.878,50	237.582,99	4
2	CF		087	01	03	07	05		18	PT16C	1.290.303,96	1.232.083,96	111.075,00	6
2	CF		087	01	03	07	05		18	PT181	4.453.683,03	4.301.284,36	2.135.223,33	5
2	CF		087	01	03	07	05		18	PT182	992.009,56	836.119,63	134.681,50	3
2	CF		087	01	03	07	05		18	PT183	145.000,00	116.000,00	0,00	1
2	CF		087	01	03	07	05		18	PT184	663.620,81	555.632,69	0,00	2
2	CF		087	01	03	07	05		18	PT185	9.580.416,79	9.580.416,79	775.453,30	9
2	CF		087	01	07	07	05		18	PT11	1.931.924,02	1.931.924,02	112.352,99	8
2	CF		087	01	07	07	05		18	PT15	2.580.005,20	2.580.005,20	121.818,68	8
2	CF		087	01	07	07	05		18	PT16	3.702.184,51	3.702.184,51	121.818,68	12
2	CF		087	01	07	07	05		18	PT17	2.157.857,44	2.157.857,44	114.127,81	9
2	CF		087	01	07	07	05		18	PT18	3.274.512,22	3.274.512,22	165.310,52	9
2	CF		088	01	01	03	05		18	PT17	141.656,60	141.656,60	0,00	1
2	CF		088	01	01	03	05		18	PT171	141.656,60	141.656,60	0,00	1
2	CF		088	01	02	07	05		18	PT16A	87.746,51	87.746,51	0,00	1
3	CF		017	01	01	03	06		18	PT112	342.100,00	342.100,00	3.265,54	1
3	CF		017	01	01	07	06		11	PT111	4.972.721,10	4.972.721,10	173.984,34	1
3	CF		017	01	01	07	06		11	PT113	119.318,28	119.318,28	89.030,99	1
3	CF		017	01	01	07	06		11	PT164	729.614,24	729.614,24	287,33	2
3	CF		017	01	01	07	06		11	PT165	13.862.670,50	13.862.670,50	5.459,23	4
3	CF		017	01	01	07	06		11	PT167	3.648.071,18	3.648.071,18	1.436,64	2
3	CF		017	01	01	07	06		18	PT300	1.132.132,98	1.132.132,98	24.425,96	2
3	CF		017	01	01	07	06		22	PT112	3.613.417,76	3.613.417,76	0,00	3
3	CF		017	01	01	07	06		22	PT113	3.200.069,26	2.811.460,56	0,00	7
3	CF		017	01	01	07	06		22	PT114	3.811.420,12	3.811.420,12	350.161,13	1
3	CF		017	01	01	07	06		22	PT115	1.368.804,01	1.189.234,66	105.035,00	7
3	CF		017	01	01	07	06		22	PT116	428.513,00	364.236,05	0,00	3
3	CF		017	01	01	07	06		22	PT117	1.390.158,90	1.181.635,07	0,00	8
3	CF		017	01	01	07	06		22	PT118	549.877,44	467.395,82	0,00	5
3	CF		017	01	01	07	06		22	PT161	1.235.656,00	1.050.307,60	0,00	8
3	CF		017	01	01	07	06		22	PT162	1.031.015,50	876.363,18	0,00	8
3	CF		017	01	01	07	06		22	PT164	309.815,50	263.343,18	0,00	5
3	CF		017	01	01	07	06		22	PT171	10.500.000,00	10.500.000,00	9.190,05	1
3	CF		017	01	01	07	06		22	PT172	7.484.202,00	6.361.571,70	388.400,00	1
3	CF		017	01	02	03	06		22	PT117	13.466,91	13.466,91	0,00	1
3	CF		017	01	02	03	06		22	PT118	107.856,62	107.856,62	0,00	2
3	CF		017	01	02	07	06		11	PT164	619.662,32	619.662,32	218.374,80	2
3	CF		017	01	02	07	06		18	PT150	449.712,80	449.712,80	127.765,04	1
3	CF		017	01	02	07	06		18	PT171	16.437,72	16.437,72	16.255,07	1
3	CF		017	01	02	07	06		22	PT111	1.195.399,10	1.016.089,24	0,00	2
3	CF		017	01	02	07	06		22	PT112	4.468.475,90	3.798.204,52	0,00	3
3	CF		017	01	02	07	06		22	PT114	3.969.678,00	3.374.226,30	0,00	1
3	CF		017	01	02	07	06		22	PT115	6.139.932,50	6.139.932,50	4.946,75	1
3	CF		017	01	02	07	06		22	PT116	3.969.678,00	3.374.226,30	0,00	1
3	CF		017	01	02	07	06		22	PT150	3.809.700,00	3.238.245,00	205.987,20	1
3	CF		017	01	02	07	06		22	PT161	1.256.386,00	1.256.386,00	4.059,01	1
3	CF		017	01	02	07	06		22	PT163	1.574.058,76	1.337.949,95	0,00	2

Eixo prioritário	Características das despesas		Dimensões de categorização							Dados financeiros				
	Fundo	Categoria de região	Domínio de intervenção	Forma de financiamento	Dimensão territorial	Mecanismo de execução territorial	Dimensão relativa ao objetivo temático	Tema secundário do FSE	Dimensão económica	Dimensão relativa à localização	Custo total elegível das operações selecionadas para apoio	Custo público elegível das operações selecionadas para apoio	Despesas totais elegíveis declaradas pelos beneficiários à autoridade de gestão	Número de operações selecionadas
3	CF		017	01	02	07	06		22	PT166	107.261,28	91.172,09	0,00	5
3	CF		017	01	02	07	06		22	PT167	36.550,33	31.067,78	0,00	1
3	CF		017	01	02	07	06		22	PT168	770.092,95	654.579,01	0,00	5
3	CF		017	01	02	07	06		22	PT169	217.482,87	184.860,45	0,00	4
3	CF		017	01	02	07	06		22	PT16A	643.584,09	547.046,48	0,00	3
3	CF		017	01	02	07	06		22	PT16C	395.828,24	336.454,00	0,00	3
3	CF		017	01	02	07	06		22	PT182	343.607,52	298.085,33	0,00	8
3	CF		017	01	02	07	06		22	PT183	1.238.524,78	1.236.598,76	0,00	2
3	CF		017	01	02	07	06		22	PT184	1.310.505,37	1.310.505,37	418.781,01	1
3	CF		017	01	03	07	06		11	PT117	699.894,60	699.894,60	64.811,78	1
3	CF		017	01	03	07	06		11	PT162	577.675,61	577.675,61	321.934,23	3
3	CF		017	01	03	07	06		11	PT300	882.675,00	882.675,00	376.334,40	1
3	CF		017	01	03	07	06		18	PT115	669.120,00	669.120,00	7.649,52	1
3	CF		017	01	03	07	06		18	PT161	87.000,00	87.000,00	44.300,00	1
3	CF		017	01	03	07	06		18	PT162	1.257.556,21	1.257.556,21	66.760,54	4
3	CF		017	01	03	07	06		18	PT165	97.908,00	97.908,00	75.843,78	1
3	CF		017	01	03	07	06		18	PT183	272.697,15	272.697,15	84.630,15	1
3	CF		017	01	03	07	06		18	PT184	321.802,85	321.802,85	99.869,86	2
3	CF		017	01	03	07	06		18	PT300	151.885,00	151.885,00	0,00	1
3	CF		017	01	03	07	06		22	PT111	2.306.850,00	1.960.822,50	0,00	2
3	CF		017	01	03	07	06		22	PT117	182.358,84	182.358,84	85.620,30	1
3	CF		017	01	03	07	06		22	PT118	3.189.544,11	3.189.544,11	4.928,37	1
3	CF		017	01	03	07	06		22	PT161	500.320,59	500.320,59	16.790,00	1
3	CF		017	01	03	07	06		22	PT165	460.125,00	460.125,00	0,00	1
3	CF		017	01	03	07	06		22	PT16B	2.482.863,84	2.110.434,26	0,00	2
3	CF		017	01	03	07	06		22	PT16C	1.938.950,74	1.938.950,74	451.604,71	3
3	CF		017	01	03	07	06		22	PT181	3.399.320,86	3.399.320,86	0,00	1
3	CF		017	01	03	07	06		22	PT184	607.894,58	607.894,58	0,00	1
3	CF		017	01	03	07	06		22	PT185	1.443.010,01	1.398.104,79	266.367,80	4
3	CF		017	01	07	07	06		22	PT11	650.440,52	552.874,44	0,00	1
3	CF		017	01	07	07	06		22	PT15	225.172,79	191.396,87	0,00	1
3	CF		017	01	07	07	06		22	PT16	554.352,71	471.199,81	0,00	1
3	CF		017	01	07	07	06		22	PT17	1.081.251,77	919.064,01	0,00	1
3	CF		017	01	07	07	06		22	PT18	128.557,03	109.273,48	0,00	1
3	CF		018	01	01	07	06		18	PT300	998.965,55	998.965,55	0,00	1
3	CF		018	01	01	07	06		22	PT114	4.025.451,22	3.501.708,22	217.734,32	2
3	CF		018	01	01	07	06		22	PT200	89.141.584,68	89.141.584,68	0,00	1
3	CF		018	01	02	07	06		11	PT164	265.700,40	265.700,40	1.692,20	1
3	CF		018	01	02	07	06		22	PT111	1.182.511,84	1.005.135,07	0,00	1
3	CF		018	01	02	07	06		22	PT112	21.823.555,13	18.550.021,85	0,00	1
3	CF		018	01	02	07	06		22	PT182	9.816,86	9.816,86	0,00	1
3	CF		018	01	02	07	06		22	PT183	322.865,52	322.865,52	0,00	7
3	CF		018	01	02	07	06		22	PT184	212.698,57	212.698,57	0,00	8
3	CF		018	01	03	07	06		18	PT111	239.489,14	239.489,14	47.188,95	1
3	CF		018	01	03	07	06		22	PT117	252.292,30	252.292,30	117.918,88	1
3	CF		018	01	03	07	06		22	PT16A	1.360.000,00	1.156.000,00	0,00	1
3	CF		018	01	03	07	06		22	PT181	4.995.901,11	4.995.901,11	0,00	1
3	CF		020	01	01	07	06		11	PT112	318.000,79	318.000,79	12.850,11	1
3	CF		020	01	01	07	06		11	PT165	958.414,51	958.414,51	45.355,89	3
3	CF		020	01	02	07	06		11	PT114	501.059,84	501.059,84	21.855,00	1
3	CF		020	01	02	07	06		11	PT115	1.486.377,23	1.486.377,23	220.128,64	1
3	CF		020	01	02	07	06		11	PT150	2.395.768,29	2.395.768,29	720.382,21	2
3	CF		020	01	02	07	06		11	PT161	974.386,96	974.386,96	402.046,99	1

Eixo prioritário	Características das despesas		Dimensões de categorização								Dados financeiros			
	Fundo	Categoria de região	Domínio de intervenção	Forma de financiamento	Dimensão territorial	Mecanismo de execução territorial	Dimensão relativa ao objetivo temático	Tema secundário do FSE	Dimensão econômica	Dimensão relativa à localização	Custo total elegível das operações selecionadas para apoio	Custo público elegível das operações selecionadas para apoio	Despesas totais elegíveis declaradas pelos beneficiários à autoridade de gestão	Número de operações selecionadas
3	CF		020	01	02	07	06		11	PT163	889.238,60	889.238,60	813.335,54	1
3	CF		020	01	02	07	06		11	PT169	71.586,76	71.586,76	61.721,65	1
3	CF		020	01	02	07	06		11	PT184	7.023.908,51	7.023.908,51	2.400.506,84	2
3	CF		020	01	02	07	06		11	PT300	3.186.509,02	3.186.509,02	155.678,25	2
3	CF		020	01	02	07	06		18	PT113	996.793,17	996.793,17	0,00	2
3	CF		020	01	02	07	06		18	PT116	2.424.246,21	2.424.246,21	1.500,00	2
3	CF		020	01	02	07	06		18	PT181	66.417,75	66.417,75	48.713,75	1
3	CF		020	01	03	07	06		08	PT118	1.426.773,54	1.426.773,54	0,00	1
3	CF		020	01	03	07	06		08	PT165	2.676.594,25	2.676.594,25	0,00	3
3	CF		020	01	03	07	06		08	PT184	703.740,05	703.740,05	239.971,16	3
3	CF		020	01	03	07	06		11	PT111	1.797.365,90	1.797.365,90	249.783,52	8
3	CF		020	01	03	07	06		11	PT113	2.246.483,10	2.246.483,10	43.250,00	3
3	CF		020	01	03	07	06		11	PT115	1.172.524,58	1.172.524,58	99.826,61	1
3	CF		020	01	03	07	06		11	PT118	12.018,71	12.018,71	11.692,28	1
3	CF		020	01	03	07	06		11	PT150	3.477.028,37	3.477.028,37	122.763,87	4
3	CF		020	01	03	07	06		11	PT161	1.473.016,15	1.473.016,15	29.195,71	1
3	CF		020	01	03	07	06		11	PT162	151.726,49	151.726,49	0,00	1
3	CF		020	01	03	07	06		11	PT164	756.045,56	756.045,56	125.054,21	4
3	CF		020	01	03	07	06		11	PT165	1.193.858,98	1.193.858,98	83.851,74	5
3	CF		020	01	03	07	06		11	PT166	402.066,50	402.066,50	36.229,11	1
3	CF		020	01	03	07	06		11	PT167	429.401,92	429.401,92	0,00	1
3	CF		020	01	03	07	06		11	PT169	39.644,08	39.644,08	33.539,73	1
3	CF		020	01	03	07	06		11	PT16B	192.937,38	192.937,38	80.118,83	1
3	CF		020	01	03	07	06		11	PT16C	2.358.777,96	2.358.777,96	0,00	2
3	CF		020	01	03	07	06		11	PT181	14.198.334,79	14.198.334,79	3.051.414,89	8
3	CF		020	01	03	07	06		11	PT182	54.626,75	54.626,75	38.035,35	1
3	CF		020	01	03	07	06		11	PT184	24.909.604,16	24.909.604,16	1.651.650,54	4
3	CF		020	01	03	07	06		11	PT185	273.500,00	273.500,00	0,00	1
3	CF		020	01	03	07	06		11	PT300	680.000,00	680.000,00	0,00	1
3	CF		020	01	03	07	06		18	PT111	944.546,67	944.546,67	0,00	1
3	CF		020	01	03	07	06		18	PT115	66.249,93	66.249,93	0,00	1
3	CF		020	01	03	07	06		18	PT117	978.828,42	978.828,42	11.548,33	1
3	CF		020	01	03	07	06		18	PT118	1.654.867,24	1.654.867,24	217.100,55	2
3	CF		020	01	03	07	06		18	PT150	3.521.832,44	3.521.832,44	46.950,00	1
3	CF		020	01	03	07	06		18	PT164	978.976,27	978.976,27	0,00	1
3	CF		020	01	03	07	06		18	PT165	1.961.955,40	1.961.955,40	109.811,19	3
3	CF		020	01	03	07	06		18	PT166	283.475,60	283.475,60	18.300,00	1
3	CF		021	01	02	07	06		11	PT112	158.475,96	158.475,96	26.815,75	1
3	CF		021	01	02	07	06		11	PT117	194.704,52	194.704,52	60.906,96	1
3	CF		021	01	02	07	06		11	PT150	331.897,65	331.897,65	104.437,65	2
3	CF		021	01	02	07	06		11	PT164	90.000,00	90.000,00	25.023,08	1
3	CF		021	01	02	07	06		11	PT16B	606.652,64	606.652,64	213.947,22	2
3	CF		021	01	02	07	06		11	PT172	45.760,50	45.760,50	45.760,50	1
3	CF		021	01	02	07	06		11	PT183	105.768,00	105.768,00	48.283,24	1
3	CF		021	01	02	07	06		18	PT111	325.519,50	325.519,50	32.393,87	1
3	CF		021	01	02	07	06		18	PT116	113.625,00	113.625,00	77.704,00	1
3	CF		021	01	02	07	06		18	PT163	298.860,62	298.860,62	44.280,01	1
3	CF		021	01	02	07	06		18	PT181	214.500,00	214.500,00	0,00	1
3	CF		021	01	03	07	06		11	PT111	500.993,23	500.993,23	224.280,70	3
3	CF		021	01	03	07	06		11	PT113	816.247,22	816.247,22	52.096,92	4
3	CF		021	01	03	07	06		11	PT115	2.135.154,83	2.135.154,83	33.246,10	3
3	CF		021	01	03	07	06		11	PT116	410.000,00	410.000,00	12.089,49	1
3	CF		021	01	03	07	06		11	PT117	3.147.175,88	3.147.175,88	11.183,54	3

Eixo prioritário	Características das despesas		Dimensões de categorização							Dados financeiros				
	Fundo	Categoria de região	Domínio de intervenção	Forma de financiamento	Dimensão territorial	Mecanismo de execução territorial	Dimensão relativa ao objetivo temático	Tema secundário do FSE	Dimensão econômica	Dimensão relativa à localização	Custo total elegível das operações selecionadas para apoio	Custo público elegível das operações selecionadas para apoio	Despesas totais elegíveis declaradas pelos beneficiários à autoridade de gestão	Número de operações selecionadas
3	CF		021	01	03	07	06		11	PT118	1.113.507,26	1.113.507,26	330.678,01	6
3	CF		021	01	03	07	06		11	PT161	170.047,50	170.047,50	11.426,70	1
3	CF		021	01	03	07	06		11	PT162	584.307,59	584.307,59	132.345,78	3
3	CF		021	01	03	07	06		11	PT163	579.450,00	579.450,00	19.154,50	1
3	CF		021	01	03	07	06		11	PT164	407.132,81	407.132,81	81.770,09	4
3	CF		021	01	03	07	06		11	PT165	509.959,89	509.959,89	277.277,86	3
3	CF		021	01	03	07	06		11	PT166	121.765,18	121.765,18	59.925,33	1
3	CF		021	01	03	07	06		11	PT167	499.874,16	499.874,16	0,00	2
3	CF		021	01	03	07	06		11	PT168	1.799.546,98	1.799.546,98	0,00	3
3	CF		021	01	03	07	06		11	PT169	121.881,00	121.881,00	70.246,41	1
3	CF		021	01	03	07	06		11	PT16A	160.981,13	148.081,12	58.032,67	2
3	CF		021	01	03	07	06		11	PT16B	572.430,00	572.430,00	49.680,00	2
3	CF		021	01	03	07	06		11	PT16C	26.200,00	26.200,00	7.300,96	1
3	CF		021	01	03	07	06		11	PT184	147.034,50	147.034,50	91.261,13	2
3	CF		021	01	03	07	06		11	PT185	301.300,00	301.300,00	83.961,06	2
3	CF		021	01	03	07	06		18	PT111	1.140.027,74	1.140.027,74	178.933,48	5
3	CF		021	01	03	07	06		18	PT115	415.686,18	415.686,18	288.615,36	2
3	CF		021	01	03	07	06		18	PT118	1.301.429,48	1.301.429,48	337.528,16	5
3	CF		021	01	03	07	06		18	PT150	87.752,20	87.752,20	60.466,96	1
3	CF		021	01	03	07	06		18	PT164	424.647,00	424.647,00	85.262,74	4
3	CF		021	01	03	07	06		18	PT165	642.151,89	642.151,89	89.120,10	3
3	CF		021	01	03	07	06		18	PT166	952.242,62	952.242,62	72.541,94	3
3	CF		021	01	03	07	06		18	PT169	79.247,25	79.247,25	73.737,39	1
3	CF		021	01	03	07	06		18	PT16B	221.955,20	221.955,20	86.345,82	1
3	CF		021	01	03	07	06		18	PT16C	660.300,38	660.300,38	12.592,63	2
3	CF		021	01	03	07	06		18	PT181	134.550,00	134.550,00	57.735,03	1
3	CF		021	01	03	07	06		18	PT182	1.194.782,11	1.194.782,11	34.339,14	2
3	CF		021	01	03	07	06		18	PT183	76.262,69	76.262,69	2.191,86	1
3	CF		021	01	03	07	06		18	PT184	212.288,48	212.288,48	157.728,99	4
3	CF		021	01	07	07	06		18	PT11	799.672,45	799.672,45	165.220,98	1
3	CF		021	01	07	07	06		18	PT15	799.672,45	799.672,45	165.220,98	1
3	CF		021	01	07	07	06		18	PT16	799.672,45	799.672,45	165.220,98	1
3	CF		021	01	07	07	06		18	PT17	799.672,45	799.672,45	165.220,98	1
3	CF		021	01	07	07	06		18	PT18	799.672,45	799.672,45	165.220,98	1
3	CF		022	01	01	07	06		08	PT172	3.453.189,79	3.453.189,79	49.836,13	2
3	CF		022	01	01	07	06		11	PT111	3.064.261,92	3.064.261,92	468.419,73	1
3	CF		022	01	01	07	06		11	PT112	3.926.773,16	3.926.773,16	1.100.608,43	14
3	CF		022	01	01	07	06		11	PT114	17.706.225,80	17.121.789,88	1.797.096,56	6
3	CF		022	01	01	07	06		11	PT162	446.727,56	446.727,56	354.567,94	1
3	CF		022	01	01	07	06		11	PT165	1.603.250,66	1.603.250,66	0,00	8
3	CF		022	01	01	07	06		11	PT171	3.303.111,22	3.303.111,22	2.889.814,70	5
3	CF		022	01	01	07	06		11	PT172	1.186.026,58	1.186.026,58	1.129.607,29	1
3	CF		022	01	01	07	06		18	PT114	17.797.701,25	17.797.701,25	14.726.405,72	2
3	CF		022	01	01	07	06		18	PT172	4.278.347,53	4.278.347,53	1.526.840,54	6
3	CF		022	01	01	07	06		18	PT300	9.360.457,85	9.360.457,85	0,00	1
3	CF		022	01	02	07	06		08	PT113	1.752.882,16	1.752.882,16	1.682.734,79	2
3	CF		022	01	02	07	06		08	PT164	447.576,00	447.576,00	193.834,63	1
3	CF		022	01	02	07	06		08	PT182	1.224.784,20	1.224.784,20	109.264,20	3
3	CF		022	01	02	07	06		11	PT112	6.033.121,89	6.033.121,89	178.317,82	5
3	CF		022	01	02	07	06		11	PT113	6.561.563,95	6.561.563,95	387.390,34	4
3	CF		022	01	02	07	06		11	PT114	2.774.974,39	2.774.974,39	408.756,09	2
3	CF		022	01	02	07	06		11	PT115	13.106.284,46	13.106.284,46	475.569,20	9
3	CF		022	01	02	07	06		11	PT117	13.175.482,50	13.175.482,50	4.088.091,01	5

Eixo prioritário	Características das despesas		Dimensões de categorização							Dados financeiros				
	Fundo	Categoria de região	Domínio de intervenção	Forma de financiamento	Dimensão territorial	Mecanismo de execução territorial	Dimensão relativa ao objetivo temático	Tema secundário do FSE	Dimensão económica	Dimensão relativa à localização	Custo total elegível das operações selecionadas para apoio	Custo público elegível das operações selecionadas para apoio	Despesas totais elegíveis declaradas pelos beneficiários à autoridade de gestão	Número de operações selecionadas
3	CF		022	01	02	07	06		11	PT150	37.792.837,35	37.792.837,35	14.291.342,59	7
3	CF		022	01	02	07	06		11	PT161	11.050.940,13	11.050.940,13	3.789.550,86	11
3	CF		022	01	02	07	06		11	PT163	2.492.162,33	2.492.162,33	244.764,50	1
3	CF		022	01	02	07	06		11	PT164	168.288,72	168.288,72	154.901,39	2
3	CF		022	01	02	07	06		11	PT168	3.573.644,87	3.573.644,87	38.163,98	10
3	CF		022	01	02	07	06		11	PT16B	7.002.554,13	7.002.554,13	121.856,84	2
3	CF		022	01	02	07	06		11	PT172	1.230.616,33	1.230.616,33	361.702,64	2
3	CF		022	01	02	07	06		11	PT181	1.893.111,88	1.893.111,88	922.370,92	1
3	CF		022	01	02	07	06		11	PT183	1.573.523,63	1.573.523,63	406.231,90	3
3	CF		022	01	02	07	06		11	PT184	5.401.542,93	5.401.542,93	2.530.502,05	2
3	CF		022	01	02	07	06		11	PT185	10.946.412,92	9.125.955,53	4.100.157,74	8
3	CF		022	01	02	07	06		11	PT300	6.590.754,55	6.590.754,55	4.790.306,52	1
3	CF		022	01	02	07	06		18	PT111	2.448.892,84	2.448.892,84	172.465,62	3
3	CF		022	01	02	07	06		18	PT112	3.366.759,41	3.366.759,41	0,00	1
3	CF		022	01	02	07	06		18	PT116	1.955.663,34	1.955.663,34	22.647,18	1
3	CF		022	01	02	07	06		18	PT163	678.075,24	678.075,24	0,00	1
3	CF		022	01	02	07	06		18	PT16C	1.312.544,00	1.312.544,00	0,00	1
3	CF		022	01	02	07	06		18	PT172	2.386.649,27	2.386.649,27	0,00	1
3	CF		022	01	02	07	06		18	PT182	667.908,69	667.908,69	124.287,19	3
3	CF		022	01	03	07	06		08	PT111	453.938,28	453.938,28	0,00	2
3	CF		022	01	03	07	06		08	PT165	2.032.930,70	2.032.930,70	0,00	6
3	CF		022	01	03	07	06		08	PT168	1.003.634,03	1.003.634,03	997.424,10	2
3	CF		022	01	03	07	06		08	PT16A	1.107.294,45	1.107.294,45	0,00	4
3	CF		022	01	03	07	06		08	PT16C	3.851.636,35	3.851.636,35	32.973,63	2
3	CF		022	01	03	07	06		08	PT182	137.572,31	137.572,31	103.179,23	1
3	CF		022	01	03	07	06		08	PT184	817.374,86	817.374,86	258.911,50	2
3	CF		022	01	03	07	06		11	PT111	3.861.615,54	3.861.615,54	1.852.184,89	4
3	CF		022	01	03	07	06		11	PT112	1.012.500,00	1.012.500,00	0,00	1
3	CF		022	01	03	07	06		11	PT113	1.035.565,54	1.035.565,54	72.615,07	2
3	CF		022	01	03	07	06		11	PT115	5.630.362,38	5.630.362,38	800.507,20	11
3	CF		022	01	03	07	06		11	PT116	289.224,93	289.224,93	98.592,56	1
3	CF		022	01	03	07	06		11	PT117	1.675.191,08	1.675.191,08	300.330,15	6
3	CF		022	01	03	07	06		11	PT118	2.881.102,86	2.881.102,86	232.685,55	7
3	CF		022	01	03	07	06		11	PT150	5.083.044,78	5.083.044,78	4.178.108,49	5
3	CF		022	01	03	07	06		11	PT161	3.295.785,12	3.295.785,12	429.883,82	4
3	CF		022	01	03	07	06		11	PT162	7.959.359,45	7.959.359,45	395.305,84	23
3	CF		022	01	03	07	06		11	PT164	6.410.905,79	6.410.905,79	542.493,20	21
3	CF		022	01	03	07	06		11	PT165	9.028.545,23	9.028.545,23	641.968,71	12
3	CF		022	01	03	07	06		11	PT166	975.000,00	975.000,00	0,00	1
3	CF		022	01	03	07	06		11	PT167	1.268.096,52	1.268.096,52	0,00	4
3	CF		022	01	03	07	06		11	PT168	697.604,89	697.604,89	19.557,00	13
3	CF		022	01	03	07	06		11	PT16B	2.681.541,80	2.681.541,80	359.764,99	7
3	CF		022	01	03	07	06		11	PT16C	19.222.094,77	18.959.692,09	4.831.078,13	10
3	CF		022	01	03	07	06		11	PT181	7.407.753,00	7.407.753,00	1.568.683,87	8
3	CF		022	01	03	07	06		11	PT183	6.516.684,00	6.516.684,00	1.774.534,39	3
3	CF		022	01	03	07	06		11	PT184	1.277.335,37	1.277.335,37	123.285,34	4
3	CF		022	01	03	07	06		18	PT111	4.465.200,25	4.465.200,25	59.591,52	12
3	CF		022	01	03	07	06		18	PT115	3.388.373,90	3.388.373,90	647.771,48	7
3	CF		022	01	03	07	06		18	PT117	4.504.906,17	4.504.906,17	657.910,10	28
3	CF		022	01	03	07	06		18	PT118	3.674.729,04	3.674.729,04	873.529,25	25
3	CF		022	01	03	07	06		18	PT161	3.092.134,12	3.092.134,12	74.054,96	1
3	CF		022	01	03	07	06		18	PT162	3.290.166,85	3.290.166,85	160.408,48	5
3	CF		022	01	03	07	06		18	PT163	3.025.456,70	3.025.456,70	1.674.902,46	4

Eixo prioritário	Características das despesas		Dimensões de categorização							Dados financeiros				
	Fundo	Categoria de região	Domínio de intervenção	Forma de financiamento	Dimensão territorial	Mecanismo de execução territorial	Dimensão relativa ao objetivo temático	Tema secundário do FSE	Dimensão económica	Dimensão relativa à localização	Custo total elegível das operações selecionadas para apoio	Custo público elegível das operações selecionadas para apoio	Despesas totais elegíveis declaradas pelos beneficiários à autoridade de gestão	Número de operações selecionadas
3	CF		022	01	03	07	06		18	PT164	4.433.622,37	4.433.622,37	451.597,00	6
3	CF		022	01	03	07	06		18	PT165	24.017.918,12	24.017.918,12	1.838.820,84	19
3	CF		022	01	03	07	06		18	PT166	1.554.096,55	1.554.096,55	110.480,50	3
3	CF		022	01	03	07	06		18	PT182	240.333,52	240.333,52	194.379,35	2
3	CF		022	01	03	07	06		18	PT183	184.066,20	184.066,20	106.115,37	2
3	CF		022	01	03	07	06		18	PT184	147.023,15	147.023,15	140.173,19	1
3	CF		085	01	01	07	06		18	PT111	606.602,00	606.602,00	0,00	3
3	CF		085	01	01	07	06		18	PT113	40.038,72	40.038,72	0,00	2
3	CF		085	01	01	07	06		18	PT114	347.033,42	294.978,40	0,00	5
3	CF		085	01	01	07	06		18	PT115	40.038,72	34.032,91	0,00	1
3	CF		085	01	01	07	06		18	PT116	40.085,44	34.072,63	0,00	3
3	CF		085	01	01	07	06		18	PT17	1.156.278,12	1.156.278,12	106.822,92	1
3	CF		085	01	01	07	06		18	PT171	184.784,13	162.689,15	169.897,44	4
3	CF		085	01	01	07	06		18	PT172	185.526,16	162.683,35	170.135,62	4
3	CF		085	01	01	07	06		18	PT181	10.618,54	9.025,76	9.545,39	1
3	CF		085	01	01	07	06		18	PT185	13.532,16	11.502,34	12.164,55	1
3	CF		085	01	03	07	06		18	PT111	2.250.760,01	2.202.048,31	0,00	9
3	CF		085	01	03	07	06		18	PT112	684.490,55	684.490,55	0,00	2
3	CF		085	01	03	07	06		18	PT117	13.191,75	13.191,75	13.191,75	2
3	CF		085	01	03	07	06		18	PT118	338.583,86	338.583,86	23.985,00	4
3	CF		085	01	03	07	06		18	PT150	435.017,74	434.646,30	18.364,25	3
3	CF		085	01	03	07	06		18	PT168	10.793,25	10.793,25	10.793,25	2
3	CF		085	01	03	07	06		18	PT16C	210.829,49	199.205,07	180.341,26	1
3	CF		085	01	03	07	06		18	PT182	29.981,25	29.981,25	29.981,25	3
3	CF		085	01	03	07	06		18	PT183	44.282,78	37.640,36	28.293,03	1
3	CF		085	01	03	07	06		18	PT184	950.838,33	880.838,20	199.472,57	6
3	CF		085	01	03	07	06		21	PT111	58.253,18	49.515,21	0,00	1
3	CF		085	01	03	07	06		21	PT112	27.712,68	23.555,78	0,00	1
3	CF		085	01	03	07	06		21	PT114	27.712,68	23.555,78	0,00	1
3	CF		085	01	03	07	06		21	PT161	27.712,68	23.555,78	0,00	1
3	CF		085	01	07	07	06		18	PT11	622.087,65	609.402,93	232.847,50	7
3	CF		085	01	07	07	06		18	PT15	366.455,01	359.641,19	56.399,79	4
3	CF		085	01	07	07	06		18	PT16	255.458,72	250.913,02	72.617,12	6
3	CF		085	01	07	07	06		18	PT17	275.231,94	271.760,24	54.028,73	4
3	CF		085	01	07	07	06		18	PT18	352.928,92	346.696,34	56.357,33	5
3	CF		086	01	01	07	06		18	PT111	160.356,76	160.356,76	160.356,76	2
3	CF		086	01	01	07	06		18	PT112	28.298,25	28.298,25	28.298,25	1
3	CF		086	01	01	07	06		18	PT172	84.791,80	84.791,80	59.546,05	1
3	CF		086	01	02	07	06		18	PT112	1.520.421,10	1.520.421,10	137.771,38	2
3	CF		086	01	02	07	06		18	PT117	316.559,24	316.559,24	262.257,81	1
3	CF		086	01	02	07	06		18	PT164	392.500,00	392.500,00	12.300,00	1
3	CF		086	01	02	07	06		18	PT172	1.024.648,54	870.951,22	10.017,09	1
3	CF		086	01	03	07	06		18	PT111	1.126.103,71	971.023,78	132.505,83	4
3	CF		086	01	03	07	06		18	PT112	298.415,50	293.596,47	18.055,44	2
3	CF		086	01	03	07	06		18	PT117	7.480,00	7.480,00	4.579,30	1
3	CF		086	01	03	07	06		18	PT118	44.010,61	37.409,03	24.734,20	1
3	CF		086	01	03	07	06		18	PT150	368.162,18	312.937,84	2.214,30	2
3	CF		086	01	03	07	06		18	PT168	284.746,40	284.746,40	41.507,92	3
3	CF		086	01	03	07	06		18	PT169	81.534,90	81.534,90	110,37	2
3	CF		086	01	03	07	06		18	PT16B	310.157,13	310.157,13	222.944,67	1
3	CF		086	01	03	07	06		18	PT181	683.729,75	581.170,28	4.112,24	3
3	CF		086	01	03	07	06		18	PT182	425.793,37	425.793,37	576,37	4
3	CF		086	01	03	07	06		18	PT183	9.059,43	9.059,43	12,26	1

Eixo prioritário	Características das despesas		Dimensões de categorização							Dados financeiros				
	Fundo	Categoria de região	Domínio de intervenção	Forma de financiamento	Dimensão territorial	Mecanismo de execução territorial	Dimensão relativa ao objetivo temático	Tema secundário do FSE	Dimensão económica	Dimensão relativa à localização	Custo total elegível das operações selecionadas para apoio	Custo público elegível das operações selecionadas para apoio	Despesas totais elegíveis declaradas pelos beneficiários à autoridade de gestão	Número de operações selecionadas
3	CF		086	01	03	07	06		18	PT184	386.793,76	386.793,76	151.797,19	3
3	CF		086	01	07	07	06		18	PT11	859.003,96	848.561,26	17.850,99	3
3	CF		086	01	07	07	06		18	PT15	859.003,96	848.561,26	17.850,99	3
3	CF		086	01	07	07	06		18	PT16	859.003,96	848.561,26	17.850,99	3
3	CF		086	01	07	07	06		18	PT17	859.003,96	848.561,26	17.850,99	3
3	CF		086	01	07	07	06		18	PT18	859.003,96	848.561,26	17.850,99	3
3	CF		089	01	01	07	06		22	PT172	13.345.500,00	13.345.500,00	2.851.887,87	3
3	CF		089	01	02	07	06		08	PT161	3.785.500,00	3.217.675,00	0,00	1
3	CF		089	01	03	07	06		22	PT164	4.964.088,12	4.964.088,12	99.186,83	1
3	CF		089	01	03	07	06		22	PT165	12.808.292,90	12.808.292,90	3.715.593,18	2
3	CF		089	01	03	07	06		22	PT167	3.178.884,74	3.178.884,74	2.492.072,61	1
3	CF		089	01	03	07	06		22	PT184	7.038.406,52	7.038.406,52	1.374.668,58	2
4	CF		121	01	01	07			18	PT17	23.630.424,00	23.630.424,00	9.548.157,39	2
4	CF		121	01	01	07			18	PT300	2.179.787,13	2.179.787,13	368.825,95	1

Quadro 8: Utilização de financiamento cruzado

1	2	3	4	5	6
Utilização de financiamento cruzado	Eixo prioritário	Montante previsto do apoio da UE para utilização como financiamento cruzado, com base nas operações seleccionadas (EUR)	Percentagem do apoio da UE destinado ao eixo prioritário (3/apoio da UE destinado ao eixo prioritário*100)	Montante do apoio da UE utilizado como financiamento cruzado, com base nas despesas elegíveis declaradas pelo beneficiário à autoridade de gestão (EUR)	Percentagem do apoio da UE destinado ao eixo prioritário (5/apoio da UE destinado ao eixo prioritário*100)

Quadro 9: Custo das operações executadas fora da zona do programa (FEDER e Fundo de Coesão no âmbito do objetivo de Investimento no Crescimento e no Emprego)

1	2	3	4	5
Eixo prioritário	Montante do apoio da UE previsto para utilização em operações realizadas fora da zona do programa, com base nas operações selecionadas (EUR)	Percentagem do apoio da UE destinado ao eixo prioritário (2/apoio da UE destinado ao eixo prioritário*100)	Montante do apoio da UE utilizado em operações realizadas fora da zona do programa, com base nas despesas elegíveis declaradas pelo beneficiário à autoridade de gestão (EUR)	Percentagem do apoio da UE destinado ao eixo prioritário (4/apoio da UE destinado ao eixo prioritário*100)
1	0,00		0,00	
2	0,00		0,00	
3	0,00		0,00	
4	0,00		0,00	

Quadro 10: Despesa incorrida fora da União (FSE)

Montante de despesa prevista a incorrer fora da União, no quadro dos objetivos temáticos 8 e 10, com base nas operações selecionadas (EUR)	Parte do total da dotação financeira (contribuição nacional e da União) destinada ao programa FSE ou à parte do FSE num programa multifundos (%) (1/total da dotação financeira (contribuição nacional e da União) destinada ao programa FSE ou à parte do FSE num programa multifundos * 100)	Despesas elegíveis incorridas fora da União, declaradas pelo beneficiário à autoridade de gestão (EUR)	Parte do total da dotação financeira (contribuição nacional e da União) destinada ao programa FSE ou à parte do FSE num programa multifundos (%) (3/total da dotação financeira (contribuição nacional e da União) destinada ao programa FSE ou à parte do FSE num programa multifundos * 100)

4. SÍNTESE DAS AVALIAÇÕES

Síntese das conclusões de todas as avaliações do programa que foram disponibilizadas no ano financeiro anterior, com indicação do nome e do período de referência dos relatórios de avaliação utilizados

O Plano de Avaliação (PA) do PO SEUR encontra o seu referencial de orientação e planeamento no Plano Global de Avaliação (PGA), em linha com as disposições do Regulamento Comunitário (Regulamento (UE) N.º 1303/2013, de 17 de dezembro).

Sendo o PA PO SEUR um documento vivo que se adapta ao ritmo de implementação do Programa e a necessidades emergentes, é sujeito a uma revisão anual submetida à apreciação do Comité de Acompanhamento do POSEUR, na sequência da revisão do PGA sujeito à aprovação da Comissão Ministerial de Coordenação (CIC) do Portugal 2020. Nesse âmbito, foram no final de 2017 introduzidas algumas alterações ao PGA, tendo essa revisão sido aprovada por deliberação da CIC em 21 de dezembro de 2017, cujas repercussões sobre os planos de avaliação dos PO viriam a ser submetidas aos respetivos Comités de Acompanhamento já em 2018.

O processo de revisão dos planos de avaliação é articulado, de acordo com o modelo de governação do Portugal 2020, no seio da Rede de Monitorização e Avaliação (RM&A), participada pelas Autoridades de Gestão dos Programas Operacionais, pela Comissão de Coordenação Nacional para o FEADER, pela Comissão de Coordenação do FEAMP e pela Agência para o Desenvolvimento e Coesão, que a coordena.

Nessa sequência, o POSEUR desencadeou um processo de consulta escrita ao Comité de Acompanhamento (já em 2018), com vista à aprovação da revisão do PA PO SEUR, com as alterações do PGA PT2020 que têm reflexo no PA POSEUR, que se traduzem fundamentalmente no adiamento da calendarização de algumas avaliações previstas (39. *Avaliação da implementação das medidas de Adaptação às Alterações Climáticas* e 10. *Avaliação intercalar PO SEUR*), na não realização da avaliação de processo 37. *Avaliação da implementação das intervenções no âmbito da eficiência energética (OT4)* e no alargamento do âmbito da avaliação 38. *Avaliação da implementação das medidas de reforço da transição para uma economia com baixas emissões de carbono*, que passa a contemplar algumas das questões de processo que estavam previstas no âmbito da avaliação 37.

Estas alterações são justificadas pelo facto das medidas do OT4, alvo das avaliações 37 e 38 e da PI 5.1, alvo da avaliação 39, não terem sido implementadas no timing previsto inicialmente para permitir a realização das respetivas avaliações, sendo necessário ajustar a sua calendarização ao ritmo registado na implementação das intervenções do PT2020 objeto de avaliação.

No caso da Avaliação Intercalar do POSEUR, dado o nível de implementação do PO, considerou-se pertinente adiar um semestre o seu lançamento e conseqüentemente, a sua realização.

O POSEUR encontra-se abrangido pela avaliação territorial de processo em curso “42. Avaliação da Operacionalização da Abordagem Territorial do Portugal 2020 no Contexto da Convergência e Coesão Territorial”, coordenada pela AD&C, que tem como objetivo aferir a eficácia desenho e implementação dos diferentes instrumentos de política apoiados pelos Fundos que dão corpo à dita abordagem territorial do Portugal 2020 na promoção da convergência económica e da coesão territorial, abrange todos os PO e não se coaduna propriamente com a associação direta a determinados objetivos específicos, prioridades de

investimento ou OT. Esta avaliação foi adjudicada no final do ano de 2017 encontra-se nesta fase o avaliador a recolher informação junto dos PO financiadores das intervenções objeto de avaliação, para produção do Relatório Inicial de cariz metodológico, que será objeto de análise pelo Grupo de Acompanhamento, o qual o POSEUR integra.

No 4º trimestre de 2017, a AG do POSEUR passou a integrar o Grupo de Acompanhamento da avaliação de processo 41. *Avaliação da aplicação de custos simplificados*, que se encontra em fase de análise de propostas, sob a coordenação da AD&C, envolvendo todos os PO do PT2020. Esta avaliação tem como objetivo produzir aprendizagens relativamente aos resultados e à forma de implementação das Opções de Custos Simplificados (OCS) no âmbito do QREN/PT2020 e transportá-las para o processo de implementação a decorrer no PT2020.

Em 2018, serão lançadas as três avaliações de impacto da responsabilidade do POSEUR: 38. *Avaliação da implementação das medidas de reforço da transição para uma economia com baixas emissões de carbono* e 39. *Avaliação da implementação das medidas de Adaptação às Alterações Climáticas*, bem como a 10. Avaliação Intercalar do POSEUR, a primeira durante o 1º semestre e as outras duas, no 2º semestre.

A AG do POSEUR encontra-se nesta fase a desenvolver todos os trabalhos preparatórios da avaliação 38, no sentido de introduzir as questões de avaliação relativas ao processo, em articulação com a AD&C e os restantes PO Regionais do continente e das Regiões Autónomas envolvidos. Esta avaliação torna-se bastante pertinente, esperando-se que os seus resultados possam contribuir para a avaliação do quadro de desempenho dos PO envolvidos, no que respeita aos Eixos que mobilizam o OT4 e a realização de alguma análise prospetiva nesta área temática, tendo em vista o próximo período de programação.

Em 2017 a RM&A reuniu em três ocasiões. No que à avaliação diz respeito, a agenda dessas reuniões foi preenchida pela discussão do ponto de situação da implementação dos Planos de Avaliação, quer no que respeitava às avaliações lançadas até ao momento, centrando a discussão nos pontos críticos e dificuldades sentidas pelas entidades responsáveis pelas avaliações e/ou pelas próprias equipas de avaliação, quer no que respeitava às avaliações a lançar a curto prazo, ajustando calendários e âmbitos, sempre que necessário. Recorde-se que a prevalência nos Planos de avaliações temáticas, que abrangem diferentes Programas onde as mesmas prioridades são prosseguidas, impõe este trabalho de articulação.

Dando cumprimento a outra das funções desta Rede, a capacitação dos seus intervenientes para a avaliação, foi incluída na reunião de 12 de outubro a apresentação, pela equipa de avaliação, dos trabalhos de construção da teoria da mudança, no quadro das metodologias de avaliação baseada na teoria, que estrutura a “Avaliação do contributo dos FEEI para as dinâmicas de transferência e valorização de conhecimento”.

Para além disso, o POSEUR participou nas I Jornadas ibéricas profissionais de Avaliação, que teve lugar na Universidade Católica no dia 23 de junho 2017, prosseguindo o objetivo de capacitação na área da avaliação.

Por último, durante o ano de 2017, o POSEUR desenvolveu/implementou dois instrumentos que podem ser facilitadores ao nível da meta-informação dos exercícios de avaliação, traduzindo-se no seguinte:

- Monitorização Territorial - o POSEUR, em conjunto com a AD&C e com outros PO Regionais, desenvolveram uma metodologia de localização das operações por tipologia de intervenção, tendo em conta a natureza dos investimentos do domínio SEUR - matriz de territorialização dos investimentos, com o objetivo de harmonizar os critérios de localização de investimento, no sentido de introduzir um maior rigor na avaliação do impacto territorial dos investimentos, o que tem uma especial relevância no caso do POSEUR, que sendo um programa temático, tem uma matriz de implementação das políticas setoriais no território bem vincada;

- Georreferenciação das Operações – a sua introdução no Balcão 2020 e o desenvolvimento da Plataforma pelo POSEUR no sentido da sua introdução no sistema de informação, permitem um mapeamento das políticas setoriais que têm uma tradução no território e a sua posterior utilização para exercícios de avaliação temáticos e de matriz territorial, onde esta informação geográfica será relevante.

Estes instrumentos dinamizados pelo POSEUR no seu modelo de implementação do Programa, conjugado com um quadro metodológico relativamente inovador no âmbito da avaliação dos FEEI, promovido pela AD&C, nomeadamente no que respeita a aplicação de métodos de avaliação baseada na teoria ou ao papel de teoria de mudança no quadro de metodologias contrafactuais, tem constituído terreno fértil de aprendizagem coletiva, assumindo-se como um dos principais desafios com que as avaliações previstas no PA POSEUR, se irão confrontar com maior enfoque ao longo do ano 2018.

6. QUESTÕES QUE AFETAM O DESEMPENHO DO PROGRAMA E MEDIDAS ADOTADAS (ARTIGO 50.º, N.º 2, DO REGULAMENTO (UE) N.º 1303/2013)

a) Questões que afetam o desempenho do programa e medidas adotadas

Questões Transversais

Em 2017 foram aprovadas três alterações no RESEUR relativas a: ajustamentos às condições de acesso e regras gerais de financiamento para as operações no âmbito do Ciclo Urbano da Água, a fim de permitir que novas entidades criadas para a gestão de sistemas agregados de AA e de SAR, possam beneficiar de apoios até que reúnam todos os critérios aplicáveis; ajustamento no elenco dos beneficiários na área da Prevenção e Gestão de Riscos; alterações nos critérios específicos de elegibilidade e forma de apoios na PI 4.3 – Eficiência Energética na Administração Central, decorrentes das alterações aprovadas no texto do PO; completamento dos critérios e elegibilidade dos beneficiários, para acautelar a conformidade dos apoios às empresas, ao abrigo do Reg. (UE) n.º 651/2014 da Comissão, de 16 de junho.

Eixo 1

O Eixo 1 é aquele onde se verificam maiores dificuldades de implementação, quer ao nível do compromisso (38%), quer ao nível da realização dos projetos (8%). Para esta situação, contribuíram os seguintes fatores: atrasos na abertura de avisos, que decorreram da necessidade do cumprimento da condicionalidade ex-ante 4.1 (relativa ao desempenho energético dos edifícios, cuja decisão favorável só foi proferida em 05.07.16) e que condicionou o início da elegibilidade das operações no domínio da Eficiência Energética na Administração Pública e dificuldades na implementação das subvenções reembolsáveis. A aprovação das candidaturas concentrou-se essencialmente no 2º semestre de 2017, pelo que não permitiu ainda a evidência de execução. Para obviar a alguns dos constrangimentos de implementação desta PI, foi aprovada a alteração do texto do PO, através da Decisão C(2017)7088, de 17-de outubro, que passou a prever as seguintes condições: coexistência de subsídios reembolsáveis e subsídios não reembolsáveis; eliminação da exigência de subida de dois níveis de classificação energética, que foi substituída pela redução de 30% no consumo de energia primária; retirada a exigência de que o valor atualizado das poupanças geradas exceda o valor atualizado do custo de investimento, operação, manutenção e reinvestimento por substituição, se aplicável.

Outro aspeto que condicionou a abertura de avisos neste eixo, foram os processos relativos aos Auxílios de Estado (AE), na PI 4.1 – Apoio à produção de energia por fontes renováveis e na PI 4.5 - Eficiência Energética (EE) nos Transportes Públicos. Ambas as áreas de intervenção têm regimes de AE que foi necessário definir e obter a respetiva aprovação, o primeiro ao abrigo do RGIC e o segundo através de um regime de AE que foi aprovado pela COM - DG COMP. No que respeita à forma como foi realizada a verificação individual das necessidades de financiamento nas candidaturas aprovadas ao abrigo dos regimes de AE, no caso dos projetos da PI 4.1, foi assegurado pela aplicação das regras previstas no Reg (UE) n.º 651/2014, nos termos do qual o financiamento público por operação e por beneficiário não pode exceder os limites de intensidade máxima do financiamento público definidos em função da localização do investimento e da dimensão da empresa. No caso dos apoios à EE nos Transportes Públicos, foi fixado o limite máximo de apoio por autocarro (100 mil euros para os autocarros a gás natural e 200 mil euros para os autocarros elétricos). A despesa elegível a cofinanciar está limitada à diferença entre o custo de aquisição do autocarro limpo a adquirir e o custo de aquisição de um autocarro equivalente que se limite a

cumprir a norma Euro VI.

Sem a conclusão destes processos e a obtenção de decisão comunitária favorável, não foi possível abrir os avisos nestes domínios, o que atrasou a perceção das dificuldades do lado da procura e a aprovação das candidaturas, que se concentrou já no 2º semestre de 2017, não permitindo ainda a evidência de implementação dos projetos no terreno.

A abertura de avisos no domínio da Eficiência Energética na Habitação Particular, para além do IFRRU 2020, não ocorreu, pois, os objetivos pretendidos com o apoio do POSEUR vão ser prosseguidos no âmbito do Programa “Casa Eficiente”, Instrumento Financeiro do BEI, com financiamento FEIE. Por outro lado, também não foi aberto qualquer aviso na PI 4.4 - Sistemas de contadores inteligentes, dado que os operadores de comercialização de energia já estão a realizar esses investimentos sem apoio comunitário. Será necessário assim, realocar as verbas indicativas previstas para estes domínios que não serão utilizadas, mobilizando-as para outras PI do Eixo 1.

Eixo 2

Apesar de ser o Eixo com a mais elevada taxa de compromisso do PO (81%), o nível de implementação deste Eixo revela ainda alguns atrasos (a taxa de realização financeira é de 20%), principalmente no domínio da Proteção do Litoral, o qual tem sentido maiores dificuldades devido essencialmente à natureza estrutural das operações e a problemas decorrentes da morosidade na obtenção das autorizações prévias por parte dos beneficiários e das dificuldades na realização dos procedimentos de contratação pública (litigância dos concorrentes nos processos após conhecimento da decisão de contratar). De destacar que este Eixo beneficiou, até ao final de 2017, de uma majoração de 10 p.p. na taxa de cofinanciamento aplicada às despesas elegíveis apresentadas até ao final daquele ano, relativas a operações aprovadas no âmbito de avisos abertos até ao final de 2016 (Deliberação n.º 24/2016, de 28.12 da CIC PT2020), o que teve um impacto favorável no fundo executado e pago neste eixo (cerca 7M€).

Eixo 3

Apesar de ser um Eixo com uma boa taxa de compromisso (64%), a realização dos projetos é ainda baixa (16%). A PI que se destaca pelo maior avanço é a PI 6.2. – Gestão Eficiente do CUA, que tem o maior número de candidaturas aprovadas no PO (583) e de fundo atribuído (407 M€), respeitantes a tipologias de operação apoiadas através de subvenções não reembolsáveis, uma vez que não existiram condições para implementar o Instrumento Financeiro neste âmbito.

As áreas de intervenção que revelam maiores atrasos neste Eixo são as relativas à Valorização de Resíduos, por motivos inerentes ao processo de pré-notificação de Auxílios de Estado e o tempo que decorreu até à resposta da DG COMP (desde mai-16 até out-17), sem a qual não foi possível aprovar as candidaturas. Tendo as mesmas sido aprovadas no último trimestre de 2017, não foi possível ainda ter efeitos da sua execução naquele ano. Outra área que revela algumas dificuldades na sua implementação é a da Conservação da Natureza e Biodiversidade, por um lado devido à natureza das entidades executoras – ONGAS que evidenciam algumas fragilidades organizacionais para responder às exigências do financiamento comunitário. No caso do ICNF, que é o beneficiário mais representativo desta área de intervenção, o mesmo revela dificuldades ao nível da mobilização da contrapartida nacional e também na

concretização dos procedimentos de contratação pública.

b) Queira avaliar se os progressos realizados são suficientes para atingir as metas fixadas, indicando as medidas corretivas eventualmente tomadas ou previstas, se for caso disso.

Focando a análise na performance do PO no que respeita ao contributo das operações aprovadas para os indicadores de realização, verifica-se a necessidade de alguns ajustamentos que serão propostos no âmbito do exercício de reprogramação em curso (para além dos explicitados nas observações do Quadro 3A) e que aqui destacamos pela sua relevância.

No âmbito do Eixo 1, e no que respeita ao indicador *CO30 - Capacidade suplementar de produção de energia renovável*, será proposta uma alteração relativa ao seu enquadramento no Quadro de Desempenho (QD)..Para o indicador *CO31 - Número de agregados familiares com consumo de energia melhorado*, deverá ser proposta uma revisão em baixa, em função da verba que ficará alocada à PI 4.3, tendo em conta a evolução no que respeita ao enquadramento do apoio a esta política pública que foi referida anteriormente, ficando a meta final coincidente com a atual meta intercalar. Encontra-se em avaliação a retirada deste indicador do QD do Eixo, em virtude da redução da expressão financeira desta PI. No que respeita ao indicador *CO32 - Redução anual do consumo de energia primária nos edifícios públicos* está será proposta uma revisão em baixa da meta (custo unitário de implementação mais elevado que o da programação). Estas duas situações determinarão igualmente uma proposta de revisão em baixa da meta do indicador *CO34 - Diminuição anual estimada das emissões de gases com efeito de estufa* (associado à PI 4.3). Ainda neste Eixo, dada a realocação que se prevê da verba prevista para a PI 4.4 a outras prioridades do Eixo 1, o indicador *CO33 - Número adicional de utilizadores ligados a redes inteligentes*, será proposta a desmobilização deste indicador do QD, bem como do indicador de resultado *R441 - Taxa de penetração de sistemas de contagem*.

No que respeita ao Eixo 2, e considerando que o GP relativo aos meios aéreos não será apresentado, conforme já assumido na alteração do quadro 27 do texto do PO, será proposta a desmobilização do indicador *O525 - Equipamentos aéreos adquiridos do respetivo QD*. A realocação das verbas indicativas deste GP a outras prioridades no reforço da capacitação dos meios de prevenção e ataque a incêndios florestais, veio trazer um dinamismo diferente do previsto no que respeita ao indicador *CO21 - População que beneficia de proteção contra incêndios florestais*, que já ultrapassou a meta prevista no que respeita às operações contratadas, estando a ser avaliada a sua revisão em alta e a sua integração no QD. Existem ajustamentos nas metas de outros indicadores de realização deste Eixo, que estão explicitadas no Quadro 3A.

Relativamente ao Eixo 3, para além dos aspetos referidos no Quadro 3A, será proposta a revisão em baixa das metas dos indicadores *O621 - População adicional servida pelas melhorias do sistema de saneamento de águas residuais em baixa*, *O623 - População adicional servida pelas melhorias do sistema de saneamento de águas residuais em alta*, *CO22 - Superfície total de solos reabilitados pelos motivos indicados no referido Quadro*.

7. RESUMO PARA O CIDADÃO

Publicação de um resumo para os cidadãos sobre o conteúdo dos relatórios de execução anuais e final, e carregamento, utilizando um ficheiro separado, sob a forma de anexo a esses relatórios.

Pode carregar/encontrar o Resumo para o cidadão em Geral > Documentos na aplicação SFC2014

8. RELATÓRIO SOBRE A APLICAÇÃO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

I. Identificação do programa e prioridade ou medida ao abrigo das quais é concedido o apoio dos FEEI [artigo 46.º, n.º 2, alínea a), do Regulamento (UE) n.º 1303/2013]	
1. Eixos prioritários ou medidas de apoio ao instrumento financeiro, incluindo fundos de fundos, no âmbito do programa dos FEEI	
1.1. Eixo prioritário de apoio ao instrumento financeiro no âmbito do programa dos FEEI	1 - Apoiar a transição para uma economia com baixas emissões de carbono em todos os setores
2. Designação dos FEEI que apoiam o instrumento financeiro ao abrigo do eixo prioritário ou medida	CF
3. Objetivo(s) temático(s) referido(s) no artigo 9.º, n.º 1, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013 apoiado pelo instrumento financeiro	04 - Apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono em todos os setores
3.1. Verbas dos FEEI autorizadas em acordos de financiamento para o objetivo temático individual selecionado no campo 3 (facultativo)	40.000.000,00
4. Outros programas dos FEEI que efetuam contribuições para o instrumento financeiro	
4.1. Número de CCI de todos os outros programas dos FEEI que efetuam contribuições para o instrumento financeiro	2014PT16M2OP004, 2014PT16M2OP005, 2014PT16M2OP006, 2014PT16M2OP003, 2014PT16M2OP001, 2014PT16M2OP002, 2014PT16M2OP007
30. Data do fim da avaliação ex ante	6/Jan/2016
31. Seleção dos organismos que executam o instrumento financeiro	
31.1. Se o procedimento de seleção ou designação já foi lançado	Sim
II. Descrição do instrumento financeiro e disposições de execução [artigo 46.º, n.º 2, alínea b), do Regulamento (UE) n.º 1303/2013]	
5. Designação do instrumento financeiro	Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbanas (IFRRU 2020)
6. Endereço oficial/local de atividade do instrumento financeiro (nome do país e cidade)	Portugal; NUTS I Continente
7. Modalidades de execução	
7.1. Instrumentos financeiros instituídos a nível da União, geridos, direta ou indiretamente, pela Comissão referidos no artigo 38.º, n.º 1, alínea a), do Regulamento (UE) n.º 1303/2013, com apoio de contribuições do programa dos FEEI	Não
7.1.1. Designação do instrumento financeiro a nível da União	
7.2. Instrumento financeiro estabelecido a nível nacional, regional, transnacional ou transfronteiras, gerido por ou sob a responsabilidade da autoridade de gestão a que se refere o artigo 38.º, n.º 1, alínea b), com o apoio de contribuições dos programas dos FEEI, nos termos do artigo 38.º, n.º 4, alíneas a), b) e c) do Regulamento (UE) n.º 1303/2013	Atribuição de execução

8. Tipo de instrumento financeiro	Fundos de fundos
10. Estatuto jurídico do instrumento financeiro, em conformidade com o artigo 38.º, n.º 6, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013 [apenas para os instrumentos financeiros referidos no artigo 38.º, n.º 4, alínea b)]: conta fiduciária aberta em nome do organismo de execução e em benefício da autoridade de gestão ou financiamento separado no seio de uma instituição financeira.	Conta fiduciária
III. Identificação do organismo de execução do instrumento financeiro, conforme referido no artigo 38.º, n.º 1, alínea a), n.º 4, alíneas a), b) e c), do Regulamento (UE) n.º 1303/2013, e dos intermediários financeiros a que se refere o artigo 38.º, n.º 5, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013 [artigo 46.º, n.º 2, alínea c), do Regulamento (UE) n.º 1303/2013]	
11. Organismo de execução do instrumento financeiro	
11.1. Tipo de organismo de execução nos termos do artigo 38.º, n.º 4, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013 a) entidades legais existentes ou recentemente criadas dedicadas à execução dos instrumentos financeiros; b) um organismo encarregado da ação de execução, ou c) autoridade de gestão a realizar diretamente as ações de execução (apenas empréstimos ou garantias)	Organismo de direito público ou privado
11.1.1. Nome do organismo que executa o instrumento financeiro	Estrutura de Gestão do Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbanas (EG IFRRU 2020)
11.1.2. Endereço oficial/local de atividades (nome do país e da cidade) do organismo de execução do instrumento financeiro	Portugal; Lisboa
12. Procedimento para seleção de um organismo para execução do instrumento financeiro; outro procedimento	Cooperação interadministrativa
12.1. Descrição dos outros procedimentos de seleção do organismo de execução do instrumento financeiro	
13. Data de celebração do acordo de financiamento com o organismo de execução do instrumento financeiro	13/Set/2016
IV. Montante total das contribuições do programa, por prioridade ou medida, pagas ao instrumento financeiro e custos de gestão incorridos ou taxas de gestão pagas [artigo 46.º, n.º 2, alíneas d) e e), do Regulamento (UE) n.º 1303/2013]	
14. Montante total das contribuições do programa autorizado no âmbito do acordo de financiamento (em EUR)	82.000.000,00
14.1. De entre o qual, contribuições para os FEEI (em EUR)	40.000.000,00
14.1.1. De entre o qual, FEDER (em EUR) (facultativo)	
14.1.2. De entre o qual, Fundo de Coesão (em EUR) (facultativo)	40.000.000,00
14.1.3. De entre o qual, FSE (em EUR) (facultativo)	
14.1.4. De entre o qual, FEADER (em EUR) (facultativo)	
14.1.5. De entre o qual, FEAMP (em EUR) (facultativo)	
15. Montante total das contribuições do programa pagas ao instrumento financeiro (em EUR)	10.113.919,00
15.1. De entre o qual, o montante das contribuições dos FEEI (em EUR)	9.947.489,00
15.1.1. De entre o qual, FEDER (em EUR)	
15.1.2. De entre o qual, Fundo de Coesão (em EUR)	9.947.489,00
15.1.3. De entre o qual, FSE (em EUR)	
15.1.4. De entre o qual, FEADER (em EUR)	

15.1.5. De entre o qual, FEAMP (em EUR)	
15.2. De entre o qual, montante total de cofinanciamento nacional (em EUR)	166.430,00
15.2.1. De entre o qual, montante total dos financiamentos públicos nacionais (em EUR)	166.430,00
15.2.2. De entre o qual, montante total dos financiamentos privados nacionais (em EUR)	0,00
16. Montante total das contribuições pagas ao instrumento financeiro ao abrigo da Iniciativa para o Emprego dos Jovens (IEJ) (em EUR)	
17. Montante total dos custos e taxas de gestão pagos com contribuições do programa (em EUR)	134.002,00
17.1. De entre o qual, a remuneração de base (em EUR)	77.156,61
17.2. De entre o qual, a remuneração baseada no desempenho (em EUR)	
21. Contribuições relativas a terrenos e/ou imóveis no instrumento financeiro, em conformidade com o artigo 37.º, n.º 10, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013	
VI. O desempenho do instrumento financeiro, incluindo o progresso no seu estabelecimento e na seleção de organismos que o executam (incluindo o organismo que executa um fundo de fundos) [artigo 46.º, n.º 2, alínea f), do Regulamento (UE) n.º 1303/2013];	
32. Informações sobre a operacionalidade, ou não, do instrumento financeiro no final do ano de referência	Sim
32.1. Caso o instrumento financeiro já não estivesse operacional no final do ano de referência, data da sua liquidação	
VII. Juros e outras receitas geradas pelo apoio dos FEEI ao instrumento financeiro, recursos do programa reembolsados ao instrumento financeiro a partir de investimentos, conforme referido nos artigos 43.º e 44.º, e o valor dos investimentos em capitais próprios relativamente aos anos anteriores [artigo 46.º, n.º 2, alínea g), subalínea i), do Regulamento (UE) n.º 1303/2013]	
35. Juros e outras receitas gerados pelos pagamentos dos FEEI ao instrumento financeiro (em EUR)	
37. Montantes dos recursos reutilizados que constituíam recursos reembolsados ao instrumento financeiro e são atribuíveis aos FEEI	
37.1. De entre o qual, montantes pagos para remuneração preferencial de investidores privados que operam de acordo com o princípio da economia de mercado, que prestam a contrapartida ao apoio dos FEEI ao instrumento financeiro ou coinvestem ao nível dos beneficiários finais (em EUR)	
37.2. De entre o qual, montantes pagos para o reembolso dos custos de gestão incorridos e pagamento das taxas de gestão do instrumento financeiro (em EUR)	
VIII. Progressos no sentido de alcançar o efeito de alavancagem previsto dos investimentos realizados pelo instrumento financeiro e valor dos investimentos e participações [artigo 46.º, n.º 2, alínea h), do Regulamento (UE) n.º 1303/2013]	
38. Montante total de outras contribuições, não provenientes dos FEEI geradas pelo instrumento financeiro (em EUR)	
38.1 Montante total de outras contribuições, não provenientes dos FEEI, autorizado no acordo de financiamento assinado com o organismo de execução do instrumento financeiro (em EUR)	42.516.521,11
38.2. Montante total de outras contribuições, não provenientes dos	166.430,00

FEEI, pagas ao instrumento financeiro (em EUR)	
38.2.1. De entre o qual, contribuições públicas (EUR)	166.430,00
38.2.2. De entre o qual, contribuições privadas (EUR)	

II. Descrição do instrumento financeiro e disposições de execução [artigo 46.º, n.º 2, alínea b), do Regulamento (UE) n.º 1303/2013]	
5. Designação do instrumento financeiro	IFRRU 2020 IF Dívida
6. Endereço oficial/local de atividade do instrumento financeiro (nome do país e cidade)	Portugal; NUTS I Continente
8. Tipo de instrumento financeiro	Fundo específico de fundos de fundos
8.2. Fundo ou Fundos Relacionados	Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbanas (IFRRU 2020)
8.1. Instrumentos financeiros ou personalizados conformes aos termos e condições normalizados, ou seja, instrumentos imediatamente disponíveis	Personalizado
9. Tipo de produtos fornecidos pelos instrumentos financeiros: créditos, microcréditos, garantias, investimentos em capital próprio ou quase-capital, outros produtos financeiros ou outras formas de apoio combinadas com o instrumento financeiro, em conformidade com o artigo 37.º, n.º 7, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013.	
9.0.1. Empréstimos (\geq EUR 25,000)	Sim
9.0.2. Microempréstimos ($<$ EUR 25 000 e concedidos às microempresas) em conformidade com SEC/2011/1134 final	Não
9.0.3. Garantias	Não
9.0.4. Capital próprio	Não
9.0.5. Quase-capital	Não
9.0.6. Outros produtos financeiros	Não
9.0.7. Outros apoios combinados com o instrumento financeiro	Não
9.1 Descrição dos outros produtos financeiros	
9.2. Outros apoios combinados com o instrumento financeiro: subvenções, bonificações de juros, contribuições para prémios de garantias, em conformidade com o artigo 38.º, n.º 7, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013	
10. Estatuto jurídico do instrumento financeiro, em conformidade com o artigo 38.º, n.º 6, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013 [apenas para os instrumentos financeiros referidos no artigo 38.º, n.º 4, alínea b)]: conta fiduciária aberta em nome do organismo de execução e em benefício da autoridade de gestão ou financiamento separado no seio de uma instituição financeira.	Bloco financeiro separado
III. Identificação do organismo de execução do instrumento financeiro, conforme referido no artigo 38.º, n.º 1, alínea a), n.º 4, alíneas a), b) e c), do Regulamento (UE) n.º 1303/2013, e dos intermediários financeiros a que se refere o artigo 38.º, n.º 5, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013 [artigo 46.º, n.º 2, alínea c), do Regulamento (UE) n.º 1303/2013]	
11. Organismo de execução do instrumento financeiro	
11.1. Tipo de organismo de execução nos termos do artigo 38.º, n.º 4, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013 a) entidades legais existentes ou recentemente criadas dedicadas à execução dos instrumentos financeiros;	Organismo de direito público ou privado

b) um organismo encarregado da ação de execução, ou c) autoridade de gestão a realizar diretamente as ações de execução (apenas empréstimos ou garantias)	
11.1.1. Nome do organismo que executa o instrumento financeiro	4 Instituições Bancárias
11.1.2. Endereço oficial/local de atividades (nome do país e da cidade) do organismo de execução do instrumento financeiro	Portugal / Lisboa (2) e Porto (2)
12. Procedimento para seleção de um organismo para execução do instrumento financeiro; outro procedimento	Seleção em conformidade com as disposições da diretiva contratos públicos
12.1. Descrição dos outros procedimentos de seleção do organismo de execução do instrumento financeiro	
13. Data de celebração do acordo de financiamento com o organismo de execução do instrumento financeiro	12/Jul/2017
IV. Montante total das contribuições do programa, por prioridade ou medida, pagas ao instrumento financeiro e custos de gestão incorridos ou taxas de gestão pagas [artigo 46.º, n.º 2, alíneas d) e e), do Regulamento (UE) n.º 1303/2013]	
14. Montante total das contribuições do programa autorizado no âmbito do acordo de financiamento (em EUR)	37.418.824,00
14.1. De entre o qual, contribuições para os FEEI (em EUR)	35.991.000,00
14.1.1. De entre o qual, FEDER (em EUR) (facultativo)	0,00
14.1.2. De entre o qual, Fundo de Coesão (em EUR) (facultativo)	35.991.000,00
14.1.3. De entre o qual, FSE (em EUR) (facultativo)	
14.1.4. De entre o qual, FEADER (em EUR) (facultativo)	
14.1.5. De entre o qual, FEAMP (em EUR) (facultativo)	
15. Montante total das contribuições do programa pagas ao instrumento financeiro (em EUR)	2.575.059,00
15.1. De entre o qual, o montante das contribuições dos FEEI (em EUR)	2.476.800,00
15.1.1. De entre o qual, FEDER (em EUR)	
15.1.2. De entre o qual, Fundo de Coesão (em EUR)	2.476.800,00
15.1.3. De entre o qual, FSE (em EUR)	
15.1.4. De entre o qual, FEADER (em EUR)	
15.1.5. De entre o qual, FEAMP (em EUR)	
15.2. De entre o qual, montante total de cofinanciamento nacional (em EUR)	98.259,00
15.2.1. De entre o qual, montante total dos financiamentos públicos nacionais (em EUR)	98.259,00
15.2.2. De entre o qual, montante total dos financiamentos privados nacionais (em EUR)	
16. Montante total das contribuições pagas ao instrumento financeiro ao abrigo da Iniciativa para o Emprego dos Jovens (IEJ) (em EUR)	
17. Montante total dos custos e taxas de gestão pagos com contribuições do programa (em EUR)	
17.1. De entre o qual, a remuneração de base (em EUR)	
17.2. De entre o qual, a remuneração baseada no desempenho (em EUR)	
18. Custos ou taxas de gestão capitalizados, em conformidade com o artigo 42.º, n.º 2, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013 (relevantes apenas para o relatório final) (em EUR)	
19. Bonificações de juros ou contribuições para prémios de garantias	

capitalizados, em conformidade com o artigo 42.º, n.º 1, alínea c), do Regulamento (UE) n.º 1303/2013 (relevante apenas para o relatório final) (em EUR)	
20. Montante total das contribuições do programa para prosseguir os investimentos nos destinatários finais, em conformidade com o artigo 42.º, n.º 3, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013 (relevante apenas para o relatório final) (em EUR)	
21. Contribuições relativas a terrenos e/ou imóveis no instrumento financeiro, em conformidade com o artigo 37.º, n.º 10, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013	
V. Montante total do apoio pago aos beneficiários finais ou a bem dos beneficiários finais, ou autorizado no âmbito de contratos de garantia pelo instrumento financeiro para investimentos em beneficiários finais, por programa e prioridade ou medida dos FEEI [artigo 46.º, n.º 2, alínea e), do Regulamento (UE) n.º 1303/2013]	
VI. O desempenho do instrumento financeiro, incluindo o progresso no seu estabelecimento e na seleção de organismos que o executam (incluindo o organismo que executa um fundo de fundos) [artigo 46.º, n.º 2, alínea f), do Regulamento (UE) n.º 1303/2013];	
32. Informações sobre a operacionalidade, ou não, do instrumento financeiro no final do ano de referência	Sim
32.1. Caso o instrumento financeiro já não estivesse operacional no final do ano de referência, data da sua liquidação	
VII. Juros e outras receitas geradas pelo apoio dos FEEI ao instrumento financeiro, recursos do programa reembolsados ao instrumento financeiro a partir de investimentos, conforme referido nos artigos 43.º e 44.º, e o valor dos investimentos em capitais próprios relativamente aos anos anteriores [artigo 46.º, n.º 2, alínea g), subalínea i), do Regulamento (UE) n.º 1303/2013]	
35. Juros e outras receitas gerados pelos pagamentos dos FEEI ao instrumento financeiro (em EUR)	
36. Montantes reembolsados ao instrumento financeiro atribuíveis ao apoio dos FEEI no final do ano de referência (em EUR)	
36.1. De entre os quais, reembolsos de capital (em EUR)	
36.2. De entre os quais, receitas e outros ganhos e lucros (em EUR)	
37. Montantes dos recursos reutilizados que constituíam recursos reembolsados ao instrumento financeiro e são atribuíveis aos FEEI	
37.1. De entre o qual, montantes pagos para remuneração preferencial de investidores privados que operam de acordo com o princípio da economia de mercado, que prestam a contrapartida ao apoio dos FEEI ao instrumento financeiro ou coinvestem ao nível dos beneficiários finais (em EUR)	
37.2. De entre o qual, montantes pagos para o reembolso dos custos de gestão incorridos e pagamento das taxas de gestão do instrumento financeiro (em EUR)	
VIII. Progressos no sentido de alcançar o efeito de alavancagem previsto dos investimentos realizados pelo instrumento financeiro e valor dos investimentos e participações [artigo 46.º, n.º 2, alínea h), do Regulamento (UE) n.º 1303/2013]	
38. Montante total de outras contribuições, não provenientes dos FEEI geradas pelo instrumento financeiro (em EUR)	
38.1 Montante total de outras contribuições, não provenientes dos FEEI, autorizado no acordo de financiamento assinado com o organismo de execução do instrumento financeiro (em EUR)	43.131.706,00

38.2. Montante total de outras contribuições, não provenientes dos FEEL, pagas ao instrumento financeiro (em EUR)	98.259,00
38.2.1. De entre o qual, contribuições públicas (EUR)	98.259,00
38.2.2. De entre o qual, contribuições privadas (EUR)	
IX. Contribuição do instrumento financeiro para o cumprimento dos indicadores da prioridade ou medida em causa [artigo 46.º, n.º 2, alínea j), do Regulamento (UE) n.º 1303/2013]	
<i>41. Indicador de resultados (número de código e designação) para o qual contribui o instrumento financeiro</i>	<i>CO34 - Redução das emissões de gases com efeito de estufa Diminuição anual estimada das emissões de gases com efeito de estufa</i>
41.1. Valor-alvo do indicador de resultados	2.304,00
41.2. Valor alcançado pelo instrumento financeiro em relação ao valor-alvo do indicador de resultados	0,00
<i>41. Indicador de resultados (número de código e designação) para o qual contribui o instrumento financeiro</i>	<i>CO31 - Eficiência energética: Número de agregados familiares com consumo de energia melhorado</i>
41.1. Valor-alvo do indicador de resultados	3.200,00
41.2. Valor alcançado pelo instrumento financeiro em relação ao valor-alvo do indicador de resultados	0,00

9. FACULTATIVO PARA O RELATÓRIO A APRESENTAR EM 2016, NÃO APLICÁVEL AOS RESTANTES RELATÓRIOS SIMPLIFICADOS: AÇÕES REALIZADAS PARA CUMPRIR AS CONDICIONALIDADES EX ANTE

Quadro 14: Ações realizadas para cumprir as condicionalidades gerais ex ante aplicáveis

Condicionalidade ex ante geral	Critérios não cumpridos	Ações realizadas	Prazo	Organismos responsáveis	Ação concluída no prazo	Critérios cumpridos	Data prevista para a execução total das restantes ações	Observações
--------------------------------	-------------------------	------------------	-------	-------------------------	-------------------------	---------------------	---	-------------

Quadro 15: Ações realizadas para cumprir as condicionalidades temáticas ex ante aplicáveis

Condicionalidade ex ante geral	Critérios não cumpridos	Ações realizadas	Prazo	Organismos responsáveis	Ação concluída no prazo	Critérios cumpridos	Data prevista para a execução total das restantes ações	Observações
--------------------------------	-------------------------	------------------	-------	-------------------------	-------------------------	---------------------	---	-------------

10. PROGRESSOS NA PREPARAÇÃO E EXECUÇÃO DOS GRANDES PROJETOS E PLANOS DE AÇÃO CONJUNTOS (ARTIGO 101.º, ALÍNEA H), E 111.º, N.º 3, DO REGULAMENTO (UE) N.º 1303/2013)

10.1. Grandes projetos

Quadro 12: Grandes projetos

Projeto	CCI	Estado do GP	Total dos investimentos	Total dos custos elegíveis	Data prevista de notificação/apresentação do pedido	Data do acordo tácito/aprovação pela Comissão	Data prevista para o início da realização (ano, trimestre)	Data prevista para a conclusão da realização	Eixos prioritários/prioridades de investimento	Estado atual de execução — Progressos financeiros (% das despesas certificadas à Comissão, em comparação com o custo total elegível)	Estado atual de execução — progressos físicos Fase principal de execução do projeto	Principais realizações	Data de assinatura do primeiro contrato de obras	Observações
EEM – Central Hidroelétrica da Calheta (RAM)	2016PT16CFMP002	Apresentado	70.626.883,00	61.087.345,99	2017, Q3		2014, Q1	2019, Q1	1 - 4i	0,00	Construção	<p>Ações em curso:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Empreitada de conceção/construção da Central Hidroelétrica e Estação Elevatória da Calheta III, Estação Elevatória do Paul e Conduta Forçada/Elevatória - Remodelação da Subestação do Lombo do Doutor 60/30 kV e Ligações à Rede; - Empreitada de construção da Barragem de Acumulação do Pico da Urze e do Reservatório de Restituição da Calheta, de ampliação das Levadas Velha do Paul e do Paul II, e de remodelação da Levada do Lombo do Salão - Fiscalização, Coordenação de Segurança em fase de obra, Acompanhamento Ambiental e Arqueológico e Gestão do Risco das Empreitadas de Ampliação do Aproveitamento Hidroelétrico da Calheta 	24/Nov/2014	<p>O montante indicado no Custo Total do investimento não inclui o IVA, por ser dedutível.</p> <p>O custo total elegível é o montante elegível após aplicação do prorata da receita líquida atualizada.</p>
Ecoparque da Ilha de São Miguel	2016PT16CFMP001	Data prevista de notificação/apresentação à CE	97.271.115,99	91.868.523,63	2017, Q3		2014, Q1	2020, Q4	3 - 6i	0,00	Construção	<p>Ações já realizadas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Estudos técnicos e aquisição de terrenos - Empreitada de construção da célula 1 do Ecoparque da Ilha de São Miguel; - Empreitada da Osmose Inversa; - Plataforma Coberta para o Biofertilizante; - Fiscalizações das empreitadas acima referidas; - Reboque triturador de resíduos com passadeira de descarga traseira; - Prensa Hidráulica; - Contentores de recolha seletiva; - Camião de Recolha de Resíduos Biodegradáveis (recolha seletiva). - Execução de furos Piezómetros. <p>Ações em curso:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Empreitada de Conceção, Construção, fornecimento e montagem do centro de processamento e triagem automatizada da Ilha de São Miguel; - Prestação de serviços de consultoria na revisão e alteração de análise custo benefício para o projeto Ecoparque de São Miguel. 	23/Mar/2015	<p>O montante indicado no Custo Total do investimento não inclui o IVA, por ser dedutível.</p> <p>O custo total elegível é o montante elegível após aplicação do prorata da receita líquida atualizada.</p>

Problemas significativos encontrados na execução de grandes projetos e medidas tomadas para a sua resolução.

No ano de 2017, a Lista Indicativa dos GP foi alterada por decisão do Comité de Acompanhamento do POSEUR de 4 de agosto e comunicada à COM a 23.10.17, para ser retirado o Grande Projeto relativo à Aquisição de Meios Aéreos para Combate a Incêndios Florestais.

No que respeita aos dois Grandes Projetos, o ponto de situação é o seguinte:

No Eixo 1/PI 4.1 está previsto o grande projeto “Ampliação do Aproveitamento Hidroelétrico da Calheta” a realizar na Região Autónoma da Madeira, estando algumas das ações previstas neste GP já em execução (ver quadro 12). Este GP obteve proposta de decisão favorável por parte da AG em dez.16, tendo sido notificado à COM em 1.set.2017. A 2 nov. 2017 o Estado Português, no sentido de rever a Análise Custo Benefício e o Formulário do Grande Projeto, bem como para instruir o GP com novos documentos, designadamente a Análise de Opções e Avaliação do projeto em cenários de alterações climáticas, decidiu retirar o GP, o que levou à sua reinstrução pelo beneficiário e nova notificação à COM efetuada em 18 de março de 2018.

Não obstante da análise efetuada se concluir pela inexistência de Auxílios de Estado, considerou-se conveniente, para reforço da segurança jurídica, proceder ao envio de pré-notificação à COM – DG COMP, o que foi concretizado em 31.05.2017, em processo autónomo da submissão do GP à COM – DG REGIO. Em novembro de 2017, a DGComp sugere que o estado Membro retire o processo de pré-notificação, considerando que o financiamento público do projeto não constitui um auxílio de estado.

Tendo em conta que a revisão e completamento da ACB e dos demais documentos do GP só foi submetida de novo à COM em março de 2018, conforme referido, não foi possível incluir a despesa já realizada com este GP (cerca de 17 M€) nos Pedidos de Pagamento Intermédios do POSEUR apresentados até ao final de 2017 nem efetuar pagamentos de fundo à entidade beneficiária., o que condicionou o ritmo de execução deste GP no ano transato.

No Eixo 3/PI 6.1 está previsto o grande projeto “Sistema Integrado de Tratamento, Valorização e Destino Final dos Resíduos Sólidos Urbanos da Ilha de São Miguel”, cujo CCI já foi obtido, prevendo-se a sua realização nos termos indicados no Programa, embora com um ajustamento à sua calendarização, que detalhamos no ponto seguinte. Neste momento, já estão realizadas algumas das ações previstas e em execução outras (ver Quadro 12). Encontra-se a decorrer o procedimento de adjudicação da empreitada de maior envergadura financeira (65 M€), relativa à conceção, construção e fornecimento de uma central de valorização energética.

Este GP obteve proposta de decisão favorável por parte do POSEUR em dez.16, estando neste momento a ser instruído entre a AG do POSEUR e o beneficiário, no sentido de ser sujeito a avaliação de qualidade por parte de perito independente externo, previsto na legislação nacional, com o objetivo de confirmar o mérito qualitativo, tendo em conta a análise custo-benefício, pelo que só se prevê a notificação deste GP no 3º trimestre de 2018. As grandes complexidades deste projeto, bem como algumas alterações na candidatura inicial, determinam este atraso.

Alterações eventuais à lista indicativa de grandes projetos do programa operacional.

Relativamente à lista indicativa dos Grandes Projetos, as designações de ambos serão alteradas na primeira oportunidade, bem como a calendarização do GP *Sistema Integrado de Tratamento, Valorização e Destino Final dos Resíduos Sólidos Urbanos da Ilha de São Miguel* que se encontra em preparação para submissão à COM:

Ampliação do Aproveitamento Hidroelétrico da Calheta (alteração de EEM – Central Hidroelétrica da Calheta (RAM))

Sistema Integrado de Tratamento, Valorização e Destino Final dos Resíduos Sólidos Urbanos da Ilha de São Miguel (alteração do Ecoparque da Ilha de S. Miguel):

- Data prevista de notificação: 2018, 3º trimestre;
- Data prevista do início de execução: mantem-se (2014, 1º trimestre);
- Data prevista de conclusão: 2021, 2º trimestre.

10.2. Planos de ação conjuntos

Progressos alcançados na execução das diferentes fases dos planos de ação conjuntos

--

Quadro 13: Planos de ação conjunta (PAC)

Designação do PAC	CCI	Fase de execução do PAC	Total dos custos elegíveis	Total de apoios públicos	Contribuição do PO para o PAC	Eixo prioritário	Tipo de PAC	Data de apresentação [prevista] à Comissão	Data [prevista] de início da execução	Data [prevista] de conclusão	Principais realizações e resultados	Total das despesas elegíveis certificadas à Comissão	Observações
-------------------	-----	-------------------------	----------------------------	--------------------------	-------------------------------	------------------	-------------	--	---------------------------------------	------------------------------	-------------------------------------	--	-------------

Problemas significativos encontrados e medidas tomadas para a sua resolução

--

PARTE B RELATÓRIOS A APRESENTAR EM 2017 E 2019 E RELATÓRIO DE EXECUÇÃO FINAL [Artigos 50.º, n.º 4, e 111.º, n.os 3 e 4, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013]

11. AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA OPERACIONAL (ARTIGOS 50.º, N.º 4, E 111.º, N.º 4, DO REGULAMENTO (UE) N.º 1303/2013)

11.1. Informações da parte A e realização dos objetivos do programa (artigo 50.º, n.º 4, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013)

Eixo prioritário	1 - Apoiar a transição para uma economia com baixas emissões de carbono em todos os setores
------------------	---

--

Eixo prioritário	2 - Promover a adaptação às alterações climáticas e a prevenção e gestão de riscos
------------------	--

--

Eixo prioritário	3 - Proteger o ambiente e promover a eficiência dos recursos
------------------	--

--

Eixo prioritário	4 - Assistência técnica
------------------	-------------------------

--

11.2. Ações específicas realizadas para promover a igualdade entre homens e mulheres e para prevenir a discriminação, em particular a acessibilidade das pessoas com deficiência, e medidas implementadas para assegurar a integração da perspectiva do género nos programas operacionais e nas operações (artigos 50.º, n.º 4, e 111.º, n.º 4, alínea e), segundo parágrafo, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013)

--

11.3. Desenvolvimento sustentável (artigos 50.º, n.º 4, e 111.º, n.º 4, alínea f), segundo parágrafo, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013)

--

11.4. Informações sobre o apoio utilizado para os objetivos relativos às alterações climáticas (artigo 50.º, n.º 4, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013)

Eixo prioritário	Montante do apoio que se destina ao cumprimento dos objetivos em matéria de alterações climáticas (EUR)	Parcela da dotação total para o programa operacional (%)
1	280.421.517,07	37,04%
2	334.312.855,04	83,32%
3	16.866.679,58	1,61%
Total	631.601.051,68	28,04%

--

11.5. Contributo dos parceiros para a execução do programa

--

12. INFORMAÇÕES OBRIGATÓRIAS E AVALIAÇÃO EM CONFORMIDADE COM O ARTIGO 111.º, N.º 4, ALÍNEAS A) E B), PRIMEIRO PARÁGRAFO, DO REGULAMENTO (UE) N.º 1303/2013)

12.1. Progressos realizados na execução do plano de avaliação e seguimento dado aos resultados das avaliações

--

12.2. Resultados das medidas de divulgação e publicidade dos fundos, adotadas no âmbito da estratégia de comunicação

--

**13. AÇÕES REALIZADAS PARA CUMPRIR AS CONDICIONALIDADES EX ANTE (ARTIGO 50.º, N.º 4, DO REGULAMENTO (UE) N.º 1303/2013)
(PODEM SER INCLUÍDAS NO RELATÓRIO A APRESENTAR EM 2016 - VER PONTO 9 SUPRA - OBRIGATÓRIAS NO RELATÓRIO A APRESENTAR EM 2017)
OPÇÃO: RELATÓRIO INTERCALAR**

14. INFORMAÇÕES QUE PODEM SER ADICIONADAS, EM FUNÇÃO DO CONTEÚDO E DOS OBJETIVOS DOS PROGRAMAS OPERACIONAIS (ARTIGO 111.º, N.º 4, ALÍNEAS A), B), C), D), G) E H), SEGUNDO PARÁGRAFO, DO REGULAMENTO (UE) N.º 1303/2013)

14.1. Progressos realizados na execução da abordagem integrada ao desenvolvimento territorial, incluindo o desenvolvimento das regiões afetadas por desafios demográficos e limitações naturais ou permanentes, investimentos territoriais integrados, o desenvolvimento urbano sustentável e o desenvolvimento local de base comunitária, ao abrigo do programa operacional

14.2. Progressos realizados na execução das ações destinadas a reforçar a capacidade das autoridades do Estado-Membro e dos beneficiários para gerir e utilizar os fundos.

14.3. Progressos realizados na execução de eventuais ações inter-regionais e transnacionais.

14.4. Se apropriado, a contribuição para as estratégias macrorregionais e para as estratégias relativas às bacias marítimas;

Em conformidade com o Regulamento (UE) n.º 1303/2013, artigo 27.º, n.º 3, «Conteúdo dos programas», artigo 96.º, n.º 3, alínea e), «Conteúdo, adoção e alteração dos programas operacionais do objetivo de Investimento no Crescimento e no Emprego», artigo 111.º, n.º 3, artigo 111.º, n.º 4, alínea d), «Relatórios de execução do objetivo de Investimento no Crescimento e no Emprego», e o anexo I, secção 7.3, «Contribuição dos programas principais para estratégias macrorregionais e para as estratégias relativas às bacias marítimas», o presente programa contribui para estratégias macrorregionais e/ou para as estratégias relativas às bacias marítimas:

O contributo do POSEUR para Estratégia Marítima da UE para a Área do Atlântico releva no que respeita à prioridade 2 - Proteger, assegurar e desenvolver o potencial do meio marinho e costeiro, e em três dos quatro objetivos aí referenciados, nomeadamente para através do OT 5/PI 5.2 (Prevenção e Gestão de riscos de catástrofes) para o Objetivo 2.1; da PI 5.1 (Adaptação às alterações climáticas), PI 5.2 e do OT 6/PI 6.4 para o Objetivo 2.2, e do OT4/PI 4.1, para o Objetivo 2.4.

De destacar que no final de 2017, o PO tinha aprovadas operações que contribuem para o objetivo 2.2 da Estratégia, nomeadamente:

- no âmbito da PI 6.4, com um fundo associado de 2,7 milhões de euros, 3 operações: uma da responsabilidade do município de Esposende em parceria com a Universidade do Minho - OMARE - Observatório Marinho de Esposende, com o objetivo de criar um sistema integrado de informação e monitorização da biodiversidade marinha do Parque Natural do Litoral Norte; e duas da responsabilidade da Liga para a Proteção da Natureza: Sistemas de informação e monitorização da biodiversidade marinha das Áreas Classificadas do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina – MARSW e Sistemas de informação e monitorização da biodiversidade marinha das Áreas Classificadas da Arrábida – INFORBIOMARES.

- no âmbito da PI 5.1, o Radar Meteorológico da Região Autónoma da Madeira (RAM), com um fundo associado de 2,9 milhões de euros, com o objetivo de melhorar a qualidade e disponibilidade dos serviços meteorológicos na RAM, nos domínios da vigilância meteorológica e hidrometeorológica e da previsão a

muito curto prazo, contribuindo assim para a salvaguarda de pessoas e bens face a fenómenos de tempo severo;

- no âmbito da PI 5.2, incluídas numa área de intervenção relativa a planeamento e monitorização para a prevenção e gestão de riscos, com um fundo associado de 592 mil euros, a *Implementação de um sistema de aviso e alerta de tsunami no estuário do Tejo e Rede de alerta geofísico precoce, que têm como objetivos, a primeira, a promoção da capacitação dos territórios e dos agentes de proteção civil da Área Metropolitana de Lisboa, no domínio da mitigação e gestão do risco de tsunami, incrementando a resiliência das comunidades a este fenómeno e contribuindo para a redução das perdas resultantes de eventos extremos, robustecendo o sistema de alerta de tsunami e de aviso às populações e a segunda, dotar o IPMA de um dispositivo de monitorização, significativamente melhorado, cuja implementação permitirá fornecer atempadamente, ao sistema de proteção civil, informação relevante em caso de fenómenos sísmicos e/ou de tsunami. Este sistema reforçará ainda a posição do IPMA no sistema internacional de alerta precoce de tsunamis, em particular o do Atlântico Nordeste e Mediterrâneo, da Comissão Oceanográfica Intergovernamental.*

Como contributo para o objetivo 2.4, no âmbito da PI 4.1 e do OE Diversificação das fontes de abastecimento energético de origem renovável, aproveitando o potencial energético endógeno, garantindo a ligação das instalações produtoras à rede, reduzindo assim a dependência energética, está aprovada uma operação da responsabilidade do LNEG, designada por OffshorePlan - Planeamento do Aproveitamento das Energias Renováveis Offshore em Portugal, com um fundo de 302 mil euros, que pretende, na área da Energia Eólica offshore e Energia das Ondas, criar ferramentas de planeamento otimizado para o sector.

- Estratégia da UE para a Região do Mar Báltico (EUSBSR)
- Estratégia da UE para a Região do Danúbio (EUSDR)
- Estratégia da UE para a Região Adriática e Jónica (EUSAIR)
- Estratégia da UE para a Região dos Alpes (EUSALP)
- Estratégia Marítima na Região Atlântica (ATLSBS)

Prioridades e objetivos para os quais o programa é relevante:

	Prioridade	Objetivo
<input type="checkbox"/>	1 - Promover o empreendedorismo e a inovação	1.1 - Partilhar conhecimentos entre instituições de ensino superior, empresas e centros de investigação
<input type="checkbox"/>	1 - Promover o empreendedorismo e a inovação	1.2 - Reforçar a competitividade e as capacidades de inovação na economia marítima da Região Atlântica
<input type="checkbox"/>	1 - Promover o empreendedorismo e a inovação	1.3 - Estimular a adaptação e a diversificação das atividades económicas, promovendo o potencial da Região Atlântica
<input checked="" type="checkbox"/>	2 - Proteger, assegurar e desenvolver o potencial do meio marinho e costeiro do Atlântico	2.1 - Melhorar a segurança marítima
<input checked="" type="checkbox"/>	2 - Proteger, assegurar e desenvolver o potencial do meio marinho e costeiro do Atlântico	2.2 - Explorar e proteger as águas marinhas e as zonas costeiras
<input type="checkbox"/>	2 - Proteger, assegurar e desenvolver o potencial do meio marinho e costeiro do Atlântico	2.3 - Gerir os recursos marinhos de forma sustentável
<input checked="" type="checkbox"/>	2 - Proteger, assegurar e desenvolver o potencial do meio marinho e costeiro do Atlântico	2.4 - Explorar o potencial do meio marinho e costeiro da Região Atlântica em matéria de energias renováveis
<input type="checkbox"/>	3 - Melhorar a acessibilidade e a conectividade	3.1 - Promover a cooperação entre portos
<input type="checkbox"/>	4 - Criar um modelo de desenvolvimento regional sustentável e socialmente inclusivo	4.1 - Promover um melhor conhecimento dos desafios sociais na Região Atlântica
<input type="checkbox"/>	4 - Criar um modelo de desenvolvimento regional sustentável e socialmente inclusivo	4.2 - Preservar e promover o património cultural do Atlântico

Ações ou mecanismos utilizados para ligar melhor o programa à ATLSBS

A. Os coordenadores da Estratégia Marítima na Região Atlântica (principalmente coordenadores nacionais, coordenadores ou membros de áreas prioritárias e/ou coordenadores ou membros dos objetivos) participam no comité de acompanhamento do programa?

Sim Não

B. Nos critérios de seleção, foram atribuídos pontos suplementares a medidas específicas de apoio à ATLSBS?

Sim Não

C. O programa investiu fundos da UE na ATLSBS?

Sim Não

Montante aproximado ou exato em EUR investido na ATLSBS:

FEDER	
FC	6.513.925,00
FSE	
FEADER	
FEAMP	
quaisquer outros fundos	
nome de «quaisquer outros fundos»	

D. Resultados obtidos em relação à ATLSBS (n.d. para 2016)

Destacamos o OffshorePlan e Radar Meteorológico da RAM. No caso do primeiro, já foram realizados ensaios com uma tecnologia de energia eólica offshore e uma de energia das ondas, esperando-se que até ao fim de 2018, sejam realizados mais ensaios com as restantes três tecnologias previstas, no total de 5 (3 para eólica offshore e 2 para ondas). Estão também realizados parcialmente dois estudos nas áreas da energia eólica offshore e da energia das ondas. Podemos concluir que este projeto contribui para explorar o potencial do meio costeiro da Região Atlântica de Portugal em matéria de energias renováveis, nomeadamente eólico offshore e ondas. No caso do segundo, em fase final de implementação, dada a condição de exposição das ilhas deste Arquipélago a fenómenos naturais, é possível afirmar o seu contributo para uma rede de sistemas de previsão no Oceano Atlântico, com o objetivo de reduzir a incerteza no que respeita o comportamento do Oceano e ao impacto das alterações climáticas.

14.5. Progressos realizados na execução de ações no domínio da inovação social, se for caso disso

--

14.6. Progressos realizados na implementação de medidas para fazer face às necessidades específicas das zonas geográficas mais afetadas pela pobreza ou grupos-alvo em risco mais elevado de pobreza, de discriminação ou de exclusão social, em especial as comunidades marginalizadas e as pessoas com deficiência, os desempregados de longa duração e os jovens desempregados, e, se for caso disso, os recursos financeiros utilizados.

--

**PARTE C RELATÓRIO APRESENTADO EM 2019 E RELATÓRIO DE EXECUÇÃO FINAL
(artigo 50.º, n.º 5, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013)**

**15. INFORMAÇÃO FINANCEIRA A NÍVEL DO EIXO PRIORITÁRIO E DO PROGRAMA
(ARTIGOS 21.º, N.º 2, E 22.º, N.º 7, DO REGULAMENTO (UE) N.º 1303/2013)**

16. CRESCIMENTO INTELIGENTE, SUSTENTÁVEL E INCLUSIVO (OPÇÃO: RELATÓRIO INTERCALAR)

Informações sobre o contributo do programa para a realização da estratégia da União a favor de um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, e respetiva avaliação.

--

17. QUESTÕES QUE AFETAM O DESEMPENHO DO PROGRAMA E MEDIDAS ADOTADAS — QUADRO DE DESEMPENHO (ARTIGO 50.º, N.º 2, DO REGULAMENTO (UE) N.º 1303/2013)

Se a avaliação dos progressos realizados no que diz respeito aos objetivos intermédios e às metas estabelecidos no quadro de desempenho demonstrar que alguns desses objetivos e metas não foram atingidos, os Estados-Membros devem referir as razões desse insucesso no relatório de 2019 (para os objetivos intermédios) e no relatório de execução final (para as metas).

--

Documentos

Título do documento	Tipo do documento	Data do Documento	Referência local	Referência da Comissão	Ficheiros	Data de envio	Enviado por
PO SEUR - REA 2017 - Resumo para o cidadão	Resumo para o cidadão	22/Mai/2018		Ares(2018)5385682	PO SEUR - REA 2017 - Resumo para o cidadão	19/Out/2018	nleallca
Resposta da AG à carta Ares(2018)3902137 - 23/07/2018	Resumo para o cidadão	19/Out/2018		Ares(2018)5385682	Resposta da AG à carta Ares(2018)3902137 - 23/07/2018	19/Out/2018	nleallca
Anexo 1 à Resposta da AG à carta Ares(2018)3902137 - 23/07/2018	Resumo para o cidadão	19/Out/2018		Ares(2018)5385682	Anexo 1 à Resposta da AG à carta Ares(2018)3902137 - 23/07/2018	19/Out/2018	nleallca
Anexo 2 à Resposta da AG à carta Ares(2018)3902137 - 23/07/2018	Resumo para o cidadão	19/Out/2018		Ares(2018)5385682	Anexo 2 à Resposta da AG à carta Ares(2018)3902137 - 23/07/2018	19/Out/2018	nleallca

Resultados da validação mais recente

Severidade	Código	Mensagem
Informação		Versão do relatório de aplicação foi validada.
Atenção	2.48	O valor anual inserido no Quadro 1 é inferior ao valor de referência e afasta-se da meta para o eixo prioritário: 1, prioridade de investimento: 4i, objetivo específico: 1, indicador: R411E, categoria de região: , ano: 2014 (742,43 < 754,30). Queira verificar.
Atenção	2.48	O valor anual inserido no Quadro 1 é inferior ao valor de referência e afasta-se da meta para o eixo prioritário: 1, prioridade de investimento: 4i, objetivo específico: 1, indicador: R412E, categoria de região: , ano: 2014 (26,49 < 27,00). Queira verificar.
Atenção	2.48	O valor anual inserido no Quadro 1 é inferior ao valor de referência e afasta-se da meta para o eixo prioritário: 1, prioridade de investimento: 4i, objetivo específico: 1, indicador: R412E, categoria de região: , ano: 2015 (26,62 < 27,00). Queira verificar.
Atenção	2.48	O valor anual inserido no Quadro 1 é inferior ao valor de referência e afasta-se da meta para o eixo prioritário: 1, prioridade de investimento: 4i, objetivo específico: 1, indicador: R412E, categoria de região: , ano: 2016 (26,74 < 27,00). Queira verificar.
Atenção	2.48	O valor anual inserido no Quadro 1 é inferior ao valor de referência e afasta-se da meta para o eixo prioritário: 3, prioridade de investimento: 6ii, objetivo específico: 2, indicador: R625, categoria de região: , ano: 2015 (72,00 < 73,00). Queira verificar.
Atenção	2.48	O valor anual inserido no Quadro 1 é inferior ao valor de referência e afasta-se da meta para o eixo prioritário: 3, prioridade de investimento: 6ii, objetivo específico: 2, indicador: R626, categoria de região: , ano: 2015 (64,00 < 65,00). Queira verificar.
Atenção	2.48	O valor anual inserido no Quadro 1 é inferior ao valor de referência e afasta-se da meta para o eixo prioritário: 3, prioridade de investimento: 6ii, objetivo específico: 2, indicador: R626, categoria de região: , ano: 2016 (55,00 < 65,00). Queira verificar.
Atenção	2.49	O valor anual inserido no Quadro 1 excede o valor da meta para o eixo prioritário: 2, prioridade de investimento: 5i, objetivo específico: 1, indicador: R511, categoria de região: , ano: 2017 (44,00 > 30,00). Queira verificar.
Atenção	2.50	O valor anual inserido no Quadro 1 é superior ao valor de referência e afasta-se da meta para o eixo prioritário: 1, prioridade de investimento: 4iii, objetivo específico: 2, indicador: R433, categoria de região: , ano: 2014 (4.089.005,00 > 2.657.035,00). Queira verificar.
Atenção	2.50	O valor anual inserido no Quadro 1 é superior ao valor de referência e afasta-se da meta para o eixo prioritário: 1, prioridade de investimento: 4iii, objetivo específico: 2, indicador: R433, categoria de região: , ano: 2015 (4.072.921,00 > 2.657.035,00). Queira verificar.
Atenção	2.50	O valor anual inserido no Quadro 1 é superior ao valor de referência e afasta-se da meta para o eixo prioritário: 1, prioridade de investimento: 4iii, objetivo específico: 2, indicador: R433, categoria de região: , ano: 2016 (4.269.902,00 > 2.657.035,00). Queira verificar.
Atenção	2.50	O valor anual inserido no Quadro 1 é superior ao valor de referência e afasta-se da meta para o eixo prioritário: 2, prioridade de investimento: 5ii, objetivo específico: 1, indicador: R522, categoria de região: , ano: 2014 (22,70 > 14,00). Queira verificar.
Atenção	2.50	O valor anual inserido no Quadro 1 é superior ao valor de referência e afasta-se da meta para o eixo prioritário: 2, prioridade de investimento: 5ii, objetivo específico: 1, indicador: R522, categoria de região: , ano: 2015 (22,70 > 14,00). Queira verificar.
Atenção	2.50	O valor anual inserido no Quadro 1 é superior ao valor de referência e afasta-se da meta para o eixo prioritário: 2, prioridade de investimento: 5ii, objetivo específico: 1, indicador: R522, categoria de região: , ano: 2016 (22,70 > 14,00). Queira verificar.
Atenção	2.50	O valor anual inserido no Quadro 1 é superior ao valor de referência e afasta-se da meta para o eixo prioritário: 2, prioridade de investimento: 5ii, objetivo específico: 1, indicador: R522, categoria de região: , ano: 2017 (21,10 > 14,00). Queira verificar.

Severidade	Código	Mensagem
Atenção	2.51	O valor anual inserido no Quadro 1 é inferior ao valor da meta para o eixo prioritário: 1, prioridade de investimento: 4iii, objetivo específico: 1, indicador: R432, categoria de região: , ano: 2014 (197.451,62 < 198.196,00). Queira verificar.
Atenção	2.51	O valor anual inserido no Quadro 1 é inferior ao valor da meta para o eixo prioritário: 1, prioridade de investimento: 4iii, objetivo específico: 1, indicador: R432, categoria de região: , ano: 2016 (184.156,03 < 198.196,00). Queira verificar.
Atenção	2.52	No Quadro 3A, o valor total anual inserido é 103,51 % do valor total da meta para «S», eixo prioritário: 2, prioridade de investimento: 5ii, indicador: CO20, categoria de região: , ano: 2017. Queira verificar.
Atenção	2.52	No Quadro 3A, o valor total anual inserido é 104,15 % do valor total da meta para «S», eixo prioritário: 3, prioridade de investimento: 6iii, indicador: O641, categoria de região: , ano: 2017. Queira verificar.
Atenção	2.52	No Quadro 3A, o valor total anual inserido é 104,26 % do valor total da meta para «S», eixo prioritário: 3, prioridade de investimento: 6iii, indicador: O641, categoria de região: , ano: 2015. Queira verificar.
Atenção	2.52	No Quadro 3A, o valor total anual inserido é 104,26 % do valor total da meta para «S», eixo prioritário: 3, prioridade de investimento: 6iii, indicador: O641, categoria de região: , ano: 2016. Queira verificar.
Atenção	2.52	No Quadro 3A, o valor total anual inserido é 128,00 % do valor total da meta para «S», eixo prioritário: 2, prioridade de investimento: 5ii, indicador: O521, categoria de região: , ano: 2017. Queira verificar.
Atenção	2.52	No Quadro 3A, o valor total anual inserido é 139,08 % do valor total da meta para «S», eixo prioritário: 2, prioridade de investimento: 5ii, indicador: CO21, categoria de região: , ano: 2017. Queira verificar.
Atenção	2.52	No Quadro 3A, o valor total anual inserido é 185,00 % do valor total da meta para «S», eixo prioritário: 1, prioridade de investimento: 4v, indicador: O451, categoria de região: , ano: 2016. Queira verificar.
Atenção	2.52	No Quadro 3A, o valor total anual inserido é 185,00 % do valor total da meta para «S», eixo prioritário: 1, prioridade de investimento: 4v, indicador: O451, categoria de região: , ano: 2017. Queira verificar.
Atenção	2.52	No Quadro 3A, o valor total anual inserido é 239,83 % do valor total da meta para «S», eixo prioritário: 3, prioridade de investimento: 6i, indicador: CO17, categoria de região: , ano: 2017. Queira verificar.
Atenção	2.52	No Quadro 3A, o valor total anual inserido é 283,12 % do valor total da meta para «S», eixo prioritário: 2, prioridade de investimento: 5i, indicador: O511, categoria de região: , ano: 2016. Queira verificar.
Atenção	2.52	No Quadro 3A, o valor total anual inserido é 329,87 % do valor total da meta para «S», eixo prioritário: 2, prioridade de investimento: 5i, indicador: O511, categoria de região: , ano: 2017. Queira verificar.